



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)
SECRETARIA-EXECUTIVA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2015**

BRASÍLIA – 2016

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)
SECRETARIA-EXECUTIVA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria Ciset/SG-PR nº 6/2016.

Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (DIPLAD)
Diretoria de Gestão Interna (DGI)

BRASÍLIA – 2016

SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 146/2015 – CONTEÚDO GERAL

1. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

- 1.1 CAPA
- 1.2 FOLHA DE ROSTO
- 1.3 SUMÁRIO
- 1.4 LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES
- 1.5 LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS
- 1.6 LISTA DE ANEXOS

2. APRESENTAÇÃO

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

- 3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS
- 3.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE
- 3.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO
- 3.4 ORGANOGRAMA FUNCIONAL
- 3.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

- 4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL
 - 4.1.1 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO
 - 4.1.2 ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
 - 4.1.3 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS
- 4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DO PLANO
- 4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO
 - 4.3.1 OBJETIVOS ESTABELECIDOS NO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS
 - 4.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE
 - 4.3.3 FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO
 - 4.3.4 EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS
 - 4.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS
- 4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL
- 4.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

5. GOVERNANÇA

- 5.1 DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA
- 5.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS
- 5.3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- 6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO
- 6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO
- 6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS
- 6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE
- 6.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 7.1 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS
- 7.2 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE
- 7.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELAS NBCASP E MCASP

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

- 8.1 GESTÃO DE PESSOAS
 - 8.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE
 - 8.1.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL
 - 8.1.3 GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL
 - 8.1.4 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E ESTAGIÁRIOS
- 8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA
 - 8.2.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO
- 8.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
 - 8.3.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES
 - 8.3.2 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI)
- 8.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE
 - 8.4.1 ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

- 9.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU
- 9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)
- 9.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO
- 9.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993
- 9.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO
- 9.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

10. ANEXOS

Lista de Siglas e Abreviações

AECI - Assessor Especial de Controle Interno
AAC – Auditoria Anual de Contas
AEPG - Avaliação de Programas de Governo
AFC – Analista de Finanças e Controle
AGU - Advocacia-Geral da União
AP – Análise de atos de pessoal
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARG - Avaliação de Resultados da Gestão Exploratória
ART - Anotação de Responsabilidade Técnica
ASCOM – Assessoria de Comunicação Social da CGU
A3P - Cartilha da Agenda Ambiental da Administração Pública
BF - Balanço Financeiro
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
BO - Balanço Orçamentário
BP - Balanço Patrimonial
CAIXA - Caixa Econômica Federal
CCC - Comissão de Coordenação de Correição
CCCI - Comissão de Coordenação de Controle Interno
CCONT - Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional
CE-CGU – Comissão de Ética da CGU
CEAF - Cadastro de Expulsões da Administração Federal
CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas
CETI - Comitê de Tecnologia da Informação
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGU – Controladoria-Geral da União
CGU-PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIP - Cadastro Imobiliário Patrimonial
CISSET – Secretaria Especial de Controle Interno
CNASI - Congresso de Segurança da Informação, Auditoria e Governança de TIC
CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSNOM - Sistema de Consulta de Nomeações para o alto escalão do Governo Federal
COPESEG - Comitê Permanente de Segurança Corporativa

CPS - Contratações Públicas Sustentáveis
CIISC - Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis
CPGF - Cartões de Pagamento do Governo Federal
CRG – Corregedoria-Geral da União
CTI - Comitê de Tecnologia da Informação
CTPCC - Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção
DGI – Diretoria de Gestão Interna
DIE – Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas
DIPLAD – Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
DN – Decisão Normativa
DPF - Departamento de Polícia Federal
DPF - Dívida Pública Federal
DSI – Diretoria de Sistemas e Informação
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
EaD – Educação à Distância
EBT – Escala Brasil Transparente
Enap - Escola Nacional de Administração Pública
ESAF – Escola de Administração Fazendária
e-OUV - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
FM – Fiscalização de Municípios
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GECC - Gratificação por encargo de cursos e concursos
GESTCOM - Sistema Informatizado de Gestão por Competências
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ILB - Instituto Legislativo Brasileiro
Inbra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IPSAS - Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (International Public Sector Accounting Standards).
ITSM - Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação
LAI – Lei de Acesso à Informação
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

MBT - Mapa Interativo Social do Brasil Transparente

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MESICIC – Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção

MF – Ministério da Fazenda

MJ – Ministério da Justiça

MI – Ministério da Integração Nacional

MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia

MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NAE - Núcleos de Ações Especiais

NBC T Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnica

NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis

NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão

NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público

NGTI - Núcleo Gerencial de Tecnologia da Informação

NL – Nota de Lançamento

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODP - Observatório da Despesa Pública

OE – Operações Especiais

OEA – Organização dos Estados Americanos

OGP - Parceria para Governo Aberto (sigla em inglês Open Government Partnership)

OGU – Ouvidoria-Geral da União

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Plano Anual de Capacitação da CGU

PAINT - Plano Anual de Auditoria Interna

PAM – Plano de Ações e Metas

PAR - Processo Administrativo de Responsabilização

PCASP - Plano de Contas do Setor Público

PCPR - Prestação de Contas do Presidente da República

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PEF – Poder Executivo Federal

PEG - Programa de Eficiência de Gasto Público

PES - Projeto Esplanada Sustentável

PETI - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

PGRCC - Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

PII - Plano de Integridade Institucional

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PO – Plano Orçamentário

PPA - Plano Plurianual

Procel - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores

PROFOCO - Promoção da Política de Formação Continuada em Ouvidorias

Proprevine - Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira

PU/AM - Procuradoria da União no Estado do Amazonas

RedeSIC - espaço destinado ao diálogo, à cooperação e ao intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os Serviços de Informação ao Cidadão (SIC)

RGF – Relatório de Gestão Fiscal

RIP - Registro Imobiliário Patrimonial

SAMF – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda

SE/CGU – Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União

SeCI – Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses

SEGEP - Secretaria de Gestão Pública do MP

SEI - Sistema Eletrônico de Informação

SFC – Secretaria Federal de Controle Interno

SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIC/CGU - Serviço de Informações ao Cidadão da Controladoria-Geral da União

SIC - Gestão do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da CGU

SIC - Sistema de Informações de Custos do Governo Federal

SISCOR - Sistema de Correição do Poder Executivo Federal

SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação

SPCI - Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

SPIUNET - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

SPU/PB - Superintendência do Patrimônio da União no Estado da Paraíba

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

STPC – Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção

TED - Termo de Execução Descentralizada

TCE - Tomada de Contas Especial

TCU – Tribunal de Contas da União

TFC – Técnico de Finanças e Controle

UE – União Européia

UFPA - Universidade Federal do Pará

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UNCAC - Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

UPAG - Unidade Pagadora

UPC – Unidade Prestadora de Contas

Lista de Quadros e Gráficos

QUADROS

Quadro 2.A – Auditando e Fiscalizando

Quadro 2.B – Penalização de Servidores

Quadro 2.C – Ouvidoria

Quadro 2.D – Enfrentando a Corrupção

Quadro 3.4-A – Cronograma da Controladoria-Geral da União

Quadro 3.4.B – Informações sobre subunidades estratégicas

Quadro 3.5.A – Macroprocessos finalísticos da Controladoria-Geral da União

Quadro 3.5-B – Macroprocesso de Controle Interno

Quadro 3.5-C – Macroprocesso de Correição

Quadro 3.5-D – Macroprocesso de Transparência e Prevenção da Corrupção

Quadro 3.5-E – Macroprocesso Sistema de Ouvidorias

Quadro 4.1.A – Plano de Integridade Institucional (PII – 2012-2015)

Quadro 4.3.A – Programação de Despesas

Quadro 4.3.B – Execução de Despesas

Quadro 4.3.1.A – Iniciativas sob Responsabilidade da CGU NO PPA 2012-2015 - PROGRAMA 2038

Quadro 4.3.1.B – Benefícios Financeiros

Quadro 4.3.1.C – Benefícios não Financeiros

Quadro 4.3.2.A - AÇÃO 2D58 - Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição

Quadro 4.3.2.B - PO 0002 - Ações de Prevenção à Corrupção e de Promoção da Transparência Governamental

Quadro 4.3.2.C - PO 0003 - Correição no Poder Executivo Federal

Quadro 4.3.2.D - PO 0004 - Gestão do Sistema Federal de Ouvidorias

Quadro 4.3.2.E - PO 0005 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 4.3.2.F - PO 0006 - Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais

Quadro 4.3.2.G - PO 2000 - Despesas Administrativas

Quadro 4.3.2.H - PO 0008 - Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira – PROPREVINE

Quadro 4.3.2.I - Plano Orçamentário: 0009 – Gestão de Pesquisas e Informações Estratégicas

Quadro 4.3.2.J - AÇÃO 14UP - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco

Quadro 4.3.2-K - AÇÃO 14UQ - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão

Quadro 4.3.2-L - AÇÃO 14UR - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas

Quadro 4.3.2-M - AÇÃO 14US - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba

- Quadro 4.3.2-N - AÇÃO 14UT - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte
- Quadro 4.3.2-O - AÇÃO 14UU - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí
- Quadro 4.3.2-P - AÇÃO 156S - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins
- Quadro 4.3.2-Q - AÇÃO 156T - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo
- Quadro 4.3.4-A - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (Provisão)
- Quadro 4.3.4-B - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa (Destaques Concedidos)
- Quadro 4.3.4-C - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa (Destaques Recebidos)
- Quadro 4.3.5-A - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total
- Quadro 4.3.5-B – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
- Quadro 4.3.5-C – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total (Anexo I)
- Quadro 4.3.5-D – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
- Quadro 4.3.5-E – Despesas com Publicidade
- Quadro 4.4-A - Capacitação por unidade da federação
- Quadro 4.4-B - Avaliação de programas de governo – 2015
- Quadro 4.4-C - Municípios Fiscalizados em 2015
- Quadro 4.4-D - Auditorias realizadas por organismo internacional – 2015
- Quadro 4.4-E - Projetos não integrantes do poder executivo federal e auditados pela CGU em 2015
- Quadro 4.4-F - Orientação e supervisão a órgãos setoriais do sistema de controle interno
- Quadro 4.4-G - Auditorias por área de gestão realizadas em 2015
- Quadro 4.4-H - Avaliação de Resultados da Gestão - Relatórios Publicado em 2015 (Anexo II)
- Quadro 4.4-I - Análise de Atos de Pessoal - 2015
- Quadro 4.4-J - Número de Municípios que tiveram Ações de Controle executadas derivadas de Demandas Externas:
- Quadro 4.4-K - Dados relativos às Operações Especiais realizadas em 2015
- Quadro 4.4-L - Atividades Desenvolvidas
- Quadro 4.4-M - TCE encaminhadas ao TCU em 2015
- Quadro 4.4-N - Benefício financeiros decorrentes da atuação da CGU em 2015
- Quadro 4.4-O - Benefícios não-financeiros decorrentes da atuação da CGU em 2015
- Quadro 4.4-P - Balanço de Implementação da Lei nº 12.527/2011 no Poder Executivo Federal – em 2015
- Quadro 4.4-Q - Balanço de Implementação da Lei nº 12.527/2011 no Poder Executivo Federal – de 2012 a 2015
- Quadro 4.4-R – Nomeações para alto Escalão do Governo Federal
- Quadro 4.4-S – Monitoramento dos Gastos Públicos
- Quadro 4.5-A - Indicador: Benefícios financeiros resultantes das ações de controle
- Quadro 4.5-B - Indicador: Quantidade de benefícios não-financeiros resultantes de ações de controle na administração pública federal
- Quadro 4.5-C – Indicadores utilizados na Gestão do SisCor – 2015

- Quadro 4.5-D – Índice de Desempenho alcançado na Gestão do SisCor - 2015
- Quadro 4.5-E – Indicadores utilizados para Supervisão das atividades correicionais – 2015
- Quadro 4.5-F – Índice de Desempenho alcançado pelas atividades correicionais - 2015
- Quadro 4.5-G – Percentual de Processos Contraditório do Poder Executivo Federal com aplicação de ao menos uma punição
- Quadro 4.5-H - Punições Expulsivas Aplicadas a Servidores do Poder Executivo Federal
- Quadro 4.5-I - Indicador: Cobertura do serviço de informação ao cidadão
- Quadro 4.5-J - Indicador: Abrangência geográfica do serviço de informação ao cidadão
- Quadro 4.5-K - Indicador: Cobertura do Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses
- Quadro 4.5-L - Capacitação Presencial
- Quadro 7.1.1-A – Vida útil e valor residual para cada conta contábil.
- Quadro 7.1.3-A – Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado no exercício de 2015.
- Quadro 7.3.1 – Declaração do Contador
- Quadro 7.3.2 – Balanço Patrimonial
- Quadro 7.3.3 – Balanço Orçamentário
- Quadro 7.3.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais
- Quadro 7.3.5 – Balanço Financeiro
- Quadro 7.4.6-C – Vida útil econômica e taxas de depreciação
- Quadro 7.4.6-D – Valor contábil bruto, depreciação e amortização acumuladas no período.
- Quadro 8.1.1-A – Força de Trabalho da UPC
- Quadro 8.1.1-B – Distribuição da Lotação Efetiva
- Quadro 8.1.1-C – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas
- Quadro 8.1.1-D – Qualificação da força de trabalho de acordo com grau de escolaridade
- Quadro 8.1.1-E – Qualificação da força de trabalho de acordo com área de formação
- Quadro 8.1.1-F – Sexo e Média de Idade dos cargos de AFC e TFC
- Quadro 8.1.1-G – Execução Orçamentária do Plano Anual de Capacitação – PAC 2015
- Quadros explicativos do PAC 2015:
- I. Quantidade de ações de capacitações
 - I.A) Bolsa de Idiomas
 - I.B) Cursos de curta e média duração
 - I.C) Licença Capacitação
 - II e III. Participação em cursos de Pós-Graduação
 - IV. Horas de Capacitação
 - V. Curso de promoção na carreira
- Quadro 8.1.2 – Demonstrativo das despesas com pessoal
- Quadro 8.1.3-A – Projeção de Evasão por Aposentadoria e demais evasões em médio prazo (de 6 até 10 anos)
- Quadro 8.1.3-B – Projeção de Servidores Aptos à Aposentadoria na CGU até 2018
- Quadro 8.1.4-A- Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Quadro 8.1.4-B - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Quadro 8.1.4-C - Quadro Complementar – Razão Social Das Empresas

Quadro 8.1.4-D – Composição do quadro de estagiários

Quadro 8.1.4-E – Despesas com contratações de estagiários

Quadro 9.1.A – Deliberações do TCU atendidas pela CGU

Quadro 9.1.B – Deliberação do TCU atendida pela CGU - PROPREVINE

Quadro 9.2 – Deliberação da Ciset/PR atendida pela CGU

Quadro 9.6 – Despesas com Publicidade

GRÁFICOS

Gráfico 4.4-A - Quantidade de Servidores capacitados por tema

Gráfico 4.4-B - Média mensal de abertura de investigações conjuntas

Gráfico 4.4-C – Número de Operações Especiais

Gráfico 4.4-D - Manifestações tratadas no e-Ouv em 2015

Gráfico 4.5-A - Indicador: Visitas ao Portal da Transparência (5 últimos anos)

Gráfico 4.5-B - Indicador: Comparativo Escala Brasil Transparente – Governos Estaduais

Gráfico 4.5-C - Indicador: Comparativo Escala Brasil Transparente – Governos Municipais

Lista de Anexos

Anexo I - Quadro 4.3.5 - C– Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Anexo II – Quadro 4.4-H - Avaliação de Resultados da Gestão - Relatórios Publicado em 2015

Anexo III - Balanço Patrimonial

Anexo IV - Balanço Orçamentário

Anexo V - Demonstrações das Variações Patrimoniais

Anexo VI - Balanço Financeiro

Anexo VII – Demonstrativo das Despesas com Pessoal

2. APRESENTAÇÃO

Este Relatório apresentará as principais ações desenvolvidas pela Controladoria-Geral da União (CGU) ao longo do ano de 2015, de forma que os cidadãos possam se apropriar dessas ações que objetivam fortalecer a gestão dos administradores públicos, prevenir e combater a corrupção, promover a transparência pública e o controle social, além de fomentar o fortalecimento das ouvidorias públicas do Poder Executivo Federal.

O objetivo principal é prestar contas ao cidadão acerca da atuação da Controladoria-Geral da União e, assim, aproximar, cada vez mais, o Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal da sociedade.

O relatório está estruturado de acordo com o estabelecido no Sistema e-contas para a CGU e atendendo às orientações gerais estabelecidas pela DN 146/2015.

Compõem o relatório a Visão Geral da Unidade, o Planejamento Organizacional e o Desempenho Orçamentário e Financeiro, a Governança, o Relacionamento com a Sociedade, o Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, as Áreas Especiais da Gestão, além da Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle.

As principais realizações do exercício de 2015, resumindo as informações apresentadas neste relatório, podem ser visualizadas nos quadros a seguir:

Quadro 2.A – Auditando e Fiscalizando

Auditando e Fiscalizando	Quantidade
. Auditoria Anual de Contas – AAC	345
. Avaliação da Execução dos Programas de Governo - AEPG	16
. Auditoria de Projetos de Recursos Externos	84
. Auditoria de Tomada de Contas Especial - TCE	2.638
. Análise de atos de pessoal – AP	53.806
. Fiscalização de Municípios – FM	105
. Operações especiais – OE	32
. Avaliações de Integridade (pilotos)	4

Quadro 2.B – Penalização de Servidores

Penalização de Servidores	Quantidade
. Demissões	447
. Cassações de Aposentadoria	53
. Destituições de Cargo em Comissão	41
TOTAL	541

Quadro 2.C – Ouvidoria

Ouvidoria	Quantidade
. Lei de acesso à Informação	334.463 pedidos registrados
. Portal da Transparência	1,36 milhões de acessos

Quadro 2.D – Enfrentando a Corrupção

Enfrentando a Corrupção	Dados
. Escala Brasil Transparente	2.079 análises
. Programa Brasil Transparente	84 novos parceiros
. Concurso Desenho e Redação	12.000 trabalhos
. Programa Olho Vivo no Dinheiro Público	22 mil alunos capacitados
. Conflito de Interesses	1.100 consultas
. Sistema e-Ouv	21.025 manifestações recebidas

3 VISÃO GERAL

3.1 Finalidade e Competências

A Controladoria-Geral da União é o órgão do Governo Federal responsável por assistir direta e imediatamente o Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo Federal, sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

Para desenvolver as múltiplas funções inerentes ao Sistema de Controle Interno, ao Sistema de Correição, à supervisão das Ouvidorias do Poder Executivo federal, à transparência governamental e à prevenção da corrupção, a Controladoria-Geral da União se organizou em quatro grandes unidades, quais sejam: Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), Corregedoria-Geral da União (CRG), Ouvidoria-Geral da União (OGU) e Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC).

Para a Controladoria-Geral da União a transparência é o melhor antídoto contra corrupção, dado que ela é um mecanismo indutor para que os gestores públicos ajam com responsabilidade. Uma gestão pública transparente permite à sociedade colaborar no controle das ações de seus governantes, com intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam.

3.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e de funcionamento

Criada em 28 de maio de 2003, com a publicação da Lei nº 10.683, a Controladoria-Geral da União desempenha suas atribuições quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo, sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção, e ouvidoria. A CGU é ainda órgão central do Sistema de Controle Interno e do Sistema de Correição, ambos do Poder Executivo Federal.

Essa lei incorporou à estrutura do novo órgão, as funções da então Corregedoria-Geral da União – instituída em 2001 pela Medida Provisória nº 2.143-31 – que tinha o propósito de combater, no âmbito do Poder Executivo Federal, a fraude e a corrupção e promover a defesa do patrimônio público.

Antes da Lei 10.683, as atividades de controle interno e de ouvidoria já eram desempenhadas pela Secretaria Federal de Controle Interno e pela Ouvidoria-Geral da União, respectivamente. Essas duas unidades, antes vinculadas ao Ministério da Fazenda (MF) e ao Ministério da Justiça (MJ), passaram a ser vinculadas à então Corregedoria-Geral da União em 28 de março de 2002, com a publicação do Decreto nº 4.177.

O Decreto nº 5.683, de 24 de janeiro de 2006, alterou a estrutura da CGU, conferindo maior organicidade e eficácia ao trabalho realizado pela instituição e criando a Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI), responsável por desenvolver mecanismos de prevenção à corrupção. Assim, a CGU passou a ter a competência não só de detectar casos de corrupção, mas de antecipar-se a eles, desenvolvendo meios para prevenir a sua ocorrência.

Mais recentemente, com o Decreto nº 8.109, de 17 de setembro de 2013, novas mudanças institucionais foram realizadas para adequar a atuação da Controladoria aos novos desafios que surgiram longo dos anos, e a SPCI passa a ser chamada de Secretaria de Transparência e Prevenção

da Corrupção, que dispendo de uma estrutura compatível com a dimensão e relevância de suas competências, em especial, com as leis de Acesso à Informação, de Conflito de Interesses e Anticorrupção.

A Controladoria atua, ainda, no controle do nepotismo (Decreto nº 7.203/2010), na gestão do sistema de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), nas consultas e no controle dos conflitos de interesses (Lei nº 12.813/2013) e nos processos de responsabilização de empresas envolvidas em ilícitos contra a administração pública nacional ou estrangeira (Lei nº 12.846/2013). Esta última amplia o rol de condutas puníveis, e introduz a responsabilização objetiva da pessoa jurídica, cometidas em seu interesse ou benefício, contra a administração pública. Dessa forma, as empresas precisam cada vez mais adotar medidas internas de *compliance* e uma cultura organizacional baseada na ética.

A CGU incorporou à sua estratégia de ação, atividades voltadas para promoção da ética e integridade nas empresas privadas, especialmente no que tange ao seu relacionamento com o setor público, como forma de prevenção da corrupção, além de incentivar o controle social.

Um instrumento fundamental para prevenção da corrupção e melhoria da gestão é o Observatório da Despesa Pública (ODP). A unidade, criada pela CGU em 2008, aplica metodologia científica, apoiada em tecnologia de ponta, para o monitoramento dos gastos públicos. Dentre os temas monitorados incluem-se as licitações públicas, os gastos com cartão corporativo, despesas com diárias e passagens e terceirização. São emitidos alertas de transações que se enquadram em alguma das dezenas de tipologias de ilícitos mapeadas, em geral utilizadas nas auditorias da CGU.

3.3 Ambiente de atuação

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal representa a estrutura criada pelo Estado para fiscalizar a aplicação de recursos públicos, inibir a corrupção, evitar o desperdício, primar pela qualidade da gestão pública e pela efetividade das políticas públicas.

Compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal: a) Controladoria-Geral da União, que exerce o papel de órgão central; e b) órgãos setoriais: as Secretarias de Controle Interno do Ministério da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores, da Casa Civil e da Advocacia - Geral da União. No âmbito de suas jurisdições, os órgãos setoriais têm as mesmas competências do órgão central.

A área de atuação do Órgão Central do Sistema de Controle Interno abrange todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, excetuados aqueles jurisdictionados aos órgãos setoriais. A CGU também deve exercer, como órgão central, a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno, o Sistema de Correição e de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, prestando a necessária orientação normativa, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa esteja integrado.

Para promover a integração e a harmonização de entendimentos sobre matérias de competência do sistema, foi criada a Comissão de Coordenação de Controle Interno (CCCI) do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, composta pelo titular do órgão central, que a preside, e pelos titulares dos órgãos setoriais. Em 2015, houve deliberações que trataram de temas relevantes para o Controle Interno, cujas discussões podem ser obtidas no site da CGU (<http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/comissao-de-coordenacao-de-controle-interno-ccci/documentos-de-reunioes>).

A CGU é responsável, também, por exercer a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno, o Sistema de Correição e das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal.

Desse modo, na condição de órgão central, a instituição presta orientação normativa aos dirigentes públicos e administradores de bens e recursos públicos quanto ao controle interno, correição, prevenção da corrupção e ouvidoria.

Dentro do seu campo de atuação, cabe também, à CGU, encaminhar à Advocacia-Geral da União os casos que configurem improbidade administrativa e os casos para os quais se recomendem a indisponibilidade de bens, o ressarcimento ao erário e outras providências a cargo daquele órgão, provocando, sempre que necessária, a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU), da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (SRFB/MF), dos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e, quando houver indícios de responsabilidade penal, do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça (DPF/MJ) e do Ministério Público, inclusive quanto a representações ou denúncias que se afigurarem manifestamente caluniosas.

Representando o governo brasileiro, a CGU tem sido presença constante em foros internacionais de discussão sobre temas como combate à corrupção, governança pública e promoção da transparência.

As principais convenções sobre esses temas são: a Convenção das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA), a da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Com os avanços na prevenção e combate à corrupção, atualmente o Brasil já se encontra, em muitos aspectos, em conformidade com os termos dessas convenções.

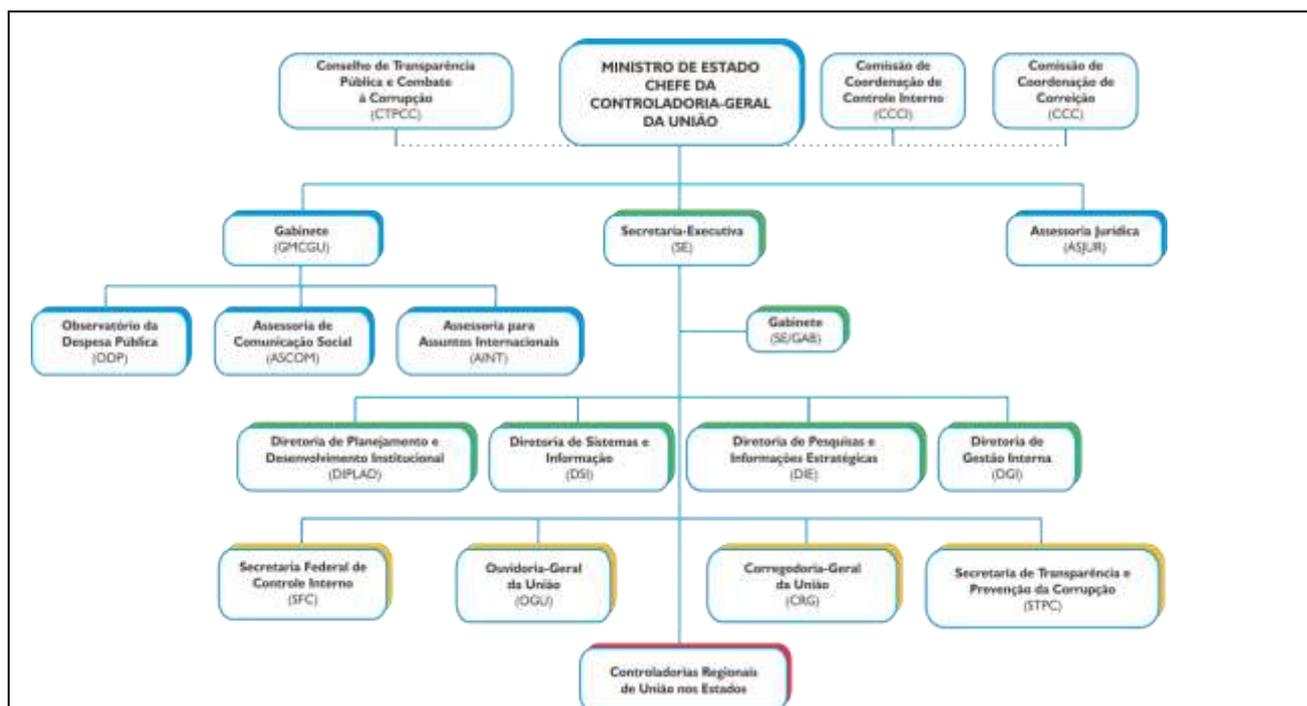
3.4 Organograma Funcional

A Controladoria-Geral da União tem a seguinte estrutura organizacional, de acordo com o Decreto nº 8.109, de 17 de setembro de 2013:

- Gabinete;
- Secretaria-Executiva (SE/CGU);
- Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (DIPLAD);
- Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas (DIE);
- Diretoria de Gestão Interna (DGI);
- Diretoria de Sistemas e Informação (DSI);
- Secretaria Federal de Controle Interno (SFC);
- Corregedoria-Geral da União (CRG);
- Ouvidoria-Geral da União (OGU);
- Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC);
- Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC);
- Comissão de Coordenação de Controle Interno (CCCI);
- Comissão de Coordenação de Correição (CCC);
- Controladorias Regionais da União nos Estados.

Segue, abaixo, o organograma da instituição:

Quadro 3.4-A – Cronograma da Controladoria-Geral da União



Fonte: CGU-PR/Secretaria-Executiva

Das unidades descritas no organograma da CGU, quatro são órgãos específicos singulares voltados à área fim, conforme discriminado abaixo:

A Secretaria Federal de Controle Interno exerce as atividades de órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal. Nesta condição, fiscaliza e avalia a execução de programas de governo, inclusive ações descentralizadas a entes públicos e privados realizadas com recursos oriundos dos orçamentos da União; realiza auditorias e avalia os resultados da gestão dos administradores públicos federais; apura denúncias e representações; exerce o controle das operações de crédito; e, também, executa atividades de apoio ao controle externo.

A Ouvidoria-Geral da União tem a atribuição de realizar a coordenação técnica das atividades de ouvidoria no Poder Executivo Federal. A OGU é responsável, também, por receber as denúncias direcionadas à CGU e encaminhá-las, conforme a matéria, à unidade, órgão ou entidade competente, bem como receber e analisar as manifestações referentes a serviços públicos prestados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, além de receber e responder os pedidos de acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, apresentados à CGU. A OGU também é responsável por analisar e decidir recursos em face de negativa de acesso a informações, por órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, no exercício da competência estabelecida pelo artigo 16 da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações).

A Corregedoria-Geral da União atua no combate à impunidade na Administração Pública Federal, promovendo, coordenando e acompanhando a execução de ações disciplinares que visem à apuração de responsabilidade administrativa de servidores públicos. Atua também capacitando servidores para composição de comissões disciplinares; realizando seminários com o objetivo de discutir e disseminar as melhores práticas relativas do exercício do Direito Disciplinar; e fortalecendo as unidades componentes do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR), exercendo as atividades de órgão central deste sistema.

A Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção atua na formulação, coordenação e fomento a programas, ações e normas voltados à prevenção da corrupção na administração pública e na sua relação com o setor privado. Entre suas principais atribuições, destacam-se a promoção da

transparência, do acesso à informação, do controle social, da conduta ética e da integridade nas instituições públicas e privadas. Promove também a cooperação com órgãos, entidades e organismos nacionais e internacionais que atuam no campo da prevenção da corrupção, além de fomentar a realização de estudos e pesquisas visando à produção e à disseminação do conhecimento em suas áreas de atuação.

Por serem unidades estratégicas, suas atividades são associadas às principais linhas de atuação da instituição, conforme quadro a seguir:

Quadro 3.4-B – Informações sobre subunidades estratégicas

Subunidades Estratégicas	Competências	Titulares em 2015	Cargo	Período de atuação
SFC	Fortalecimento do controle interno e da capacidade de gerir riscos das instituições públicas; Fomento à melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos; Intensificação das auditorias investigativas.	Valdir Agapito Teixeira Marlene Alves de Albuquerque Francisco Eduardo de Holanda Bessa	Secretário (a) Federal de Controle Interno	01 a 25/01 26 a 29/01 30/01 a 31/12
OGU	Fomento à melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos; Interlocução com a sociedade por meio das ouvidorias públicas federais, com vistas ao atendimento das demandas dos cidadãos.	José Eduardo Romão Luís Henrique Fanan	Ouvidor-Geral da União	01/01 a 27/01 28/01 a 31/12
CRG	Apuração das irregularidades administrativas de maior relevância por meio de investigações preliminares, sindicâncias, inclusive as patrimoniais, processos administrativos disciplinares e processos de responsabilização de entes privados.	Waldir João Ferreira da Silva Júnior	Corregedor-Geral da União	01/01 a 31/12
STPC	Incremento dos mecanismos de transparência e de controle social; Intensificação da participação e do protagonismo do Brasil, representado pela CGU, em fóruns internacionais em suas áreas de atuação; Estabelecimento de mecanismos que permitam implementar a Lei de Acesso à Informação, no âmbito do Poder Executivo, nas três instâncias federativas.	Sérgio Nogueira Seabra Patrícia Souto Audi	Secretário (a) de Transparência e Prevenção à Corrupção	01/01 a 09/02 10/02 a 31/12

Fonte: SE/Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Cumprir informar, também, que a CGU mantém as Controladorias Regionais da União nos Estados, unidades que exercem competências da Controladoria-Geral da União, delegadas ou estabelecidas no regimento interno, nas respectivas unidades da federação.

3.5 Macroprocessos Finalísticos

Para execução das suas atividades finalísticas, a CGU mantém quatro macroprocessos vinculados diretamente às suas competências institucionais: Controle Interno, Correição, Transparência e Prevenção da Corrupção e Sistema de Ouvidorias.

O quadro abaixo apresenta sucintamente os macroprocessos ligados às áreas fins da instituição:

Quadro 3.5-A - Macroprocessos Finalísticos da Controladoria-Geral da União

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Controle Interno	Estrutura criada pelo Estado para fiscalizar a aplicação de recursos públicos e inibir a corrupção, materializada no macroprocesso que visa à avaliação da ação governamental, da gestão dos administradores públicos federais e da aplicação de recursos públicos por entidades de Direito Público e Privado, por intermédio de auditoria e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de Avaliação de Programa de Governo • Relatórios de Avaliação dos Resultados da Gestão • Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos • Relatórios de Auditoria Anual de Contas • Relatórios de Auditoria de Recursos Externos • Relatórios de Avaliação de Integridade • Relatórios por Área de Gestão • Análise de Atos de Pessoal • Apuração de representações e demandas sociais • Operações Especiais realizadas com Polícia Federal e Ministério Público • Relatórios de Auditoria sobre Tomadas de Contas Especiais • Relatório de Gestão Fiscal • Prestação de Contas da Presidente da República • Normativos e orientações relacionados ao Sistema de Controle Interno 	<p>Órgãos e entidades do Poder Executivo Federal</p> <p>Sociedade</p> <p>Tribunal de Contas da União</p> <p>Ministério Público</p>	Secretaria Federal de Controle Interno
Correição	Atuação como órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Responsabilização administrativa de servidor público e entes privados por atos ligados à má gestão dos recursos públicos federais.	<ul style="list-style-type: none"> • Condução e supervisão de processos disciplinares • Condução e supervisão de processos de responsabilização de entes privados • Realização de inspeções e visitas técnicas • Normatização da atividade disciplinar • Coordenação do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal • Capacitação de agentes públicos em cursos de Processos Administrativos Disciplinares e Processos de Responsabilização de Entes Privados 	<p>Órgãos e entidades do Poder Executivo Federal</p> <p>Gestores responsáveis pela área disciplinar e servidores que conduzam procedimentos disciplinares</p>	Corregedoria-Geral da União

Transparência e Prevenção da Corrupção	<p>Prevenção da corrupção, promoção da transparência na gestão pública e fomento ao controle social.</p> <p>Inclui, também, atuação junto a organismos internacionais, para representar o Brasil em eventos relacionados à promoção da transparência e prevenção da corrupção na administração pública brasileira.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção do Portal da Transparência • Gestão do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) • Implantação da RedeSIC • Monitoramento da implementação da Lei de Acesso à Informação • Divulgação da Lei de Acesso à Informação • Coordenação do programa Brasil Transparente • Representação do Brasil junto à Parceria para Governo Aberto (OGP) • Atividades voltadas ao público infanto-juvenil, nas escolas públicas. 	<p>Sociedade Órgãos e entidades do Poder Executivo Federal</p> <p>Entidades Internacionais</p> <p>Público infanto-juvenil</p> <p>Gestores públicos municipais</p> <p>Empresas privadas</p> <p>Empresas públicas e sociedades de economia mista</p>	Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção
Sistema de Ouvidorias	<p>Atendimento às manifestações dos cidadãos, por meio da integração sistêmica das Ouvidorias do Poder Executivo Federal, e gestão de ações de transparência passiva previstas na Lei de Acesso à Informação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão do Portal Ouvidorias.gov e Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv) • Promoção da Política de Formação Continuada em Ouvidorias (PROFOCO) • Programa de Fortalecimento das Ouvidorias; • Consolidação da Rede Nacional de Ouvidorias • Acompanhamento e coordenação técnica às ouvidorias dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal • Análise e encaminhamento de denúncias e manifestações de cidadãos • Gestão do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da CGU • Análise de recursos da LAI dirigidos à CGU e contra denegação de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal • Cooperação técnica com instituições congêneres nacionais e internacionais. 	<p>Sociedade Órgãos e entidades do Poder Executivo Federal</p> <p>Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</p> <p>Sistema de Correição do Poder Executivo Federal</p>	Ouvidoria-Geral da União

Fonte: SE/Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Apresenta-se, abaixo, breve descrição das atividades realizadas ao longo de 2015 na condução de cada macroprocesso. Os principais resultados de cada linha de atuação e suas principais atividades são detalhados, nesse relatório, no item **4.4 Desempenho operacional**.

Macroprocesso Controle Interno

Os projetos e atividades inerentes ao macroprocesso controle interno podem ser classificadas em três grandes eixos de controle: prevenção, detecção e correção. Esses projetos e atividades se materializam em auditorias e fiscalizações realizadas pela CGU, em todo o território nacional, sobre os recursos federais aplicados diretamente pelo Governo Federal ou sobre aqueles administrados por estados, municípios ou terceiro setor, quando recebedores de transferências de recursos federais; bem como na elaboração de normativos para o aprimoramento do Controle Interno Público e na realização de capacitações para servidores públicos federais.

Desse modo, ao longo do exercício de 2015, os trabalhos inerentes à atividade de controle interno foram implementados a partir de três linhas de atuação, apresentados na tabela a seguir:

Quadro 3.5-B – Macroprocesso de Controle Interno

Linhas de Atuação do Controle Interno	Principais Atividades
Controles Preventivos	Avaliação da Integridade Programa Capacita Parceria com Auditorias Internas Aprimoramento do marco normativo do Sistema de Controle Interno Concurso de Boas Práticas Atuação da CGU na Comissão de Coordenação de Controle Interno
Controles Detectivos	Avaliação da Execução de Programas de Governo Fiscalização em Entes Federativos Auditorias Anuais de Contas Auditoria dos Contratos de Financiamentos Externos e dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional Auditorias por Área de Gestão Avaliação dos Resultados da Gestão Monitoramento de gastos com pessoal Apuração de representações e demandas sociais Operações Especiais Prestação de Contas Anual da Presidenta da República Relatório de Gestão Fiscal
Controles Corretivos	Auditorias sobre as Tomada de Contas Especiais

a) Linha de atuação de Controles Preventivos:

Os controles preventivos são normalmente concebidos para reduzir a frequência de materialização de eventos de risco, agindo sobre a probabilidade de sua ocorrência, evitando-a. Auxilia para que os fatos aconteçam de acordo com o que foi planejado. Enquadram-se como controles preventivos as seguintes atividades da SFC:

- i) Avaliação da Integridade
- ii) Programa Capacita
- iii) Parceria com Auditorias Internas
- iv) Aprimoramento do marco normativo do Sistema de Controle Interno
- v) Concurso de Boas Práticas
- vi) Atuação da CGU na Comissão de Coordenação de Controle Interno

b) Linha de atuação de Controles Detectivos

Os controles detectivos são realizados para detectar procedimentos irregulares na gestão pública e desvios ou más condutas na administração de bens públicos. As ações detectivas são realizadas por meio de auditorias e fiscalizações, além de trilhas de investigações que possam apontar condutas suspeitas na condução de bens públicos.

- i) Avaliação de Programas de Governo
- ii) Fiscalização em Entes Federativos
- iii) Auditorias Anuais de Contas
- iv) Auditoria dos Contratos de Financiamentos Externos e dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional
- v) Auditorias por Área de Gestão
- vi) Avaliação dos Resultados da Gestão
- vii) Monitoramento de gastos com pessoal
- viii) Apuração de representações e demandas sociais
- ix) Operações Especiais
- x) Prestação de Contas Anual da Presidenta da República
- xi) Relatório de Gestão Fiscal

c) Linha de Atuação de Controles Corretivos

Os controles corretivos aplicam-se quando a irregularidade já ocorreu e deve ser sanada. No âmbito das auditorias e fiscalizações o aspecto corretivo está associado ao poder da Administração Pública para, por exemplo, ressarcir-se de eventuais prejuízos.

Macroprocesso Correição:

Zelando pela probidade na Administração Pública Federal, a CGU atuou no macroprocesso Correição promovendo a função disciplinar e a responsabilização administrativa de entes privados por atos ligados à má gestão dos recursos públicos federais.

Desse modo, ao longo do exercício de 2015, os trabalhos inerentes à atividade de correição foram implementados a partir de cinco linhas de atuação, apresentados na tabela a seguir:

Quadro 3.5-C – Macroprocesso de Correição

Linhas de Atuação da Correição	Principais Atividades
Gestão do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (Siscor)	Publicação de normas e enunciados regulamentando a atividade disciplinar Capacitação de agentes públicos Suporte técnico às Comissões Disciplinares Promoção de integração das unidades do Sistema de Correição Consolidação, análise e divulgação das informações disciplinares do Poder Executivo Federal Gestão do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), do Cadastro de Expulsões da Administração Federal (CEAF), do Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e do Sistema Integrado de Registro CEIS/CNEP Aprovação da indicação de Corregedores Seccionais Fomento à criação de Corregedorias Seccionais
Promoção direta de Ações Disciplinares	Condução de processos disciplinares contraditórios Condução de processos disciplinares investigativos
Promoção direta de Processos de Responsabilização de Entes Privados	Condução de processos de responsabilização de entes privados
Supervisão das atividades correcionais do Poder Executivo Federal	Inspeções Correcionais e Visitas Técnicas. Acompanhamento de processos disciplinares conduzidos no Poder Executivo Federal. Análise de criticidade da atividade correcional. Acompanhamento de processos de responsabilização de entes privados conduzidos no Poder Executivo Federal
Normatização de matéria afeta à Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica	Normatização de pontos específicos da lei. Capacitação de agentes públicos. Programas de Integridade para o setor privado

Fonte: Corregedoria-Geral da União

Na linha de Gestão do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (Siscor), a CGU atuou como Órgão Central do Sistema, promovendo a integração entre os órgãos do Poder Executivo Federal, a coordenação do sistema, a disseminação de conhecimentos e o fomento às boas práticas de gestão, com o objetivo de garantir maior efetividade às ações correcionais realizadas.

Com referência às linhas de atuação de promoção direta de ações disciplinares e promoção direta de processos de responsabilização de entes privados, a Controladoria realizou ações de apuração de irregularidades administrativas de maior relevância, por meio de investigações preliminares, sindicâncias, inclusive as patrimoniais, além de processos administrativos disciplinares. Incluem-se,

ainda, os processos de responsabilização de entes privados, seja por meio de instauração direta ou por meio de avocação.

Na seara da supervisão das atividades correcionais, a CGU supervisionou a atividade disciplinar desenvolvida nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, por meio do acompanhamento de processos disciplinares, da realização de inspeções correcionais e de visitas técnicas nos órgãos jurisdicionados. O objetivo foi garantir a integridade, eficiência e eficácia dos procedimentos correcionais.

Com relação à implementação da Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica, a CGU buscou normatizar a matéria nos seguintes pontos:

- a) condução dos processos administrativos de responsabilização;
- b) celebração do acordo de leniência;
- c) avaliação do programa de integridade de pessoas jurídicas;
- d) metodologia para apuração do faturamento bruto para fins de cálculo da multa;
- e) regulamentação do registro de informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas.

Macroprocesso Transparência e Prevenção da Corrupção

Com o intuito de aprimorar programas, projetos e normas voltados à prevenção da corrupção e promoção da transparência, ao acesso à informação, à conduta ética, à integridade e ao controle social na Administração Pública, a CGU, por meio da STPC, realizou ações associadas ao macroprocesso Transparência e Prevenção da Corrupção nas linhas de atuação apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 3.5-D – Macroprocesso de Transparência e Prevenção da Corrupção

Linhas de Atuação Transparência e Prevenção da Corrupção	Principais Atividades
Transparência e Acesso à Informação	Atualização do Portal da Transparência. Gestão do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Manutenção da RedeSIC. Monitoramento da implementação da Lei de Acesso à Informação. Divulgação da Lei de Acesso à Informação. Promoção do Programa Brasil Transparente.
Governo Aberto	Coordenação nacional das iniciativas para Governo Aberto. Representação do Brasil junto à Parceria para Governo Aberto (OGP).
Educação para Ética e Cidadania	Atividades nas escolas, voltadas ao público infantil. Realização de Concurso de Desenho e Redação. Realização de ações voltadas ao Programa “Um por Todos! Todos por Um!”. Manutenção do Portalzinho da CGU.
Melhoria da gestão pública subnacional	Atividades ligadas ao Programa de Fortalecimento da Gestão Pública
Integridade no setor Público	Gestão do Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses (SeCI). Monitoramento da implementação da Lei de Conflito de Interesses no Poder Executivo Federal. Análise das consultas e pedidos de autorização de situações que ensejam conflito de interesses. Análise de denúncias de nepotismo no âmbito do Poder Executivo Federal
Integridade no Setor Privado	Divulgação da lei de responsabilização da pessoa jurídica. Gestão do Cadastro Pró-Ética. Promoção da Integridade no Setor Privado.
Cooperação Internacional	Representação do Brasil em eventos de cooperação técnica e jurídica internacionais, em temas voltados ao combate à corrupção e transparência pública. Coordenação da atuação brasileira em convenções e foros internacionais anticorrupção.

Fonte: Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção

Na linha de atuação de Transparência e Acesso à Informação, a CGU atuou ativamente para ampliar o alcance da Lei de Acesso à Informação (LAI) nos órgãos do Poder Executivo Federal, tanto em termos de transparência ativa (divulgação proativa de informação, independente de requerimentos) quanto de transparência passiva (aquela mediante demanda). Nesse sentido, trabalhou na evolução do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), sistema desenvolvido e mantido

pela instituição, que centraliza todos os pedidos de informação e seus respectivos recursos no âmbito do poder Executivo do Governo Federal.

Com o objetivo de apoiar órgãos e entidades no cumprimento da LAI, a CGU manteve a RedeSIC e o Fórum da RedeSIC, espaços virtuais destinados ao diálogo, à cooperação e ao intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os Serviços de Informação ao Cidadão (SIC) do Poder Executivo Federal (www.lai.gov.br/forumredesic).

A CGU conduziu, ainda, diversas ações voltadas à divulgação da LAI para a sociedade, objetivando aumentar a quantidade de cidadãos que conhecem a lei, bem como publicar informações que permitam à sociedade avaliar a sua implementação no Poder Executivo Federal. Entre elas, destacam-se:

- (i) manutenção e evolução do Portal da LAI (www.lai.gov.br);
- (ii) a elaboração e publicação do 3º Relatório de Implementação da Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo Federal, enviado ao Congresso Nacional; e
- (iii) Abertura de pedidos LAI, salvo aqueles que contenham informações pessoais sensíveis, para consulta da população.

Ainda na seara da transparência, a CGU trabalhou apoiando estados e municípios na implementação das medidas de governo transparente por meio de duas vertentes: mediante assinatura de termo de adesão ao programa Brasil Transparente e por meio do lançamento do e-SIC Livre, sistema eletrônico para o recebimento de pedidos de informação desenvolvido em *software* livre pela Prefeitura de Natal, a partir do código fonte do e-SIC Federal.

Na linha de atuação associada ao Governo Aberto, o Brasil foi eleito para permanecer no Comitê Diretor da Parceria para Governo Aberto, (OGP, da sigla em inglês *Open Government Partnership*), cujo objetivo é difundir e incentivar práticas governamentais como transparência orçamentária, acesso público à informação e participação social. A CGU irá representar o Brasil na parceria durante os próximos três anos e atuará ao lado de representantes governamentais de outros dez países, além de onze organizações da sociedade civil.

Em relação ao Controle Social, com o propósito de sensibilizar e instrumentalizar conselheiros, sociedade civil organizada, estudantes e cidadãos para o exercício do controle social, a CGU manteve ações ligadas ao Programa Olho Vivo no Dinheiro Público. O programa estimula a fiscalização cidadã sobre a aplicação dos recursos públicos por meio de capacitações técnicas presenciais, instrução para a participação social, estabelecimento de canais interativos e outros mecanismos que viabilizem a mobilização para a participação cidadã.

Voltada, também, para a formação do cidadão do futuro, a CGU atuou fortemente na linha de educação para Ética e Cidadania. Nesse sentido, foram articuladas diversas parcerias para viabilizar a execução dos principais projetos voltados à promoção da cidadania junto ao público infanto-juvenil, incluindo o projeto “Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania”, em parceria com o Instituto Cultural Maurício de Sousa. O projeto visa disseminar entre as crianças e adolescentes valores relacionados à participação social, democracia, autoestima, respeito à diversidade, responsabilidade cidadã e interesse pelo bem-estar coletivo.

Na linha de Melhoria da Gestão Pública Subnacional, a CGU atuou por meio do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública (FGP), realizando ações de capacitação presencial e à distância para agentes públicos municipais, além de distribuir acervos bibliográficos contendo a legislação básica e informações técnicas úteis ao desempenho da função pública. As ações de capacitação realizadas por meio de cursos de educação à distância (EaD) foram ampliadas, com o desenvolvimento de um novo curso de controle social, além dos cursos desenvolvidos em parceria com o Tribunal de Contas da União, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com temas voltados à “Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos” e “Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos”.

Na linha da integridade pública, a CGU buscou o aprimoramento da implementação da Lei nº 12.813/2013, conhecida como Lei de Conflito de Interesses, por meio do Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses (SeCI), responsável por centralizar a gestão das consultas e dos pedidos de autorização para exercício de atividade privada feitos por servidor ou empregado público federal. A fim de verificar a atuação dos órgãos e entidades na prevenção do conflito de interesses, foi estabelecida rotina de monitoramento das respostas às consultas do SeCI, na qual são verificados diversos aspectos quantitativos e qualitativos dessas respostas. Assim, torna-se possível verificar fragilidades e deficiências na atuação dos órgãos, permitindo uma atuação mais eficaz e tempestiva da CGU.

Com relação à integridade no setor privado, para aprofundar os avanços trazidos pela Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica, a CGU fomentou, junto às empresas privadas, a adoção de programas de integridade empresarial capazes de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de atos lesivos à Administração Pública.

Na esfera internacional, a CGU continuou representando o Brasil, ao longo de 2015, em eventos de cooperação técnica e jurídica no exterior, em temas voltados ao combate à corrupção e transparência pública, além de coordenar a atuação brasileira em convenções e foros internacionais anticorrupção.

Macroprocesso Sistema de Ouvidorias:

Com o intuito de contribuir para o aprimoramento do serviço público prestado ao cidadão e para o avanço da integração sistêmica das ouvidorias no Poder Executivo Federal, a CGU, por meio da OGU, manteve os trabalhos inerentes ao Macroprocesso Sistema de Ouvidorias, implementado por meio de três linhas de atuação, conforme quadro abaixo:

Quadro 3.5-E – Macroprocesso Sistema de Ouvidorias

Linhas de Atuação do Sistema de Ouvidorias	Principais Atividades
Fortalecimento e promoção da integração sistêmica das ouvidorias do Poder Executivo Federal.	<p>Orientação Técnica das ouvidorias por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de agentes públicos – Política de Formação PROFOCO • Execução de visitas técnicas em ouvidorias • Publicação de cartilhas • Promoção de seminários e reuniões técnicas • Geração e disseminação de conteúdos no portal Ouvidorias.gov. • Execução do Programa de Fortalecimento das Ouvidorias <p>Promoção da integração sistêmica das ouvidorias por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção de normas para criação de padrões de atendimento • Acompanhamento da gestão das ouvidorias por meio dos dados coletados • Criação, aprimoramento e disponibilização de sistemas informatizados para recebimento e tratamento de manifestações de ouvidoria – e Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV) • Criação e fomento à institucionalização da Rede Nacional de Ouvidorias
Triagem de denúncias e atenção às manifestações do cidadão.	<ul style="list-style-type: none"> • Análise, complementação, qualificação e encaminhamento de denúncias à Controladoria-Geral da União • Análise, de reclamações, solicitações, sugestões e elogios relacionados à qualidade do serviço público prestado • Proposição de medidas para correção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos • Execução da consulta de nomes para nomeação em cargos em comissão.
Gestão de ações de transparência passiva previstas na Lei de Acesso à Informação.	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC – da CGU • Análise da qualidade das respostas das elaboradas pelas unidades, estimulando melhorias nas informações enviadas ao cidadão • Instrução dos recursos de segunda instância no âmbito de processos administrativos de acesso à informação instaurados junto à CGU • Instrução e julgamento de recursos de terceira instância no âmbito de processos administrativos de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal • Instrução de recursos de quarta instância no âmbito de processos administrativos de acesso à informação, em apoio Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI.)

Fonte: Ouvidoria-Geral da União

Na linha de atuação relacionada ao Fortalecimento e Promoção da Integração Sistêmica das Ouvidorias do Poder Executivo Federal, a CGU buscou dar continuidade às ações que fomentam a atuação das ouvidorias em rede, bem como a normalização de técnicas e procedimentos com o intuito de dar maior segurança ao cidadão que recorre ao canal da ouvidoria.

No que se refere à linha de atuação denominada Triagem de Denúncias e Atenção às Manifestações do Cidadão, a partir de março de 2015, a CGU passou a utilizar o Sistema e-OUV, fato este que possibilitou uma maior interlocução com o cidadão, melhor tratamento das manifestações recebidas referentes a procedimentos e ações de agentes, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, bem como a diminuição do tempo para a publicação das respostas.

No âmbito da linha de Gestão de Ações de Transparência Passiva previstas na Lei de Acesso à Informação, a CGU atuou na revisão das respostas ao cidadão, analisando aspectos associados à linguagem cidadã, na instrução dos recursos de 2ª instância dos pedidos de acesso à informação formulados à CGU e dos recursos de 3ª instância de todo o Poder Executivo Federal, bem como na instrução dos recursos interpostos à última instância recursal no âmbito administrativo: a Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI). Dessa forma, a CGU auxilia tal órgão colegiado, instruindo recursos, opinando e executando diligências solicitadas. Outra atribuição da CMRI é estabelecer orientações normativas para suprir eventuais lacunas na aplicação da LAI.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Ao longo de 2015, a Controladoria-Geral da União trabalhou em duas vertentes: monitorar o último exercício do Plano de Integridade Institucional da CGU (PII-2012-2015) e elaborar o novo Planejamento Estratégico da instituição para o próximo quadriênio.

Assim, no item 4.1 serão descritos os instrumentos de planejamento vigentes em 2015, enquanto no item 4.1.2 serão detalhados os elementos do novo Planejamento Estratégico da instituição, elaborado para abranger o período 2016-2019.

4.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Em 2015, o planejamento organizacional estava estruturado em três documentos, alinhados às diretrizes da alta administração e aos instrumentos de programa do governo federal, nos níveis estratégico, tático e operacional. São eles:

- Plano de Integridade Institucional (PII);
- Plano de Ações e Metas (PAM);
- Portaria de Metas.

O Plano de Integridade Institucional (PII-2012-2015) é o documento formulado junto à alta administração do órgão e que estabeleceu, no nível estratégico, as diretrizes a serem seguidas pelas unidades da CGU de 2012 a 2015. Nesse documento estão descritos a Missão, a Visão, os valores e os objetivos estratégicos a serem alcançados no período, agrupados em quatro perspectivas - Resultados, Processos Internos, Pessoas e Infraestrutura, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 4.1.A – Plano de Integridade Institucional (PII – 2012-2015)



O Plano de Ações e Metas, instrumento de natureza tática alinhado ao PII-2012-2015 e ao Plano Plurianual (PPA), é o documento que descreve as atividades e projetos - e suas respectivas metas - a serem realizadas por cada unidade da CGU no período de dois anos, para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição.

O terceiro instrumento, de nível operacional, é a Portaria de Metas, que define regras, atividades e metas das unidades do órgão central e das Controladorias-Regionais da União nos estados. O documento descreve as atividades a serem realizadas e as metas a serem atingidas em 2015.

Ao longo do exercício, as unidades prestaram contas das atividades desenvolvidas e das metas atingidas a cada três meses. Tais informações foram analisadas e utilizadas como subsídio para o processo de planejamento seguinte, de modo a buscar a máxima eficiência, efetividade e celeridade das ações da CGU no futuro.

Cumprir informar, ainda, que todas as ações da CGU foram planejadas de modo a se alinharem aos objetivos estratégicos definidos no Plano de Integridade Institucional (PII 2012-2015). As metas das ações foram estabelecidas pelas unidades considerando os riscos associados a cada atividade ou projeto. Todas as ações foram incluídas no Plano de Ações e Metas (PAM 2014-2015), publicado na Intranet da instituição para conhecimento dos servidores, dirigentes e colaboradores.

Importante ressaltar, também, que as ações das unidades finalísticas, foram, em sua grande maioria, associadas à Perspectiva de Resultados do Plano de Integridade da CGU (PII 2012-2015).

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Para o biênio 2014/2015, a CGU planejou a realização de 106 ações, entre projetos e atividades, sob responsabilidade das várias unidades da instituição. Todas as ações foram incluídas no Plano de Ações e Metas (PAM 2014-2015), sendo cuidadosamente alinhadas aos objetivos estratégicos definidos no Plano de Integridade Institucional (PII 2012-2015).

De acordo com o benefício que se pretendia alcançar ou com a área de abrangência do trabalho, as ações foram alinhadas aos objetivos estratégicos de cada perspectiva do PII: Resultados (RE), Infraestrutura (IE), Pessoas (PE) e Processos Internos (PR). Considerando apenas a área finalística, foram planejadas 58 ações associadas aos objetivos de Resultados, o que corresponde a 54% do total de ações incluídas no PAM 2014/2015.

Seguem, abaixo, os objetivos estratégicos que a CGU procurou alcançar em 2015:

Na seara do controle interno, as atividades foram vinculadas, principalmente, a três objetivos estratégicos:

- i) Fortalecer os Controle Internos e a Capacidade de Gerir Riscos das Instituições Públicas.
- ii) Fomentar a Melhoria Contínua da Gestão e da Prestação de Serviços Públicos.
- iii) Intensificar as Ações de Auditoria Investigativa.

Visando alcançar os objetivos estabelecidos, a CGU aprimorou a elaboração e a execução do planejamento operacional. Entre as inovações adotadas encontra-se o estabelecimento de metas vinculadas a produtos.

Nesse contexto, para atingir as metas associadas ao objetivo estratégico “**Fortalecer os Controle Internos e a Capacidade de Gerir Riscos das Instituições Públicas**”, a CGU atuou preventivamente, com ações voltadas à Orientação Preventiva aos Gestores Federais; tendo capacitado mais de cinco mil servidores federais em temas relacionados ao controle interno, além da realização de ações de orientação às auditorias internas.

Quanto ao objetivo estratégico “**Fomentar a Melhoria Contínua da Gestão e da Prestação de Serviços Públicos**” encontram-se as atividades relacionadas à Avaliação da Execução de Programas

de Governo, Fiscalização em Entes Federativos, Avaliação da Gestão dos Administradores, Operações Especiais e fiscalizações decorrentes de demandas externas.

Para alcançar o objetivo estratégico “**Intensificar as ações de Auditorias Investigativas**”, houve a intensificação na realização de operações especiais em parceria com o Departamento de Polícia Federal e com o Ministério Público (Federal ou Estadual), chegando-se a marca de 32 trabalhos realizados em 2015.

Na seara das atividades correcionais, a CGU planejou suas ações de maneira alinhada ao objetivo estratégico “**Aprimorar os Mecanismos de Responsabilização Administrativa**” definidos no Plano de Integridade Institucional (PII 2012-2015).

Seu desdobramento resultou na definição de metas, detalhadas no item **4.4 Desempenho operacional** desse relatório, bem como na proposição das seguintes iniciativas:

- Elaboração de Manual de Responsabilização de Pessoas Jurídicas.
- Aprimoramento da comunicação interinstitucional, com a criação do Boletim do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal - PEF.
- Diversificação e aprofundamento da capacitação na área correcional, com a criação, em plataforma EaD dos cursos “Caso Prático” e “Deveres e Proibições dos Servidores Públicos Federais”.
- Aprimoramento dos critérios para a seleção de processos a serem supervisionados.
- Atualização do marco regulatório do Siscor (Portaria CGU nº 335/2007).
- Realizar a regulamentação da Lei nº 12.846/2013.
- Criar o Cadastro de Membros, Presidentes, Peritos e Assistentes para Processos Administrativos Disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.
- Instituir o Programa de Fortalecimento da Atividade Correcional na Administração Pública.
- Publicação no Portal da Transparência o Cadastro Nacional de Empresas Punidas.

Das iniciativas programadas, apenas duas não foram concluídas no ano de 2015: a elaboração do Manual de Responsabilização de Pessoas Jurídicas, o qual está em fase final de aprovação; e a atualização do marco regulatório do Siscor, também em fase de aprovação. A não concretização deveu-se, fundamentalmente, à necessidade de aprofundamento dos debates das questões técnicas abordadas nos normativos, subestimadas na fase de planejamento.

Atuando também na área da transparência e prevenção à corrupção, a CGU elencou, no Plano de Integridade Institucional (PII 2012-2015), quatro objetivos estratégicos de resultados voltados ao tema:

- (i) Incrementar os mecanismos de transparência pública e de controle social.
- (ii) Fortalecer os controles internos e a capacidade de gerir riscos das instituições públicas;
- (iii) Intensificar a participação e o protagonismo do Brasil, representado pela CGU, em fóruns internacionais, nas suas áreas de atuação.
- (iv) Aprimorar o marco legal pertinente às suas competências institucionais.

Assim, são listadas abaixo as ações de transparência e combate à corrupção alinhadas ao objetivo estratégico “**Incrementar os mecanismos de transparência pública e de controle social**”:

- A manutenção e o aperfeiçoamento do Portal da Transparência, que tornam públicos os gastos efetuados pelo Poder Executivo Federal;
- A realização de ações de monitoramento da implementação da Lei de Acesso à Informação em órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, que permite ao cidadão o acesso a documentos

e informações custeadas por instituições públicas. As metas foram associadas ao desenvolvimento de indicadores de monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) nos órgãos públicos; à consulta aberta às perguntas e resposta do e-SIC e à criação e operacionalização da Rede Sic.

- O fortalecimento do Programa Brasil Transparente, que incentiva estados e municípios a aderir às medidas de governo transparente previstas na LAI. Incluindo a elaboração da especificação técnica do Mapa do Brasil Transparente (MBT), espaço web interativo de divulgação e monitoramento pela Sociedade.
- A adoção de práticas previstas na Parceria para Governo Aberto, parceria internacional que visa difundir e incentivar globalmente práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, acesso à informação pública e incremento à participação social;
- A realização do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, cujo objetivo é capacitar agentes públicos, conselheiros municipais e lideranças locais para atuar na fiscalização do gasto público em suas localidades (controle social);
- A realização de eventos voltados à educação cidadã, disseminando práticas de controle social nas escolas públicas, junto ao público infantil. Incluindo a realização do 7º Concurso de Desenho e Redação em 2015, com premiação aos vencedores.

Com relação ao objetivo “**Fortalecer os controles internos e a capacidade de gerir riscos das instituições públicas**”, a CGU planejou as atividades de prevenção à corrupção voltadas aos temas abaixo, com as respectivas metas:

- Programa Fortalecimento da Gestão Pública: melhoria da gestão de entes subnacionais: realização de eventos de capacitação para gestores públicos nas áreas de fortalecimento da gestão e em Licitações e Contratos, por meio de cursos a distância;
- Integridade no Setor Público: estabelecer padrão mínimo de atendimento às providências para a implementação da Lei de Conflito de Interesses nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Considerando o desenvolvimento e a implantação do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses; e as consultas relativas à Lei de Conflito de Interesses respondidas dentro do prazo.
- Integridade no Setor Privado - incentivar a ética nas relações com a Administração Pública: as metas estabelecidas foram a definição de padrões de avaliação de programas de integridade; formalização de parceria com o SEBRAE, incluindo o desenvolvimento de materiais orientativos para micro e pequenas empresas; e a elaboração de manuais e guias de orientação sobre avaliação de programas de integridade.

Ainda na seara do combate à corrupção, a CGU planejou e desenvolveu atividades ligadas à consecução dos objetivos “**Intensificar a participação e o protagonismo do Brasil, representado pela CGU, em fóruns internacionais, nas suas áreas de atuação**” e “**Aprimorar o marco legal pertinente às suas competências institucionais**”, conforme descrito a seguir:

- Intensificar a participação e o protagonismo do Brasil, representado pela CGU, em convenções e fóruns internacionais, nas suas áreas de atuação. Uma das metas foi a coordenação da terceira rodada de avaliação do Brasil por parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
- Buscar cooperação técnica internacional em temas anticorrupção e cooperação jurídica internacional em matéria não criminal.

Cumprir esclarecer que a CGU estabeleceu um conjunto de parcerias com instituições privadas, órgãos públicos, instituições da sociedade civil e organismos internacionais de reconhecida atuação nas áreas de interesse dos projetos da Controladoria, para fazer frente aos desafios impostos pelos objetivos estratégicos ligados ao combate e prevenção da corrupção citados anteriormente.

Na área de ouvidoria, a CGU planejou diversas ações associadas, principalmente, aos objetivos estratégicos de resultados relacionados no PII 2012-2015: **“Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos”** e **“Incrementar os mecanismos de transparência e de controle social”**.

Voltadas ao fortalecimento da interação entre o Estado e a sociedade, foram planejadas atividades de ouvidoria ligadas à análise de recursos de pedidos de informação e ao processamento das manifestações do cidadão – denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios -, particularmente com relação ao atendimento prestado por instituições públicas. A principal finalidade dessas ações é a prevenção da corrupção e a fiscalização dos recursos públicos, por meio do processamento inicial de denúncias de cidadãos. Nesse sentido, a CGU trabalhou para reduzir o estoque de denúncias e demais manifestações do cidadão, além de concentrar esforços para diminuir o estoque de recursos da LAI que aguardavam conclusão.

Por fim, considerando o modelo de planejamento vigente em 2015 as metas esboçadas para o exercício foram associadas às ações (atividades e aos projetos), detalhadas no item **3.5 Macroprocessos Finalísticos** desse relatório, sendo os principais resultados apresentados no tópico **4.4 Desempenho Operacional**.

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Em 2015, a Controladoria-Geral da União trabalhou na elaboração do novo planejamento estratégico da CGU, previsto para o período 2016-2019. O objetivo do projeto foi propiciar reflexão sobre os desafios da Controladoria nos próximos anos e debater sobre o que pode ser aperfeiçoado no órgão. A metodologia para a construção do Planejamento contou com mecanismos intensos de participação de todos os servidores e colaboradores da CGU. Todo o trabalho foi cumprido ainda em 2015, para que a CGU iniciasse 2016 adotando o novo Planejamento.

Por se tratar de um desafio grande para a instituição, o processo de elaboração do planejamento estratégico foi dividido em quatro fases:

- Levantamento do Diagnóstico Situacional da Instituição: nessa fase, todos os servidores foram convidados a discutir, por meio de oficinas presenciais e fórum *online*, a análise ambiental da CGU e as principais questões que afetam o desempenho da Controladoria. O produto resultante dessa fase foi o relatório de Diagnóstico Situacional da CGU, documento que procurou retratar os principais aspectos da instituição do ponto de vista dos servidores e dirigentes, sendo utilizado como base para as fases seguintes.

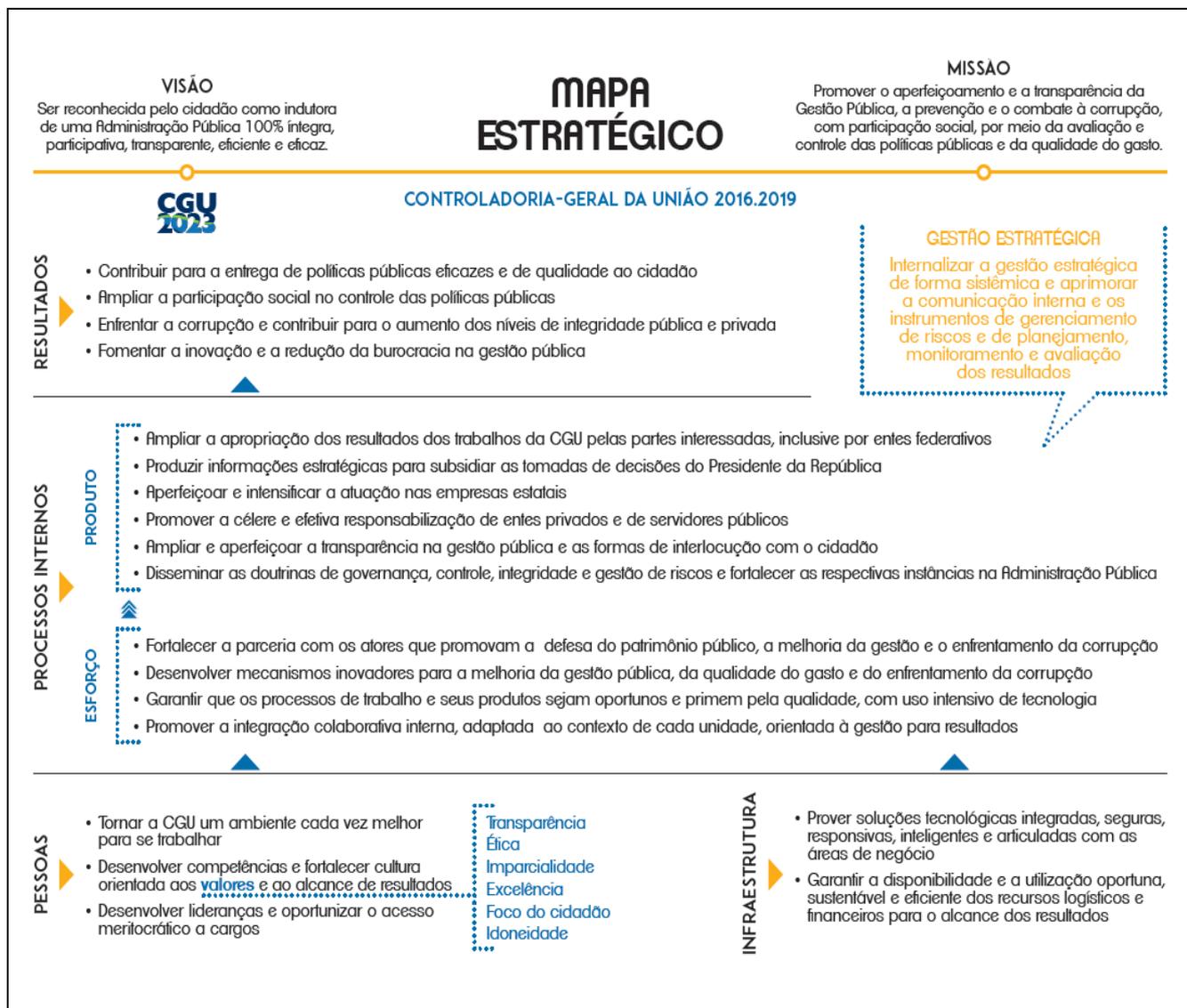
- Definição da estratégia: nessa etapa foi formulada a estratégia da Controladoria para os próximos quatro anos, com a revisão da missão, da visão e dos valores do órgão. Por meio da plataforma Colabora (www.colabora.gov.br) e fóruns *online*, os servidores e dirigentes puderam contribuir para a formulação dos novos elementos do Planejamento Estratégico. O produto resultante dessa fase foi a definição da missão, da visão e dos valores da instituição para o período 2016-2019.

- Construção dos objetivos: os objetivos estratégicos da CGU foram construídos na terceira fase do projeto. Nessa etapa, foram definidos as diretrizes institucionais e os objetivos estratégicos a serem alcançados nos próximos quatro anos, com suas respectivas métricas. A fase foi realizada por meio de oficinas com servidores e dirigentes, tendo como subsídio o relatório de Diagnóstico Situacional da CGU. O produto resultante dessa fase foi a proposta do Mapa Estratégico 2016-2019 da CGU, a ser validado pelos dirigentes do órgão na próxima fase.

- Alinhamento institucional: nessa última fase foram consolidados as diretrizes institucionais, os objetivos estratégicos, o Mapa Estratégico e as ações que serão implementadas pela CGU nos próximos anos.

Importante salientar que em dezembro de 2015 foi publicada a portaria CGU nº 50.223, que aprovou o Planejamento Estratégico 2016-2019 da CGU e definiu regras para a elaboração dos Planos Operacionais da CGU para os próximos exercícios, o que possibilitará à instituição iniciar o ano de 2016 com novos rumos no âmbito do planejamento institucional.

Segue, abaixo, o Mapa Estratégico CGU para o período 2016-2019, aprovado pelos dirigentes em dezembro de 2015.



Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Conforme descrito anteriormente nesse relatório, no item **3.1 - Finalidade e competências da Unidade**, de acordo com a Lei nº 10.683/2003, art. 17, compete à Controladoria-Geral da União assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública federal. Tais competências refletiram-se na Missão da CGU, em 2015, qual seja, *“Prevenir e combater a corrupção e aprimorar a gestão pública, fortalecendo os controles internos e incrementando a transparência, a ética e o controle social”*.

Todas as ações realizadas foram vinculadas às competências institucionais da CGU e aos objetivos estratégicos da instituição. Tanto as atividades como os projetos das áreas finalísticas foram inseridos no Plano de Ações e Metas e previstos para execução na Portaria de Metas de 2015. Esses dois arcabouços do planejamento da CGU foram detalhados nos itens **4.1. Planejamento Organizacional** e **4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício desse relatório**, estando diretamente alinhados ao Plano de Integridade institucional e aos demais instrumentos de planejamento governamental, como Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos

Considerando os três instrumentos de planejamento estratégico da CGU em 2015 - Plano de Integridade Institucional, Plano de Ações e Metas e Portaria de Metas -, descritos no item **4.1 Planejamento Organizacional** desse relatório, a Controladoria desenvolveu um sistema de monitoramento que considera os indicadores de resultados elaborados pelas áreas finalísticas da instituição.

Desse modo, ao longo do exercício, as unidades prestaram contas trimestralmente das atividades desenvolvidas e das metas alcançadas em todo o território nacional.

É importante esclarecer, ainda, que a CGU mantém em sua rede interna um espaço destinado ao Monitoramento Sistemático das ações de Controle Interno, Correição, Ouvidoria e Transparência e Prevenção à Corrupção, onde as respectivas unidades publicam relatórios, gráficos e painéis sobre o andamento e o acompanhamento de suas atividades. Tais informações auxiliam os dirigentes nas tomadas de decisão e servem como estímulo à correção de rumos durante a execução dos planejamentos.

4.3 Desempenho orçamentário

O desempenho orçamentário da CGU, em 2015, é apresentado abaixo por meio de dois quadros - **Quadro 4.3-A-Programação de Despesas** e **Quadro 4.3-B-Execução de Despesas**.

Quadro 4.3-A - Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: CGU			Código UO: 66101		
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL			726.280.100,00	226.148,00	82.923.032,00
CRÉDITOS	Suplementares		68.310.762,00	-	14.016.675,00
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
Créditos Cancelados		-	125.822,00	3.400.000,00	
Outras Operações			-	-	-
Dotação final 2015 (A)			795.280.100,00	100.326,00	93.539.707,00
Dotação final 2014 (B)			741.787.572,00	346.020,00	93.670.146,00
Variação (A/B-1)*100			7,21	-71,01	-0,14
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital		
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
DOTAÇÃO INICIAL			16.409.694,00		
CRÉDITOS	Suplementares		4.615.000,00		
	Especiais	Abertos	-		

		Reabertos	-		
	Extraordinários	Abertos	-		
		Reabertos	-		
	Créditos Cancelados		5.371.675,00		
Outras Operações			-		
Dotação final 2015 (A)			15.653.019,00		
Dotação final 2014 (B)			12.983.391,00		
Varição (A/B-1)*100			20,58		

Fonte: Tesouro Gerencial

O **Quadro 4.3-A - Programação de Despesas**, apresentado acima, demonstra a Dotação da unidade nos exercícios de 2014 e 2015.

No Grupo de Despesas “Pessoal e Encargos Sociais”, a dotação final do exercício de 2015 é superior à dotação final do exercício de 2014. Esse acréscimo se justifica com o aumento do número de servidores ativos e inativos da carreira de Finanças e Controle, bem como pelo reajuste salarial em diversas carreiras da Administração Pública.

No que se refere ao Grupo de Despesas “Outras Despesas Correntes”, observa-se que a Dotação Final para o exercício de 2015 ficou ligeiramente inferior à de 2014, em que pese a suplementação de crédito de R\$ 9,86 milhões na Ação 2D58 (Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição), bem como a suplementação das despesas de benefícios.

No decorrer do exercício de 2015, foi necessário realizarmos diversas alterações orçamentárias com o escopo de atendermos as despesas com manutenção administrativa da CGU, bem como suplementar as dotações das ações decorrentes das construções da CGU/R-PE e CGU/R-RN.

No Grupo de Despesas “Investimento”, observa-se que a dotação final de 2015 é superior à dotação final de 2014, o que demonstra o esforço por parte desta CGU em dar prosseguimentos à suas obras de construções das sedes das Unidades Regionais e de outras despesas relacionadas a reformas, adaptação e modernização, tanto nas Unidades Regionais quanto no edifício-sede desta CGU.

Quadro 4.3-B - Execução de Despesas

Controladoria-Geral da União - CGU (UO: 66101)				
Grupo de Despesa	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Valor Empenhado (c)	% Executado (e)=(c)/(b)
Pessoal e Encargos Sociais	726.969.338,00	795.280.100,00	792.442.816,24	99,64
Juros e Encargos da Dívida	226.148,00	100.326,00	100.325,40	100,00
Outras Despesas Correntes	82.923.032,00	93.539.707,00	91.125.982,13	97,37
Despesas Correntes	810.118.518,00	888.920.133,00	883.669.123,77	99,40
Investimentos	16.409.694,00	15.653.019,00	15.538.746,25	99,27
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
Despesas de Capital	16.409.694,00	15.653.019,00	15.538.746,25	99,27
Reserva de Contingência				
Total	826.528.212,00	904.573.152,00	899.207.870,02	99,40

Fonte: Tesouro Gerencial

Com relação ao **Quadro 4.3-B - Execução de Despesas**, demonstrado acima, cabe tecer as seguintes considerações:

Para a elaboração da Proposta Orçamentária de 2015, foi concedido um limite de R\$ 84,6 milhões. Após tramitação do PLOA no Congresso Nacional, a dotação orçamentária da CGU reduziu para R\$ 81,7 milhões. Sobre esta dotação, o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira nº 8.456/2015 impôs novo contingenciamento de R\$ 1,3 milhões, de forma que o limite para empenho da CGU ficou em R\$ 80,4 milhões.

Diante desse cenário, a CGU realizou os devidos levantamentos para previsão de despesas já assumidas e foi detectado um déficit de R\$ 17,7 milhões no custeio do Plano Orçamentário (PO) n.º 2000 – Manutenção Administrativa, conforme Nota Técnica 602/2015/DGI/SE/CGU-PR.

Em virtude dessa restrição orçamentária, foram elaborados cenários para remanejamento de dotações de outras ações e grupos de natureza de despesa para recomposição da dotação de custeio. As linhas de ação adotadas envolveram cortes de até 100% da dotação das ações orçamentárias para construção de algumas Unidades Regionais da CGU e revisão de diversos contratos administrativos. Entretanto, as medidas adotadas foram parcialmente compensadas pelos reajustes obrigatórios previstos nos contratos administrativos vigentes. Assim, as medidas descritas até aqui resultaram em redução do déficit orçamentário anteriormente mencionado para R\$ 16,4 milhões, considerando-se a limitação para empenho em vigor.

Em que pese a adoção das medidas acima citadas, as alterações propostas não foram suficientes para cobrir o déficit identificado tendo sido necessário o remanejamento de dotação de outros Planos Orçamentários. Nessa linha de ação, as atividades finalísticas tiveram que promover ajustes em suas atividades, haja vista a necessidade de redução em suas dotações em torno de 20% em relação ao executado em 2014.

A exposição desta situação ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão motivou a consignação, em 02/09/2015, de suplementação orçamentária à CGU no valor de R\$ 9,86 milhões. Desta forma, a dotação orçamentária da CGU para o exercício ficou atualizada para R\$ 91,58 milhões, valor próximo ao autorizado em 2014.

Por meio da Portaria SOF/MPOG n.º 67, de 16/10/2015, deu-se a expansão do limite para movimentação e empenho correspondente à dotação atualizada do Órgão.

Da análise do **Quadro 4.3-B - Execução de Despesas**, fica evidente que a CGU executa o Orçamento praticamente na sua totalidade, situação que vem se repetindo há vários exercícios, demonstrando a eficiência e eficácia com que a CGU tem cumprido com suas obrigações legais e constitucionais.

4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

De acordo com a Lei n.º 12.593/2012, o Plano Plurianual (PPA 2012-2015) é constituído por Programas Temáticos - que se caracterizam por entregar bens e serviços e possuir objetivos e iniciativas -, e por Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – que se caracterizam por conter ações de apoio.

A Controladoria-Geral da União não possui Programa Temático no PPA 2012-2015, portanto, suas ações estão contidas no Programa 2101 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, da Presidência da República, que tem por objetivo o apoio à gestão e à manutenção da atuação governamental, nos termos do inciso II, do art. 5º da Lei n.º 12.593/2012. A Controladoria-Geral da União integra a Presidência da República, nos termos do §3º, do Art. 1º da Lei n.º 10.683/2003.

Diante do exposto, constata-se que não se aplicam à CGU, no presente relatório, o item **4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados**, uma vez que requerem dados específicos dos Programas Temáticos.

No entanto, considerando a importância da prestação de contas à sociedade, destacamos, abaixo, os resultados alcançados pela CGU, em 2015, com relação às suas principais iniciativas vinculadas ao **Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública** do PPA 2012-2015, cujo órgão responsável é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No âmbito do **Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública** do PPA 2012-2015, a CGU deteve, em 2015, três iniciativas sob sua responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 4.3.1.A – Iniciativas sob Responsabilidade da CGU NO PPA 2012-2015 - PROGRAMA 2038

Objetivo	0579 – Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.
Órgão Responsável	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Iniciativa	029V – Aprimoramento e Fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Fonte: CGU-PR/Secretaria-Executiva

Objetivo	0609 – Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.
Órgão Responsável	Presidência da República.
Iniciativa	02DK – Implementação do Sistema Nacional de Acesso à Informação.

Fonte: CGU-PR/Secretaria-Executiva

Objetivo	0605 – Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.
Órgão Responsável	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Iniciativa	02D3 – Implementação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal

Fonte: CGU-PR/Secretaria-Executiva

Executadas em sintonia com a missão institucional da CGU, as iniciativas incluídas no Programa 2038 do PPA alcançaram bons resultados no contexto da atuação governamental do órgão, durante o ano de 2015, conforme explicitado a seguir:

I) Iniciativa 029V – Aprimoramento e Fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, ligada ao objetivo 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

A CGU, como órgão central do Sistema de Controle Interno, realiza seus trabalhos tendo como principal objetivo avaliar a execução dos programas de governo e da gestão dos administradores sempre com o propósito de apoiar a correção de falhas identificadas e aprimorar o funcionamento das políticas públicas federais. Nesse sentido, a Controladoria vem buscando estabelecer indicadores e metas que permitam aferir o grau de atingimento dos objetivos estabelecidos para o órgão. Dentre os indicadores, cabe destaque aos benefícios financeiros decorrentes de recomendações do controle interno. Em 2015, foram contabilizados R\$ 2,38 bilhões. O quadro a seguir apresenta os valores segregados por classe do benefício.

Quadro 4.3.1.B - Benefícios financeiros

Classe do benefício financeiro	Valor (R\$)
Cancelamento de Licitação/Contrato com objeto desnecessário	14.398.508,14
Suspensão de pagamento continuado indevido	1.090.489.228,70
Recuperação de valores pagos indevidamente	46.233.895,30
Redução nos valores licitados/contratados	428.133.250,46
Elevação da Receita	207.453.898,68
Suspensão de pagamento não continuado indevido	470.512.911,63
Eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos	6.125.520,96
Arrecadação de multa legal ou prevista em contrato	70.649.291,79
Compatibilização do objeto contratado com as especificações ou com o projeto	50.210.506,22
Total de benefícios financeiros	2.384.207.011,88

Fonte: CGU/SFC, dez 2015.

Merecem destaque, também, os benefícios não financeiros, que impactam positivamente a gestão sem serem quantificados monetariamente. A tabela abaixo exhibe a quantidade de benefícios não financeiros contabilizados pelas respectivas classes.

Quadro 4.3.1.C – Benefícios não financeiros

Classe do benefício não financeiro	Quantidade
Aperfeiçoamento da gestão riscos e implementação de controles internos	117
Aperfeiçoamento dos programas/processos	39
Aperfeiçoamento da transparência	18
Aperfeiçoamento da prestação de serviços públicos	11
Outras decisões civis e medidas administrativas ou correicionais	6
Promoção de sustentabilidade ambiental	2
Demissão, cassação ou destituição	2
Aperfeiçoamento do controle social	1
Total de benefícios não financeiros	196

Fonte: CGU/SFC, 2015.

Na persecução dos seus objetivos, o controle interno divide suas atividades em quatro linhas de atuação: i) avaliação da execução de programas de governo; ii) avaliação da gestão dos administradores; iii) ações investigativas e iv) orientação preventiva aos gestores públicos. No total, foram realizadas mais de 6.600 auditorias e fiscalizações em órgãos federais, estaduais, municipais e entidades sem fins lucrativos que receberam recursos públicos federais.

Na avaliação da execução de programas de governo, em 2015 foram acompanhadas 52 políticas públicas (dentre as quais se destacam: Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016; Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica; Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública; e Compensação Previdenciária). Para isso, a CGU realiza auditorias e fiscalizações nos ministérios gestores e nos diversos parceiros do governo selecionados para a execução das políticas públicas.

O programa de fiscalização em entes federativos passou a contemplar, em 2015, duas formas de seleção das unidades a serem fiscalizadas: a aleatória, por meio de sorteio público; e a seletiva, por meio de matriz de vulnerabilidade. Desse modo, foram fiscalizados 60 Municípios escolhidos por meio de sorteio público, com valores fiscalizados na ordem de R\$ 1,3 bilhão, e 45 Municípios selecionados por meio de matriz de vulnerabilidade, envolvendo aproximadamente o valor fiscalizado de R\$ 2,8 bilhões.

As auditorias anuais de contas, que avaliam a gestão dos administradores públicos, foram realizadas em 345 órgãos e entidades do Poder Executivo federal, tendo sido realizadas, ainda, mais de 270 ações de controle com foco na avaliação de macroprocessos relacionados ao cumprimento da missão institucional das unidades examinadas.

Ainda na linha de avaliação da gestão dos administradores, a Controladoria acompanhou realizou 84 auditorias em operações de crédito externo e projetos de cooperação técnica internacional; realizou auditoria em 2.438 processos de tomadas de contas especiais, com potencial de retorno aos cofres do Tesouro da ordem de R\$ 2,7 bilhões; e efetuou a análise de mais de 39 mil atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal.

As ações investigativas são decorrentes de indícios de fraude identificadas em auditorias e fiscalizações, denúncias e demandas de outros órgãos de Estado. Nessa linha de atuação, foram realizadas 307 ações de controle decorrentes de demandas externas, oriundas de denúncias e representações, nas quais foram fiscalizados mais de 154 municípios, e 32 operações especiais em parceria com demais órgãos do Estado.

A linha de orientação preventiva aos gestores envolve procedimentos de orientação e capacitação, com valorização das iniciativas de interação com os gestores públicos federais de forma a promover a melhoria da gestão de recursos públicos. Nessa linha, foram distribuídos manuais e cartilhas sobre diferentes temas e capacitados cerca de quatro mil servidores públicos federais.

Ainda no escopo delineado pelo Objetivo 0579, do Programa 2038 do PPA, – Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado, a CGU atuou, também, por meio da condução e da supervisão de procedimentos correccionais, com a aplicação de medidas punitivas a agentes públicos ímprobos na esfera do Poder Executivo Federal.

Por fim, em virtude do término do PPA 2012-2015, é importante reforçar os seguintes avanços das linhas de atuação da CGU, no âmbito da iniciativa 029V – Aprimoramento e fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal:

- Melhorias no Programa de Fiscalização de Entes Federativos: além do sorteio de municípios, esse programa passou a contemplar, em 2015, a seleção por meio de matriz de vulnerabilidade. Essa forma de seleção garante avaliação mais eficiente dos gastos pelos entes federativos. Os entes a serem fiscalizados são selecionados em função de indicadores de vulnerabilidade. Entretanto, a CGU ainda realiza fiscalizações por meio de sorteio, para que a aleatoriedade deste tipo de seleção continue ocorrendo.
- Estreitamento dos trabalhos com órgãos de defesa de estado: nos últimos anos, verificou-se intensificação dos trabalhos provenientes de Demandas Externas (representações) e aumento do número de operações especiais com participação, direta ou indireta da Controladoria.
- Maior interação com o gestor: a CGU, além de intensificar as capacitações realizadas (programa capacita), as orientações aos gestores e as reuniões de busca conjunta de soluções, compartilhou, em 2015, o sistema Monitor, sistema em que a CGU registra e monitora a implementação das suas recomendações. O gestor passou a acessar e editar também o sistema, possibilitando o registro da implementação das recomendações, dispensando a

manifestação mediante ofícios, agilizando e facilitando a comunicação gestor com a CGU e vice versa.

- Melhoria nos índices de benefícios financeiros e não financeiros: a melhoria desses índices demonstra a melhoria de atuação da CGU em todas suas linhas de atuação, representando os benefícios do controle ao longo do tempo.

II) Iniciativa 02DK - Implementação do Sistema Nacional de Acesso à Informação

Essa iniciativa foi executada, principalmente, com foco na melhoria do serviço de informação junto ao cidadão, inclusive no monitoramento e mensuração das atividades ligadas à consolidação da Lei nº 12.527/2011, mais conhecida como Lei de Acesso à Informação.

Ao longo de 2015, a Controladoria investiu na capacitação dos servidores públicos sobre o tema e atuou na melhoria da estrutura tecnológica utilizada para interação entre o cidadão e os órgãos do Poder Executivo Federal. O Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), desenvolvido e mantido pela CGU, recebeu diversos aperfeiçoamentos, tanto para melhorar a sua usabilidade, quanto para proporcionar maior grau de transparência. Dentre as melhorias no sistema, destaca-se a liberação de cadastros para cidadãos que não possuem CPF, divulgação, aos órgãos, dos resultados das pesquisas de satisfação do sistema e criação de máscaras para auxiliar o cidadão a direcionar seu pedido ao órgão correto.

O e-SIC conta com mais de 300 Serviços de Informação ao Cidadão (SIC) do Poder Executivo Federal cadastrados no sistema e mais de 180 mil solicitantes de informações públicas.

III) Iniciativa 02D3 – Implementação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal

Por sua vez, a iniciativa 02D3 – Implementação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, integrante do objetivo 0605 do PPA – Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação, foi executada com foco na integração sistêmica das ouvidorias no Poder Executivo Federal, por meio da execução de diversas ações em torno do tema, conforme descrito a seguir:

- i) Realização do Encontro com Ouvidores dos Estados e do Distrito Federal, que reuniu 10 representantes de Ouvidorias, e no qual criou-se a Rede Nacional de Ouvidorias, com lastro no Programa de Fortalecimento das Ouvidorias (Portaria nº 50.253, de 15 de dezembro de 2015), que tem por objetivo aprofundar e aperfeiçoar a integração entre ouvidorias não mais apenas no âmbito federal, mas entre este e os demais entes da federação, a fim de melhorar o acesso do cidadão ao Estado. O Programa oferece capacitação e cessão gratuita do código-fonte do e-Ouv.
- ii) Realização dos encontros técnicos com as ouvidorias do Poder Executivo Federal, para discussão de temas afetos ao tratamento de manifestações;
- iii) Aperfeiçoamento do portal Ouvidorias.gov (www.ouvidorias.gov.br) e sistema informatizado e-OUV, para registro e consulta de manifestações dirigidas às ouvidorias do Poder Executivo Federal. O portal reúne uma série de conteúdos de interesse das ouvidorias e dos cidadãos: notícias, orientações, lista de ouvidorias, informações estatísticas, indicadores, relatórios, calendário de eventos, legislação e interface para acesso ao sistema e-Ouv. O sistema, por sua vez, possibilita ao cidadão a realização de manifestação, anônima ou identificada, assim como consultar o andamento e a resposta. O sistema permite, ainda, ir à construção de indicadores e a análise agregada dos dados e informações, com vistas ao aprimoramento da gestão, a partir das manifestações dos cidadãos.
- iv) Realização de ações de capacitação voltadas ao funcionamento integrado e efetivo das ouvidorias federais. Por meio da Política de Formação Continuada em Ouvidorias (PROFOCO), em parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF, foram ofertados cursos gratuitos, de forma presencial, voltados especificamente para ouvidores públicos, servidores e

colaboradores que atuam em ouvidorias, tanto na União quanto nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios. Foram oferecidos os cursos Gestão e Prática em Ouvidoria, Acesso à Informação e Práticas de Atendimento ao Cidadão em Ouvidorias, os quais registraram 923 participantes. Adicionalmente, foram ofertados cursos na modalidade à distância, realizados em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal, na temática “Ouvidoria na Administração Pública”.

4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Antes da apresentação das ações orçamentárias da CGU no PPA 2012-2015 cabe ressaltar que, conforme citado anteriormente no item **4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados**, a Controladoria-Geral da União integra o Programa 2101- Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República, nos termos do inciso II, do Art. 5º da Lei nº 12.593/2012, com a totalidade dos recursos consignados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

As principais atividades que fomentaram o trabalho da CGU nos temas do controle interno, transparência da gestão pública, combate à corrupção, responsabilização administrativa de agentes públicos e na recepção e análise das manifestações dos cidadãos estão consubstanciadas na Ação 2D58 - Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição, descrita abaixo:

Quadro 4.3.2.A - AÇÃO 2D58 - Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição

Identificação da Ação						
Código	2D58		Tipo: Atividade			
Título	Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República Código: 2101 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	66101- Controladoria-Geral da União					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
76.142.689,00	86.594.004,00	85.958.297,22	58.495.141,81	57.798.740,49	885.740,76	21.697.273,53
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (reinscritos)						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1/1/2015		Valor Liquidado		Valor Cancelado		
670.554,34		16.751.865,04		518.991,67		

Fonte: Tesouro Gerencial

A análise orçamentária da Ação 2D58 - Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição, está detalhada nos seus respectivos Planos Orçamentários (PO).

Os principais resultados das atividades associadas às ações de Controle Interno, Correição, Prevenção à Corrupção e Ouvidoria, estão detalhados no item 4.2 – Programação Orçamentária e Financeira e Resultados alcançados.

Os demais resultados estão descritos a seguir, após cada quadro:

Quadro 4.3.2.B - PO 0002 - Ações de Prevenção à Corrupção e de Promoção da Transparência Governamental

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
5.849.371,00	3.264,837,00	3.170.705,50	2.259.600,50

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 4.3.2.C - PO 0003 - Correição no Poder Executivo Federal

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
1.010.004,00	198.537,00	171.956,47	156.956,47

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 4.3.2.D - PO 0004 - Gestão do Sistema Federal de Ouvidorias

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
393.852,00	47.442,00	37.799,53	37.149,50

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 4.3.2.E - PO 0005 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
964.270,00	964.270,00	961.613,50	947.691,59

Fonte: Tesouro Gerencial

Com relação à capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, no decorrer do exercício foram realizadas diversas ações que contribuiriam para o fomento das atividades voltadas para os servidores da CGU, dentre as quais destacamos os Cursos de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado) com dispêndios de recursos oriundos do Plano Anual de Capacitação (PAC), entretanto, os valores pagos se referem a concessões remanescentes de anos anteriores.

Em relação aos Cursos de curta e média duração foram oferecidas 282 vagas na sede e nas Unidades Regionais, cujo objeto era a participação em eventos (congressos e seminários), cursos voltados para a capacitação de servidores na área de tecnologia da Informação, Administração, Direito Administrativo, Administração Orçamentária e Financeira, Auditorias, Correição, Ouvidoria e Prevenção à Corrupção, dentre outros, com destaque para o curso realizado pela Amana Key de desenvolvimento de lideranças com a participação de 142 servidores da casa e o gasto de R\$ 293.078,57.

Para o ressarcimento de Bolsa de estudo para capacitação em língua estrangeira foram preenchidas 206 bolsas no primeiro semestre e 148 no segundo semestre de 2015, totalizando 354 bolsas no ano e o dispêndio de R\$ 292.847,00, em folha de pagamento.

Quadro 4.3.2.F - PO 0006 - Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
8.203.404,00	4.428.264,00	4.343.424,53	3.867.685,87

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 4.3.2.G - PO 2000 - Despesas Administrativas

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
48.741.357,00	66.841.055,00	66.840.761,00	49.150.791,29

Fonte: Tesouro Gerencial

No que tange à Manutenção Administrativa realizamos diversas atividades que primam pela manutenção e funcionamento da CGU na sede e nos estados, dentre as quais podemos destacar descentralizações para atender despesas com as Controladorias Regionais nos estados; rateio do Condomínio do Bloco A da Esplanada dos Ministérios onde está lotada a Corregedoria-Geral da CGU; execução dos contratos administrativos; manutenção do Edifício Siderbrás onde está lotada a Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção.

Outras despesas como a aquisição de protetores de caçambas para os veículos das Controladorias-Regionais de Alagoas, Espírito Santo e Mato Grosso e Paraná; capotas marítimas; aquisição de aparelhos de ar condicionados para as Controladorias-Regionais de Minas Gerais e Sergipe; aquisição de livros e confecção de persianas para a CGU-R/PE; dentre outras.

Na área de Tecnologia da Informação cabe mencionar a aquisição de 581 computadores que devem substituir os equipamentos obsoletos e sem garantia, a ampliação dos links de comunicação da Sede e Regionais, aumentando a velocidade e qualidade no acesso aos serviços de TI, a substituição dos sistemas de proteção e alimentação de energia elétrica (no-breaks) e racks das regionais, melhorando o fornecimento de energia e a estruturação dos cabeamentos estruturados, e a modernização dos equipamentos de segurança da informação com a substituição do firewall e filtro de conteúdo.

Quadro 4.3.2.H - PO 0008 - Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira – PROPREVINE

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
10.478.000,00	10.478.000,00	10.439.703,38	1.851.965,13

Fonte: Tesouro Gerencial

O Plano Orçamentário 0008 refere-se ao Contrato de Empréstimo nº 2919/OC-BR, firmado entre a CGU e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevine), assinado em 17/12/2013, tendo como objetivo fortalecer as capacidades de controle interno da gestão pública federal brasileira, com foco em três áreas estratégicas, quais sejam, o combate à corrupção; a melhoria da gestão e despesas públicas; e o fortalecimento da transparência e participação cidadã na administração pública.

Entre as principais ações realizadas por meio do Proprevine podem ser elencadas aquisições e contratações relacionadas à modernização institucional, que podem ser classificadas, basicamente, em três tipos de gastos: em tecnologia, em capacitações e em infraestrutura logística.

Com o orçamento de investimento destacamos as aquisições de ferramentas de tecnologia da informação que contribuirão diretamente para o aumento da maturidade da governança, a melhoria e o aumento da capacidade de sistemas internos, bem como a ampliação e melhoramento de portais em que a CGU é responsável, como o da Transparência, e de sítios eletrônicos tendo como exemplo o e-Ouv.

Quanto ao orçamento de custeio, ressaltamos os recursos aportados para a execução do Planejamento Estratégico da CGU, que culminou com a definição do Mapa Estratégico, incluindo as iniciativas de comunicação para a disseminação dos seus respectivos elementos estratégicos – Missão, Visão,

Valores e Objetivos. Nesse sentido, foram realizadas oficinas com todos os servidores (34 eventos na Sede, 26 em Regionais).

Ainda com recursos de custeio, os servidores das unidades regionais puderam receber capacitação no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, sistema que busca modernizar a gestão eletrônica de documentos na CGU.

Foram apoiadas, também, capacitações para gestores federais em Processo Administrativo Disciplinar e no tema de Ouvidoria, com mais de 1.000 (mil) gestores formados. Incluídas as capacitações em Pós Graduações, Mestrados e Doutorado, em áreas de interesse da CGU, como auditoria, administração pública e direito. Destaque-se, ainda, o início dos trabalhos de mapeamento de competências dos servidores da CGU, cujo objetivo é a partir de 2016 passarmos a trabalhar o desenvolvimento por gestão de competências.

Além desses, outros eventos foram realizados com recursos do proprevine:

- a) Encontro dos Núcleos de Ações Especiais (NAE) da CGU: encontro de servidores dos Núcleos de Ações Especiais - NAE dos 26 (vinte e seis) Estados da Federação para Realização do II Encontro, em Brasília – DF. Teve como objetivos: aprimorar as técnicas de ação de controle de caráter investigativo; padronizar a confecção dos Relatórios de Operações Especiais; definir o fluxo de tratamento das informações obtidas a partir de demandas externas e ações investigativas; e definir as informações essenciais a serem obtidas nos trabalhos de caráter investigativo, com fins de aplicação da Lei 12.846, de 01 de agosto de 2013.
- b) Seminário de Disseminação da Estratégia dos Observatórios da Despesa Pública Estaduais: encontro de servidores da Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas para a realização dos seminários de divulgação da estratégia de implantação dos ODP estaduais.
- c) Evento “Diálogos para Governo Aberto” realizado em Brasília-DF, pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, tendo por finalidade difundir o conceito e a importância do governo aberto, apresentar a Parceria para Governo Aberto e seus mecanismos de funcionamento no Brasil.

Por fim, com os recursos do Proprevine foram iniciadas, também, ações para melhorar a estrutura logística da CGU, tais como a melhoria da estrutura de arquivos, a implementação da biblioteca virtual e parceria com a Universidade de Brasília para definir a metodologia arquivística do órgão.

Quadro 4.3.2.I - Plano Orçamentário: 0009 – Gestão de Pesquisas e Informações Estratégicas

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
502.440,00	361.434,00	250.094,97	223.301,46

Fonte: Tesouro Gerencial

As atividades e projetos, realizados por meio do Plano Orçamentário de Gestão e Informações Estratégicas (PO-0009), foram executadas com recurso do Banco Interamericano de Desenvolvimento - Doação no âmbito do Projeto ATN/AA-12006-BR . As principais atividades e projetos realizados foram os seguintes:

No que diz respeito à Capacitação, cabe destacar os cursos ‘Novo Tesouro Gerencial – Sistemas de Consultas Financeiras do Governo’, ‘Capacitação em Segurança Institucional’, e ‘Combate e Prevenção ao Crime’, e o congresso ‘SAS Global Fórum 2015’, realizado em Dallas, EUA. Para fortalecer as ações da Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas - DIE, foram realizadas as

aquisições de equipamentos e material permanente, onde se incluem: 01 impressora A3 funcional colorida e 08 equipamentos wireless, 01 caixa de som e 03 capas para tablets.

Dentre os principais projetos, destacam-se, a divulgação conceitual do Observatório da Despesa Pública e do Portal ODP, ferramenta de monitoramento do gasto público, para órgãos do Governo Federal e para a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (CISSET/PR). A divulgação do ODP alcançou, também, órgãos federais localizados nos estados, por meio de videoconferência realizada entre a sede da CGU e suas Unidades Regionais nos estados. Foram adquiridos materiais de divulgação (folders, canetas, blocos de anotações e pastas com a marca ODP) e contratada a impressão e instalação de um painel para divulgação interna do ODP.

Os projetos voltados para a divulgação do Observatório da Despesa Pública – ODP foram: Contratação de espaço para divulgação no 12º Congresso de Segurança da Informação, Auditoria e Governança de TIC (CNASI): realizado em Brasília/DF, no período de 15 e 16/06/2015, e ministração de palestra sobre o modelo conceitual do ODP no 24º Congresso de Segurança de Informação, Auditoria e Governança TIC SP 2015, realizado em São Paulo, no período de 15/09/2015 a 16/09/2015. Nesta ação foram capacitados 126 servidores multiplicadores da CGU, 428 servidores multiplicadores de outros órgãos públicos, englobando 59 órgãos capacitados, em um universo de 38 ministérios.

Quanto à implantação dos Observatórios da Despesa Pública – ODP de Santa Catarina e da Bahia, houve a apresentação final do estudo Qi Servidores, realizada pelo ODP.Santa Catarina e a realização do Curso Desenvolvedor ClickView In-company, em Florianópolis/SC e Salvador/BA, para servidores do ODP.SC e ODP.BA, respectivamente, com a participação de servidores do ODP/CGU.

O modelo do ODP, implantado inicialmente nos estados de Santa Catarina e Bahia, está sendo expandido para os demais entes da federação. O objetivo é implementar a rede ODP em âmbito estadual em todo o território nacional. O denominado ODP.estadual propiciará a integração e ações coordenadas e estruturadas entre a União e os demais entes federativos, de forma a auxiliar no processo de avaliação da gestão e posterior tomada de decisão, assim como na melhoria dos controles e monitoramento do gasto público.

Com o objetivo de apresentar os requisitos para implantação do ODP.estadual aos controladores internos dos estados, foram realizados seminários em pólos regionais (NO, NE, CO, SE, S) na segunda quinzena de outubro de 2015, nas cidades de Belém, Brasília, Florianópolis, São Paulo e Salvador.

Após a conclusão do ciclo de seminários, 13 (treze) estados já aderiram ou manifestaram interesse em assinar o Acordo de Cooperação Técnica com a CGU: Alagoas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná, Piauí, Minas Gerais, Sergipe, Rondônia e Tocantins, além dos 2 (dois) ODPs existentes, Santa Catarina e Bahia. Em 2016 estão previstas a capacitação e o início dos estudos em conjunto para consolidação da Rede ODP.

Quadro 4.3.2-J - AÇÃO 14UP - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
800.000,00	2.140.000,00	2.140.000,00	0

Fonte: Tesouro Gerencial

A Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União em Pernambuco apresenta os seguintes estágios: a) Fase de Construção - está em processo de obtenção do alvará de construção junto à Prefeitura do Recife; b) Percentual de Execução: 0%; e, c) Informações Relevantes: Para

protocolar o pedido de Alvará de Construção, a Prefeitura do Recife exigiu para a obra a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Certidão do Cartório de Imóveis, Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), Protocolo de licenciamento ambiental na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Compromisso de execução de obra de arte antes do habite-se. Aguardava-se, até o final do exercício, a atuação por parte da construtora contratada para a obtenção do alvará de construção, por ser obrigação contratual.

Quadro 4.3.2-K - AÇÃO 14UQ - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
800.000,00	100.000,00	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial

O processo de licitação da Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Maranhão está em fase de recursos, já tendo sido publicado o resultado da Concorrência. A empresa ganhadora do certame apresentou proposta de R\$ 6.634.600,62 – com execução prevista de 12 meses após a emissão da Ordem de Serviço pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão - SAMF/MA. Ainda será ajustado entre a SAMF/MA e a empresa vencedora um cronograma de execução da obra.

Levando-se em conta a fase em que a obra se encontrava, julgou-se pertinente cancelar parte de seus créditos orçamentários para direcioná-los às demandas mais urgentes da CGU, visando cobrir o déficit identificado no custeio da Administração da Unidade e assim manter o funcionamento do Órgão Central, das Unidades Regionais e da Corregedoria-Geral da União (no bloco A da Esplanada dos Ministérios).

Quadro 4.3.2-L - AÇÃO 14UR - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
200.000,00	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

Em relação à Ação Orçamentária destinada à Construção da Sede da CGU-Regional/AM, não houve nenhum dispêndio de recursos no exercício 2015, tendo em vista que o imóvel de posse desta Regional está sub judice, conforme Processo nº 0013579-62.2014.4.01.3200, impetrado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Amazonas, em favor da Seção Judiciária do Amazonas, ou seja para que o terreno seja destinado à Justiça Federal.

Além disso, o terreno da CGU Amazonas para a construção de sua nova sede foi invadido pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM e a Procuradoria da União no Estado do Amazonas – PU/AM, entrou com processo de reintegração de posse, sendo a decisão de reintegração favorável à CGU-Regional/AM o que motivou a Regional a iniciar o processo de tratativas para a desocupação pacífica do imóvel.

Levando-se em conta a fase em que a obra se encontrava, julgou-se pertinente cancelar seus créditos orçamentários para direcioná-los às demandas mais urgentes da CGU, visando cobrir o déficit identificado no custeio da Administração da Unidade e assim manter o funcionamento do Órgão Central, das Unidades Regionais e da Corregedoria-Geral da União (no bloco A da Esplanada dos Ministérios).

Quadro 4.3.2-M - AÇÃO 14US - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
200.000,00	0	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial

No que tange à construção da sede da CGU-Regional/PB, a Lei Municipal de João Pessoa/PB nº 13.047/2015, promulgada em 17/07/2015, foi publicada no Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa de 02 a 08/08/2015. De acordo com o Art. 6º da presente Lei, a construção da sede da CGU deverá ser realizada no prazo de 03 (três) anos, a contar da publicação da Lei. No que tange aos atos da União para o aceite e inscrição do terreno, a Superintendência do Patrimônio da União no Estado da Paraíba (SPU/PB) publicou, no Diário Oficial da União de 25/11/2015, a Portaria nº 13/2015, aceitando o terreno doado pelo Município.

A escritura em nome da União e a inscrição do terreno no SpiuNet estavam com previsão de ser concluídas até o início de 2016, quando poderão ser iniciados os procedimentos de licitação do Projeto de Construção da sede da CGU-Regional/PB, por intermédio da SAMF/PB.

Levando-se em conta a fase em que a obra se encontrava, julgou-se pertinente cancelar seus créditos orçamentários para direcioná-los às demandas mais urgentes da CGU, visando cobrir o déficit identificado no custeio da Administração da Unidade e assim manter o funcionamento do Órgão Central, das Unidades Regionais e da Corregedoria-Geral da União (no bloco A da Esplanada dos Ministérios).

Quadro 4.3.2-N - AÇÃO 14UT - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
2.254.356,00	2.213.050,00	2.213.050,00	1.008.583,99

Fonte: Tesouro Gerencial

As obras de construção estão em andamento conforme o cronograma. De acordo com a CGU-Regional/RN, foram executados: serviços de alvenaria e reboco, execução de piso industrial na área das garagens, construção da caixa d' água, instalação de eletrocalhas/eletrodutos, tubulação para água, esgoto, incêndio, climatização, entre outros serviços, conforme o último relatório de acompanhamento da obra, de 23/12/2015. O valor empenhado em 2015 foi de 100% da dotação final e a execução da obra está com 46% de andamento. A previsão de conclusão da obra está estimada para novembro de 2016.

Quadro 4.3.2-O - AÇÃO 14UU - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
800.000,00	260.000,00	260.000,00	0

Fonte: Tesouro Gerencial

A licitação da nova sede da CGU-Regional/PI foi finalizada e o contrato assinado em 28/12/2015. Levando-se em conta a fase em que obra se encontrava, julgou-se pertinente cancelar seus créditos orçamentários para direcioná-los às demandas mais urgentes da CGU, visando cobrir o déficit identificado no custeio da Administração da Unidade e assim manter o funcionamento do Órgão

Central, das Unidades Regionais e da Corregedoria-Geral da União (no bloco A da Esplanada dos Ministérios).

Quadro 4.3.2-P - AÇÃO 156S - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
50.000,00	0	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial

A nova sede da CGU/TO ainda está em fase de obtenção do terreno junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A obtenção estava prevista para ocorrer em dezembro, quando a Presidência do Incra autorizaria a doação do terreno à CGU na última reunião do Conselho Diretor daquela Autarquia (o próprio Ministro Interino da CGU havia feito contato com a Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário para articular essa doação), entretanto, apesar de todos os esforços empreendidos o assunto não entrou na pauta da mencionada reunião. Em contato realizado com a Diretoria Administrativa do Incra, foi informado que a doação será apreciada na primeira reunião do Conselho Diretor do Incra de 2016.

Levando-se em conta a fase em que a obra se encontra, julgou-se pertinente cancelar seus créditos orçamentários para direcioná-los às demandas mais urgentes da CGU, visando cobrir o déficit identificado no custeio da Administração da Unidade e assim manter o funcionamento do Órgão Central, das Unidades Regionais e da Corregedoria-Geral da União (no bloco A da Esplanada dos Ministérios).

Quadro 4.3.2-Q - AÇÃO 156T - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo

Dotação		Execução Orçamentária	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado
200.000,00	0	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial

Em relação à construção do edifício-sede da Regional/ES, tem as seguintes situações: a) Fase da obra: inicial, já que apenas dispõe do terreno, o qual é compartilhado com a Advocacia-Geral da União (AGU); b) o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo manifestou interesse de também ocupar o terreno, ficando encarregado de elaborar um projeto conceitual da obra e de executá-la posteriormente, o que fora concordado tanto pela CGU quanto pela AGU.

Levando-se em conta a fase em que obra se encontra, julgou-se pertinente cancelar seus créditos orçamentários para direcioná-los às demandas mais urgentes da CGU, visando cobrir o déficit identificado no custeio da Administração da Unidade e assim manter o funcionamento do Órgão Central, das Unidades Regionais e da Corregedoria-Geral da União (Bl. A Esplanada dos Ministérios).

4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Além dos motivos expostos por meio das considerações tecidas ao Quadro 4.3-B - Execução de Despesas, ressaltamos ainda, como fator interveniente ao desempenho do orçamento a aprovação da Portaria MP 172, de 27 de maio de 2015 que fixou o limite para as despesas com diárias e passagens, bem como a contratação de bens e serviços no âmbito dos órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo, que autorizou inicialmente para a CGU um limite de R\$32.702.000,00 para empenho nas categorias de gasto retromencionadas, posteriormente esse limite

foi aumentado para R\$38.780.000,00. Tal portaria fez com que o gestor além de estar voltado para os limites de empenho e pagamento impostos por meio do decreto de programação orçamentária e financeira, estivesse atento a execução das despesas especificadas na referida portaria.

4.3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos

Abaixo, são apresentados os quadros **4.3.4-A-Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (Provisão)**, **4.3.4-B-Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa (Destaques Concedidos)** e **4.3.4-C- Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa (Destaques Recebidos)**.

Quadro 4.3.4-A - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (Provisão)

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesm Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da Ação (PT)	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
Concedidos	110174	110175	04122210109HB0001	109.802.096,11		
			04122210120TP0001	556.947.338,00		
			09272008901810001	126.052.438,16		
			0412421012D580001			3.259.102,21
			04301210120040001			5.124.481,19
			04331210100M10001			154.122,17
			04331210120100001			332.250,00
			04331210120110001			27.520,00
			04331210120120001			10.227.770,00
	110174	110176	0412421012D580001			3.224.040,68
	110174	110576	0412421012D580001			165.368,73
	110174	110629	0412421012D580001			2.601.415,61
			28844090602840001		100.325,40	0
	110174	110641	0412421012D580001			674.654,71
	110174	170940	0412421012D580001			43.518.402,44
28846091000OX0002					271.400,00	
Origem da Movimentação	UG		Classificação da Ação (PT)	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedido	110174	110576	0412421012D580001	40.000,00		
	110174	110629	0412421012D580001	7.725.819,75		
	110174	170940	04122210114UT1262	2.213.050,00		
			0412421012D580001	3.103.704,61		

Fonte: Tesouro Gerencial

O **Quadro 4.3.4-A - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (Provisão)**, apresentado acima, retrata a provisão concedida às Unidades Gestoras responsável pela execução dos créditos destinados a atender as despesas do Órgão Central conforme detalhado abaixo:

- 110175: executa as despesas com a folha de pagamento de pessoal e capacitação;
- 110176: pagamento de diárias e passagens (agenciamento);

- 110576 e 110629: execução de recursos externos oriundos do BID (doação e empréstimos, respectivamente);
- 110641: pagamento de passagens aéreas na modalidade de compras direta;
- 170940: execução de contratos, suprimento de fundos (Edifício-Sede) e demais despesas.

Quadro 4.3.4-B - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa (Destaques Concedidos)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da Ação (PT)	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedido	110174	110245	0412421012D580001			13.434,46
	110174	114702	0412421012D580001			43.600,00
	110174	153038	0412421012D580001			200.000,00
	110174	153063	0412421012D580001			193.332,00
	110174	154019	0412421012D580001			148.800,00
	110174	170009	0412421012D580001			210.743,00
	110174	170025	0412421012D580001			1.115.202,27
	110174	170032	0412421012D580001			459.576,98
	110174	170038	0412421012D580001			618.496,02
	110174	170045	0412421012D580001			362.381,28
	110174	170050	0412421012D580001			945.881,18
	110174	170055	0412421012D580001			1.248.367,55
	110174	170057	0412421012D580001			7.643,64
	110174	170064	0412421012D580001			659.777,85
	110174	170069	0412421012D580001			462.702,44
	110174	170075	0412421012D580001			1.190.866,43
	110174	170085	0412421012D580001			1.849.713,37
	110174	170100	0412421012D580001			398.419,58
	110174	170106	0412421012D580001			349.295,48
	110174	170114	0412421012D580001			771.520,63
	110174	170131	0412421012D580001			1.084.661,96
	110174	170153	0412421012D580001			577.920,77
	110174	170166	0412421012D580001			341.845,41
	110174	170175	0412421012D580001			826.754,91
	110174	170190	0412421012D580001			319.268,12
	110174	170195	0412421012D580001			1.218.523,72
	110174	170207	0412421012D580001			848.814,76
	110174	170214	0412421012D580001			1.109.569,59
	110174	170344	0412421012D580001			31.053,86
	110174	170345	0412421012D580001			2.000,00
	110174	170346	0412421012D580001			52.163,33
	110174	170347	0412421012D580001			25.076,08
110174	170531	0412421012D580001			33.136,90	
110174	180004	0412421012D580001			0,00	
110174	180077	0412421012D580001			3.098.515,37	

	110174	201002	0412421012D580001			1.553.901,82
	110174	201060	0412421012D580001			0,00
	110174	201061	0412421012D580001			0,00
	110174	201063	0412421012D580001			4.316,00
	110174	240005	0412421012D580001			66.751,26
	110174	410003	0412421012D580001			14.073,71
Origem da Movimentação	UG		Classificação da Ação (PT)	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	110174	170032	04122210114UU0981	260.000,00		
	110174	170055	04122210114UP1695	2.140.000,00		
			0412421012D580001	931,58		
	110174	170064	0412421012D580001	1.820,00		
	110174	170069	0412421012D580001	21.118,98		
	110174	170075	0412421012D580001	2.044,25		
	110174	170085	0412421012D580001	22.967,60		
	110174	170100	0412421012D580001	500,00		
	110174	170153	0412421012D580001	425,00		
	110174	170175	0412421012D580001	4.320,00		
	110174	170190	0412421012D580001	900,00		
	110174	170195	0412421012D580001	3.982,98		
	110174	201002	0412421012D580001	2.360,00		

Fonte: Tesouro Gerencial

O Quadro 4.3.4-B – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa (Destques Concedidos), acima, demonstra que as principais movimentações de créditos externas, no exercício de 2015, com relação ao grupo Outras Despesas Correntes consistiu nas despesas de manutenção, funcionamento, adaptação de imóveis e materiais permanente das Unidades Regionais nos Estados, que contam com o apoio do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no tocante a atividades administrativas.

Houve, ainda, rateio das despesas de manutenção e funcionamento da Corregedoria-Geral da União (CRG/CGU), em razão de a unidade ocupar parte do espaço físico do Bloco A da Esplanada dos Ministérios, cuja administração fica a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O Grupo Investimento ficou concentrado na aquisição de equipamentos de informática, principalmente servidores e softwares, e na construção e reforma de algumas Regionais.

Quadro 4.3.4-C - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa (Destques Recebidos)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da Ação (PT)	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	153034	110174	12128210945720015			3.840,00
	443032	110174	18122212420000001			2.517,12
	530001	110174	04122211120000001			2.970,00
	560003	110174	15128211645720001			7.174,44
	550005	110174	08122212220000001			10.690,17
	153173	170940	12847203005090001			1.167.950,00

						1.195.141,73
Origem da Movimentação	UG		Classificação da Ação (PT)	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida

Fonte: Tesouro Gerencial

Os destaques recebidos decorrentes dos créditos de movimentação, conforme demonstrado acima no **Quadro 4.3.4-C – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa (Destaques Recebidos)**, totalizaram R\$ 1.195.141,73, sendo R\$10.690,17 destinados a atender despesas atividades de fiscalização do MDS, conforme Memo nº 467-AECI/MDS-2015; R\$ 16.501,56 visando o pagamento de Gratificação por encargo de cursos e concursos (GECC) e R\$1.167.950,00 para serviços gráficos e editoriais, com vistas à realização do Projeto “Um por todos e todos por um! Pela ética e Cidadania!” realizado em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a CGU e o Instituto Maurício de Sousa.

4.3.5 Informações sobre a execução das despesas

Abaixo, é apresentado o quadro **4.3.5-A- Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total**.

Quadro 4.3.5-A - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: CGU		Código UO: 66101			
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	31.705.430,41	36.919.320,96	31.066.393,99	36.332.256,22	
a) Convite					
b) Tomada de Preços		312.295,05		312.295,05	
c) Concorrência	1.008.583,99	98.675,35	1.008.583,99	98.675,35	
d) Pregão	30.696.846,42	36.508.350,56	30.057.810,00	35.921.285,82	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	21.384.043,12	19.433.058,06	21.292.618,89	19.126.475,57	
h) Dispensa	17.295.928,19	16.953.993,69	17.219.033,56	16.715.421,79	
i) Inexigibilidade	4.088.114,93	2.479.064,37	4.073.585,33	2.411.053,78	
3. Regime de Execução Especial	190.155,90	228.614,96	190.155,90	228.614,96	
j) Suprimento de Fundos	190.155,90	228.614,96	190.155,90	228.614,96	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	793.952.052,34	737.576.188,38	789.679.098,04	737.576.188,38	
k) Pagamento em Folha	791.222.423,78	734.787.875,35	786.956.195,48	734.787.875,35	
l) Diárias	2.729.628,56	2.788.313,03	2.722.902,56	2.788.313,03	
5. Outros	19.457.914,85	21.229.712,78	19.457.914,85	21.229.679,73	
6. Total (1+2+3+4+5)	866.689.596,62	815.386.895,14	861.686.181,67	814.493.214,86	

Fonte: Tesouro Gerencial

No **Quadro 4.3.5-A - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total**, apresentado acima, destaca-se o predomínio das contratações por meio de Pregão Eletrônico, seguidas por aquelas efetuadas por meio de Concorrência. No mesmo quadro é possível perceber, ainda, que houve uma redução de 17% das despesas efetuadas na modalidade de Suprimento de Fundos.

Quadro 4.3.5-B – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros	11.014,44	113.078,21	11.014,44	113.078,21
6. Total (1+2+3+4+5)	11.014,44	113.078,21	11.014,44	113.078,21

O Quadro 4.3.5-B - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Movimentação, apresentado acima, retrata a execução dos créditos recebidos por meio de destaque. Do valor de R\$16.501,56 empenhados para fins de pagamento de Gratificação por Encargos de Cursos e Concursos foram liquidados e pagos R\$11.014,44.

O Quadro 4.3.5-C - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários, apresentado no Anexo I, demonstra a execução dos créditos aprovados por meio da Lei nº 13.115-LOA/2015 detlhando-os por grupo e objeto de gasto onde se percebe que as Despesas Correntes estão concentradas nos gastos com pagamento de pessoal (ativos e inativos) e encargos sociais, bem como com serviços prestados por pessoas jurídica e terceirização. As Despesas de Capital se destinaram a aquisição de equipamentos de informática, licenças de softwares, divisórias e móveis e demais materiais permanentes. Na categoria de obras e instalações, ressaltamos os gastos com a Construção dos Edifícios-Sede das CGU/R-RN, CGU/R-PE e CGU/R-PI.

Quadro 4.3.5-D – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ	1.167.950,00	100.421,31		100.421,31	1.167.950,00			100.421,31
36 – Outros Serviços de Terceiros - PF	16.501,56	16.988,50	11.014,44	12.656,90	5.487,12	4.331,60	11.014,44	12.656,90
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Tesouro Gerencial

Acima, o **Quadro 4.3.5 - D – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação** demonstra a execução orçamentária dos destaques recebidos a qual totaliza R\$ 1.184.451,56, sendo R\$16.501,56 destinados a atender despesas com pagamento de GECC e R\$1.167.950,00 para serviços gráficos e editoriais, com vistas à realização do Projeto “Um por todos e todos por um! Pela ética e Cidadania!” realizado em parceria com o FNDE, a CGU e o Instituto Maurício de Sousa. Da análise do quadro se observa ainda que parte dos valores empenhados foram inscritos R\$1.173.437,12 como Restos a Pagar Não Processados.

Quadro 4.3.5-E – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	0412421012D580001	120.000,06	87.721,42
Mercadológica			
Utilidade pública			

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme apresentado acima, no **Quadro 4.3.5 - E – Despesas com Publicidade**, as despesas com publicidade e propaganda ficaram concentradas na Ação 2D58, sendo os gastos distribuídos, dentro das despesas administrativas, nos planos internos de publicidade legal e comunicação geral e impressão e publicação oficial.

4.4 Desempenho operacional

Ao longo de 2015, a Controladoria-Geral da União atuou em várias frentes, nas suas quatro áreas finalísticas. Abaixo, segue o relato dos principais resultados alcançados na realização das ações de controle, de correição, de prevenção e de ouvidoria.

Controle Interno - Atividades realizadas e resultados alcançados

Avaliação da Integridade

Em 2015, a CGU, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno, trabalhou na elaboração de uma nova metodologia para a avaliação das medidas de integridade em empresas estatais. Essas medidas dizem respeito a políticas e instrumentos voltados para a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e de fraude.

A nova metodologia permite avaliar as medidas de integridade adotadas pelas empresas estatais sob as óticas da existência, qualidade e efetividade. Essa avaliação considera diversos aspectos, como, por exemplo: comprometimento da alta administração; padrões de conduta e código de ética aplicáveis aos empregados e administradores; treinamento e comunicação; canais de denúncia; diligências prévias à contratação e medidas de supervisão de fornecedores; transparência, etc.

A metodologia foi testada com quatro avaliações-piloto desenvolvidas no Banco do Nordeste, Empresa de Correios e Telégrafos, Furnas e Eletronorte, realizadas no segundo semestre de 2015. A escolha dessas estatais ocorreu em função da área de atuação: financeira, logística e elétrica. A ideia foi diversificar a análise das políticas de compliance, em razão das especificidades de cada setor econômico, seus aspectos de materialidade e de risco a fraudes.

O objetivo do trabalho foi avaliar a existência, a qualidade e a efetividade de políticas e programas voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e de atos de corrupção.

De modo geral, as avaliações demonstraram que algumas medidas de integridade estão presentes nas estatais por força de legislações, regulamentações ou de práticas disseminadas entre as instituições públicas. É o caso, por exemplo, das ouvidorias, que cumprem o papel de recebimento de denúncias; ou das medidas de transparência, influenciadas diretamente pela LAI. No entanto, a CGU verificou também que diversas medidas de integridades ainda estão em estágio embrionário ou inexistem nas empresas.

Nas quatro empresas avaliadas, verificou-se a existência de Código de Ética, tendo sido observada, no entanto, a necessidade de intensificação das comunicações emitidas pela alta administração em relação aos padrões éticos e de conduta esperados, de modo que essa instância figure como principal incentivadora e divulgadora da integridade nas empresas. Em duas das estatais foi verificada a existência de área específica responsável pelas políticas de integridade. Nas outras duas, o tema vem sendo conduzido por várias áreas.

Em relação ao treinamento e à comunicação relativos ao tema integridade, foi identificada, nas quatro empresas, a necessidade de seu aprimoramento. Com relação especificamente ao treinamento, identificou-se, também, a necessidade de se avaliar o impacto efetivo de tais capacitações.

Em todas as empresas foi verificada a existência de canais destinados à recepção de denúncias, tanto do público interno, quanto externo.

A partir das fragilidades e das oportunidades de melhoria identificadas, as estatais se comprometeram a elaborar um plano de ação, com vistas a promover o aprimoramento dos mecanismos de integridade ao longo de 2016. A adoção de providências será monitorada pela CGU.

Dando continuidade ao trabalho de reforço à atuação preventiva nas estatais federais, a CGU irá realizar, ao longo de 2016, mais 27 auditorias de avaliações de integridade.

Também foi lançado, em 2015, o Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais, destinado: 1) à alta direção das empresas estatais do Poder Executivo Federal, que pode utilizá-lo como apoio para implantar ou aprimorar seus Programas de Integridade, buscando o cumprimento de normas anticorrupção aplicáveis à entidade; 2) àqueles que estejam envolvidos na implantação de instrumentos, processos e estruturas do Programa de Integridade nas empresas estatais, e que necessitem de um documento que contenha os elementos essenciais geralmente abordados na legislação para implantação e manutenção do Programa; e 3) aos demais profissionais das empresas estatais e demais interessados que estão iniciando programa de integridade.

Mais do que apenas um conjunto de diretrizes teóricas, o Guia reúne exemplos e boas práticas, sempre adaptadas à realidade específica das empresas estatais, reconhecendo a legislação a que estão sujeitas e que, em muitos casos, impacta diretamente o tipo de mecanismos de integridade que podem e devem implementar.

Para apoiar a construção ou aperfeiçoamento dos programas de integridade em empresas estatais, o Guia apresenta uma lógica de visão sistêmica do programa concatenando seus principais elementos. A estrutura integrada do programa de integridade das empresas estatais, apresentada abaixo, traz um ciclo com 5 componentes e 15 elementos, para estruturar de forma lógica o programa de integridade. Cada um dos 15 elementos é abordado sob os aspectos da existência, da qualidade e da efetividade.

Estes mesmos elementos, estruturados nos cinco componentes do programa, são objeto de avaliação no escopo da metodologia de auditoria de integridade que foi testada em 2015.

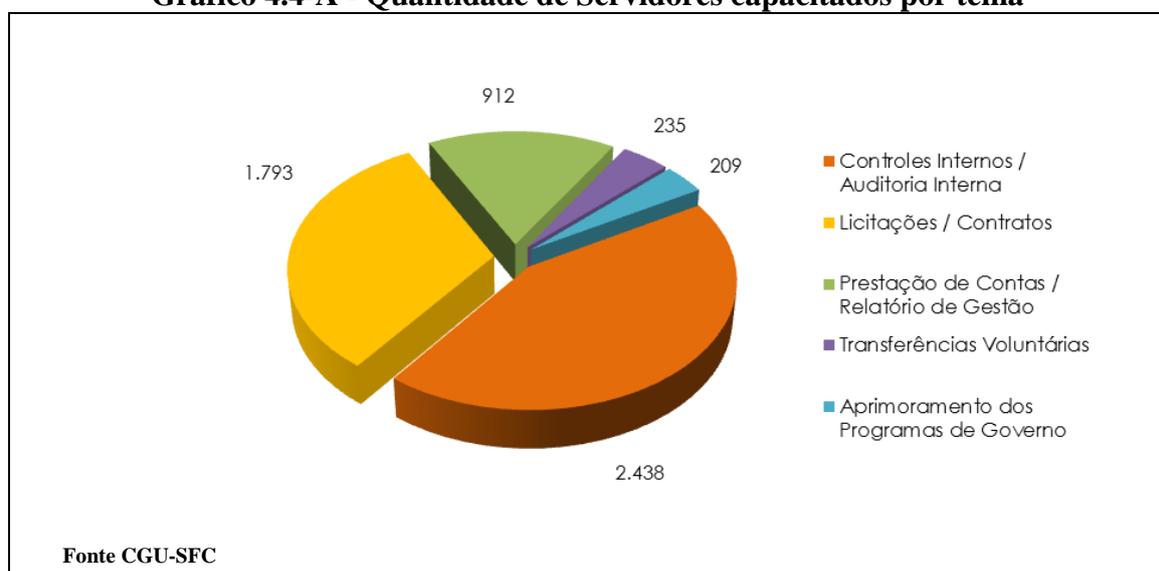
Programa Capacita

O Programa Capacita é uma iniciativa da CGU que objetiva promover a melhoria da gestão de recursos públicos por meio da oferta contínua de orientações e capacitações a gestores federais em áreas relacionadas à atuação do Controle Interno. O Programa busca fortalecer o controle preventivo, valorizar as iniciativas de interação com os gestores públicos federais e promover a melhoria da gestão dos recursos públicos. Em 2015, foram capacitados por meio desse programa mais de cinco mil servidores federais em temas relativos ao controle interno.

Os cursos são oferecidos de acordo com as necessidades e os temas de interesse dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. As modalidades de eventos são: à distância, seminários, palestras, oficinas, dentre outras.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição do quantitativo de servidores capacitados:

Gráfico 4.4-A - Quantidade de Servidores capacitados por tema



As capacitações são realizadas tanto pelas unidades do órgão central, em Brasília, quanto pelas Unidades Regionais da CGU em todo o Brasil. O quadro a seguir evidencia a distribuição por tema e unidade da federação.

Quadro 4.4-A - Capacitação por unidade da federação

UF	Controles Internos / Auditoria Interna	Licitações / Contratos	Prestação de Contas / Relatório de Gestão	Transferências Voluntárias	Aprimoramento dos Programas de Governo	Total
AL	26	49	49		49	173
AP			43			43
BA	30	22	123			175
CE	106					106
DF	847	519	305	1	160	1832
ES		28				28
GO	128	178	55			361
MG			70			70
MS	172	28				200
PA	494	173	173			840
PE	64	30	43			137
PI	21		16			37
PR	64	143				207
RJ	104	323				427
RN	23	68	35			126
RO	27	20				47
RR	45					45
RS	80					80
SC	28			234		262
SE	74	212				286
SP	105					105
Total	2438	1793	912	235	209	5587

Fonte- CGU-SFC

Além dos cursos ofertados, o Programa disponibiliza no site da CGU a Coleção Capacita que pode ser acessada por qualquer interessado. Atualmente a coleção engloba seis cartilhas com perguntas e respostas que visam, especialmente, orientar os gestores e servidores que atuam nas áreas de: Diárias e Passagens; Licitações e Contratos Administrativos; Sistema de Registro de Preços; Tomada de Contas Especial e Transferências de Recursos da União.

Parceria com Auditorias Internas

O Decreto nº 3.591/2000 atribuiu à Controladoria-Geral da União a competência de avaliar o desempenho da auditoria interna das entidades da administração indireta federal.

Nesse sentido, em 2015 foram realizadas 21 auditorias com o objetivo de acompanhar a execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e 64 auditorias com vistas à análise dos PAINT propostos pelas unidades de auditoria interna para o exercício de 2016.

Considerando a competência dada pelo Decreto 3.591/2000, a CGU participou ativamente em 2015 das análises e discussões realizadas com vistas à atualização dos normativos que dispunham sobre a elaboração, a apresentação e o acompanhamento do PAINT e do Relatório Anual de Auditoria

Interna (RAINT). Em decorrência dos trabalhos, que também contaram com a participação de integrantes das auditorias internas e de Assessores Especiais de Controle Interno (AECI), foi editada a Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015.

A iniciativa está inserida no projeto “Dinamização das Auditorias Internas”, que tem por objetivo fomentar a atuação dessas unidades, para que possam contribuir de forma decisiva em seus órgãos ou entidades para a efetividade dos controles internos (controle primário), para o fortalecimento da gestão e para a correção de rumos. Na primeira etapa do projeto, além da publicação dos novos normativos, foi realizado diagnóstico destinado ao levantamento de práticas, boas experiências e dificuldades em termos de normativos, desenvolvimento de pessoal, sistemas informatizados, atividades desenvolvidas e formalização de procedimentos. A partir da consolidação das informações, será possível, em 2016, mapear as ações necessárias em termos de integração de sistemas e possibilidades de melhoria na atuação conjunta das auditorias internas e da CGU, de forma a racionalizar as ações de controle e aprimorar a gestão dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Em complemento a este projeto, a CGU acredita que a participação em eventos conjuntos com unidades de auditoria interna é fundamental para o aperfeiçoamento de procedimentos e técnicas de auditoria, o estímulo ao intercâmbio de experiências e melhores práticas entre as unidades, o aprimoramento e atualização dos conhecimentos técnicos e normativos, a realização de cursos conjuntos de capacitação e a realização de auditorias integradas.

Nesse sentido, em 2015, houve participação da CGU nos seguintes eventos: a) 8º Encontro do Comitê Técnico de Auditoria promovido pelo Ministério da Integração Nacional (CTA/MI) e por suas unidades de auditoria interna; b) 1º Encontro de Auditorias Internas do Ministério do Meio Ambiente, promovido juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e c) FONAITec (duas edições) - Capacitação Técnica dos Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação.

Outro exemplo dos esforços empreendidos pela CGU para aproximação e fortalecimento das unidades de auditoria interna foi o evento promovido em parceria com o Banco Central com o objetivo de discutir avanços e desafios do controle interno, bem como debater as principais soluções informatizadas implantadas na atividade de auditoria.

Em 2015 foram realizados mais de 60 auditorias compartilhadas com unidades de auditoria interna de entidades vinculadas ao Ministério da Educação, Ministério da Previdência Social e Ministério da Integração Nacional.

Aprimoramento do marco normativo do Sistema de Controle Interno

Em 2015 foi instituído Grupo de Trabalho com o objetivo de revisar a Instrução Normativa SFC nº 01/2001 e constituir um arcabouço referencial para as auditorias em âmbito governamental. A revisão desse normativo se fundamenta na necessidade de atualização dos aspectos conceituais, terminológicos e doutrinários que regem a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e na necessidade de estabelecimento de um arcabouço principiológico que harmonize os manuais operacionais periodicamente produzidos e atualizados pela Secretaria Federal de Controle Interno.

A proposta de novo normativo encontra-se em finalização e deverá ser submetida a Consulta Pública, para participação de servidores da CGU, Auditores Internos, servidores lotados nas Ciset e Assessores Especiais de Controle Interno, entre outros.

Concurso de Boas Práticas

Como o objetivo de estimular, reconhecer e premiar iniciativas no Poder Executivo Federal que contribuam para a melhoria da gestão pública, a CGU promove desde 2012 o Concurso de Boas Práticas da CGU.

Em 2015, o Concurso trouxe cinco categorias: fortalecimento dos controles internos administrativos, aprimoramento das Auditorias Internas, promoção da transparência ativa e/ou passiva, aprimoramento das atividades de ouvidoria e aprimoramento das apurações disciplinares e de responsabilização de entes privados.

O resultado do concurso pode ser acessado por meio do link <http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/concursos/concurso-de-boas-praticas/resultado>.

Atuação da CGU na Comissão de Coordenação de Controle Interno (CCCI)

Em 2015 foram realizadas três reuniões da CCCI no Edifício Sede da CGU. As atas das reuniões estão disponíveis no link <http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/comissao-de-coordenacao-de-controle-interno-ccci/documentos-de-reunioes>. Na primeira reunião do exercício (2015) foram discutidos os temas “hipóteses de achados de auditoria que podem ensejar recomendações de instauração de Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) - Lei 12.846/2013 - e a deliberação para constituição de Grupos de Trabalho destinados a estudar os seguintes temas: Atuação das Auditorias Internas e Papel do Assessor Especial de Controle Interno.

A coordenação do grupo de trabalho referente à atuação das Auditorias Internas ficou a cargo do Auditor Interno representante do Banco Central do Brasil e o grupo de trabalho referente ao papel dos AECI contou com a participação de Auditores Internos, AECI e pelo menos um Diretor da SFC.

A segunda reunião do exercício contemplou a apresentação de resultados do GT relacionado ao aprimoramento das diretrizes e dos normativos sobre planejamento e avaliação das ações das auditorias internas. A proposta apresentada na reunião foi submetida à consulta pública, com consequente publicação da Instrução Normativa nº 24 de 17 de novembro de 2015. Na segunda reunião foram tratados ainda a possibilidade de vinculação das Auditorias Internas ao Sistema Federal de Controle Interno, tema que consta de ante-projeto de lei, atualmente no Ministério do Planejamento.

Na terceira reunião do exercício, houve a apresentação do relatório final do grupo de trabalho instituído pela Portaria 1.482/2015, que teve o objetivo de realizar estudos e apresentar proposta de normativo estabelecendo as atribuições e a forma de atuação dos Assessores Especiais de Controle Interno no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. A secretaria executiva da CCCI ficou encarregada de receber sugestões à proposta de novo normativo, para consolidação e posterior submissão ao Ministro da Controladoria-Geral da União. Na última reunião do exercício foi também discutido o tema “Revisão pelos pares”. Encaminhamento final foi a decisão de formação de um grupo de trabalho para discussão do tema. A primeira reunião de 2016 será realizada no mês de abril.

Avaliação de Programas de Governo (AEPG)

A metodologia de Avaliação de Programas de Governo visa avaliar a execução dos programas federais, o alcance dos seus objetivos e a adequação do seu gerenciamento. A metodologia envolve o mapeamento das políticas públicas, a hierarquização dos programas de governo e a priorização das ações de governo que serão avaliadas. Essa priorização é feita mediante a aferição de critérios de materialidade, relevância e risco, a partir dos quais elabora-se um ranking dos programas e seleciona-se os que serão avaliados.

Para cada ação governamental priorizada, desenvolve-se estudo acerca de suas formas de execução e definem-se as questões estratégicas que serão respondidas ao longo da avaliação. Após o detalhamento da abordagem de avaliação, as verificações in loco são realizadas em todo o território nacional. O passo seguinte é a consolidação e a análise das verificações, viabilizando a elaboração e a

apresentação aos gestores federais de relatórios de acompanhamento que contêm recomendações, as quais são discutidas com os responsáveis pela execução das ações de governo avaliadas. Na sequência, inicia-se o ciclo de monitoramento das providências adotadas.

Ao longo do exercício de 2015, foram publicados 16 relatórios de Avaliação da Execução de Programas de Governo, conforme detalhamento a seguir:

Quadro 4.4-B - Avaliação de programas de governo – 2015

Número do Relatório Publicado	Ministério	Programa Avaliado
Relatório nº 35	Educação	Programa Universidade para Todos (Prouni)
Relatório nº 36	Justiça	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública
Relatório nº 37	Cultura	Preservação do Patrimônio Histórico Urbano
Relatório nº 38	Educação	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica (Pnate)
Relatório nº 39	Comunicações	Implantação de Telecentros Comunitários
Relatório nº 40	Previdência Social	Compensação Previdenciária
Relatório nº 41	Desenvolvimento Agrário	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas
Relatório nº 42	Previdência Social	Pagamento de Auxílio-Doença
Relatório nº 43	Transportes	Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Expl. da Infraestrutura Rodoviária
Relatório nº 44	Cidades	Pró-Transporte - Setor Público - PAC Copa/Mobilidade
Relatório nº 45	Cidades	Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Relatório nº 46	Integração Nacional	Ações de Defesa Civil no Estado de Minas Gerais
Relatório nº 47	Integração Nacional	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte
Relatório nº 48	Desenvolvimento Agrário	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais
Relatório nº 49	Saúde	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
Relatório nº 50	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Erradicação da Febre Aftosa

Fonte- CGU-SFC

Fiscalização em Entes Federativos

A CGU fiscaliza os recursos públicos federais aplicados por entes federativos (estados, municípios e Distrito Federal) por meio de diversas atividades, tais como:

- o programa de Fiscalização em Entes Federativos (FEF);
- fiscalizações que têm origem em Demandas Externas (como denúncias, requisições de ações de controle solicitadas por administradores públicos, representantes de entidades, cidadãos, e
- operações especiais realizadas em parceria com os demais órgãos de defesa do Estado.

O Programa de Fiscalização em Entes Federativos foi criado em 2015, com o objetivo de aprimorar o Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, criado em 2003.

No antigo programa, os Municípios eram selecionados de forma aleatória, em sorteio operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), aplicando a mesma tecnologia utilizada em suas loterias.

Até a 39ª edição, foram fiscalizados mais de dois mil municípios brasileiros, o que corresponde a quase 40% do total dos municípios, e recursos superiores a R\$ 20 bilhões.

Em 2015, foram fiscalizados, no primeiro semestre, 60 municípios selecionados por meio de sorteio.

No segundo semestre de 2015, para selecionar para fiscalização unidades da Federação que tiveram os recursos transferidos pela União, a CGU desenvolveu metodologia específica (Matriz de Vulnerabilidade), que agrega diversos indicadores agrupados em quatro dimensões:

- Desenvolvimento Econômico-Social,
- Materialidade,
- Transparência e
- Controle.

O objetivo da aplicação da nova metodologia foi selecionar as unidades com maior risco na aplicação dos recursos.

Considerando esta nova forma de seleção, no segundo semestre de 2015, foram fiscalizados 45 municípios. O montante total anual fiscalizado foi superior a R\$ 4 bilhões.

Quadro 4.4-C - Municípios Fiscalizados em 2015

40º Sorteio	
1º - Iretama - PR	31º - Marechal Thaumaturgo - AC
2º - Bom Sucesso - PR	32º - Petrópolis - RJ
3º - Santa Mônica - PR	33º - Maribondo - AL
4º - Botuporã - BA	34º - Marapanim - PA
5º - Mirangaba - BA	35º - Nova Timboteua - PA
6º - Gentio do Ouro - BA	36º - São Domingos do Araguaia - PA
7º - Barra do Mendes - BA	37º - Juscimeira - MT
8º - Milagres - BA	38º - Nova Olímpia - MT
9º - Coronel Pilar - RS	39º - São Valério da Natividade - TO
10º - Encruzilhada do Sul - RS	40º - Ouro Branco - RN
11º - São Luiz Gonzaga - RS	41º - Marcelino Vieira - RN
12º - Porto Lucena - RS	42º - Apodi - RN
13º - Salto - SP	43º - Salitre - CE
14º - Pardinho - SP	44º - Senador Pompeu - CE
15º - Lavínia - SP	45º - Croatá - CE
16º - Borborema - SP	46º - Jijoca de Jericoacoara - CE

17° - Itaju - SP	47° - Parnamirim - PE
18° - Bom Sucesso de Itararé - SP	48° - Jucati - PE
19° - Caetanópolis - MG	49° - Camutanga - PE
20° - Córrego Danta - MG	50° - Bela Vista do Maranhão - MA
21° - São Roque de Minas - MG	51° - Coelho Neto - MA
22° - Itacarambi - MG	52° - Tavares - PB
23° - Guimarães - MG	53° - Baía da Traição - PB
24° - Coronel Murta - MG	54° - Júlio Borges - PI
25° - Rio do Prado - MG	55° - São Miguel do Fidalgo - PI
26° - Japaratinga - SE	56° - Aurilândia - GO
27° - Divina Pastora - SE	57° - Orizona - GO
28° - Cariacica - ES	58° - Campinaçu - GO
29° - Camapuã - MS	59° - Três Barras - SC
30° - Alta Floresta D'Oeste - RO	60° - Xavantina - SC
1º Ciclo da Fiscalização de Entes Federativos	
Bujari - AC	João Pessoa - PB
Murici - AL	Itapissuma - PE
Rio Preto da Eva - AM	Olinda - PE
Santana - AP	Pau D'Arco do Piauí - PI
Candeias - BA	Almirante Tamandaré - PR
Dias D'Ávila - BA	Colombo - PR
Chorozinho - CE	Duque de Caxias - RJ
Barreira - CE	Maxaranguape - RN
Capistrano - CE	Ceará-Mirim - RN
Fundão - ES	Porto Velho - RO
Viana - ES	Cantá - RR
Caturai - GO	Barra do Ribeiro - RS
Goiânia - GO	Gravataí - RS
Campestre de Goiás - GO	Butiá - RS
Raposa - MA	Biguaçu - SC
Mateus Leme - MG	São Pedro de Alcântara - SC
Ribeirão das Neves - MG	Águas Mornas - SC
Rio Acima - MG	Nossa Senhora do Socorro - SE
Dois Irmãos do Buriti - MS	São Cristóvão - SE
Campo Grande - MS	Biritiba-Mirim - SP
Nossa Senhora do Livramento - MT	Embu das Artes - SP
Ananindeua - PA	Cajamar - SP
Lajeado - TO	

Fonte: SFC

Para a Avaliação da Gestão dos Administradores, foram desempenhadas atividades relacionadas à comprovação da legalidade, avaliação de resultados, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, conforme as seguintes linhas de atuação:

Auditorias Anuais de Contas

As Auditorias Anuais de Contas visam verificar as informações prestadas pelos administradores públicos federais, bem como analisar os atos e fatos da gestão, com vistas a instruir o processo de prestação de contas que subsidiará o julgamento pelo Tribunal de Contas da União. A prestação de contas por parte dos administradores públicos federais é dirigida não apenas ao TCU, mas, sobretudo ao cidadão. É um instrumento de prestação de contas à sociedade.

As Auditorias Anuais de Contas realizadas em 2015 referem-se à prestação de contas dos gestores federais relativas ao exercício de 2014 e foram regulamentadas pela Portaria CGU nº 552/2015, bem como pelos normativos publicados pelo Tribunal de Contas da União para o exercício.

Em 2015, foram realizadas Auditorias Anuais de Contas em 345 órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Auditoria dos Contratos de Financiamentos Externos e dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional

A Controladoria Geral da União realiza, também, auditorias em projetos de recursos externos, assim entendidos como aqueles que sejam total ou parcialmente financiados por empréstimos ou doações internacionais, ou, ainda, aqueles que envolvam acordos de cooperação técnica internacional.

Essa atuação pode se dar em função dos protocolos de entendimentos, termos de referência e cláusulas contratuais firmados com organismos internacionais, entre os quais se destacam o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Por força dos requisitos de auditoria desses organismos, tais auditorias devem ser conduzidas em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC).

Para tanto, foram realizados diagnósticos e implementadas diversas ações e procedimentos com vistas a propiciar os aprimoramentos metodológicos necessários à realização dos citados trabalhos em conformidade com os requisitos estabelecidos nas normas internacionais.

Anualmente, a carteira de projetos a serem auditados é definida mediante negociação entre a CGU e os organismos internacionais. Em 2015, foram realizadas auditorias em 59 Projetos de Recursos externos, por meio de 84 auditorias, conforme quadro a seguir:

Quadro 4.4-D - Auditorias realizadas por organismo internacional – 2015

Organismo Internacional	Projetos Auditados	Auditorias Realizadas
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	10	18
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	12	27
KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau	4	4
OIMT - Organização Internacional das Madeiras Tropicais	1	1
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	27	29
UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime	5	5
Total Geral	59	84

Fonte: SISREX

Os resultados dessas auditorias, além de fornecer aos bancos e organismos cooperantes garantia razoável de que as informações expostas nos demonstrativos financeiros representam a real execução dos projetos, contribuem para a melhoria da gestão, por meio de proposições para o aprimoramento dos controles internos, e auxiliam a SFC na avaliação das políticas e dos administradores públicos.

Ressalte-se que, apesar de ser um órgão do Poder Executivo Federal e, portanto, concentrar sua atuação nos entes da administração pública dessa esfera e poder de governo, a SFC tem realizado auditorias em projetos de recursos externos firmados e executados por entes dos Poderes Legislativo e Judiciário Federal, entes estaduais e municipais, e, até mesmo, organizações não governamentais.

Quadro 4.4-E - Projetos não integrantes do poder executivo federal e auditados pela CGU em 2015

Organismo Internacional	Nº Projeto	Ente auditado
BID	1864/OC-BR	Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal – ILB
BIRD	TF10771	Conselho Nacional de Justiça – CNJ
PNUD	BRA/10/001	Frente Nacional de Prefeitos – FNP
PNUD	BRA/11/005	Instituto de Ação Social pela Música – IASPM
PNUD	BRA/12/008	Diretoria do Centro Antigo de Salvador - CONDER/DIRCAS
PNUD	BRA/12/011	Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN
PNUD	BRA/12/015	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Governo de Minas Gerais - SEPLAG/MG
PNUD	BRA/12/G32	Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN
UNODC	BRA/Y01	Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo

Fonte: SISREX

Além da execução direta das auditorias de recursos externos, a CGU exerce também papel de orientação técnica (fornecimento de procedimentos, orientações e papéis de trabalho) e supervisão (revisão de relatórios) das auditorias realizadas por órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal: Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (CISSET/PR) e Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores (CISSET/MRE).

No ano de 2015, por exemplo, foram objeto dessa supervisão dez trabalhos de auditoria assim distribuídos:

Quadro 4.4-F - Orientação e supervisão a órgãos setoriais do sistema de controle interno

Organismo Internacional	CISSET/MRE	CISSET/PR	Total Geral
BIRD	-	1	1
PNUD	3	5	8
UNODC	1	-	1
Total Geral	4	6	10

Fonte: SISREX

Paralelamente a todo esse esforço de execução, orientação e supervisão das auditorias, a CGU realizou, em 2015, trabalho de mapeamento e avaliação do universo de requisitos das Normas Internacionais de Auditoria. Esse trabalho visou verificar a aplicabilidade dessas normas e o nível de alinhamento dos processos de trabalho das auditorias de recursos externos aos requisitos previstos nelas. O trabalho incluiu, ainda, ações com vistas a atingir ou manter o máximo grau de conformidade possível.

Auditorias por Área de Gestão

As auditorias por área de gestão visam avaliar determinadas áreas de atuação, normalmente relativas a atividades meio (tecnologia da informação, pessoal, logística). Mediante a consolidação de informações relativas às respectivas áreas, essas auditorias têm a finalidade de mapear os principais problemas e recomendar medidas estruturantes para a sua solução.

Em 2015, foram publicados quatro relatórios de Auditoria por Área de Gestão, conforme detalhamento a seguir:

Quadro 4.4-G - Auditorias por área de gestão realizadas em 2015

Número do relatório	Assunto
2	Gastos da Folha de Pagamento de Pessoal
3	Gastos com Terceirização de Serviços de Vigilância, Limpeza e Conservação Predial
4	Software Público Brasileiro e Catálogo de Software do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP)
5	Contratação de Serviço de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Mensurados em Pontos de Função

Fonte: SFC

Como exemplos de resultados dos trabalhos realizados, citam-se:

- Gastos da Folha de Pagamento de Pessoal

No que se refere à auditoria na folha de pagamento, verificou-se que parte dos pagamentos não estavam de acordo com a legislação vigente.

Foram identificadas no período analisado, 2010 até 2014, mais de 330 mil inconsistências, que, após serem sanadas mediante a suspensão e correção dos pagamentos indevidos, resultaram numa economia em torno de R\$ 1,2 bilhão.

No que tange à correção das inconsistências, pode-se afirmar que a maioria dos órgãos tem atuado de modo a reduzir os problemas encontrados.

- Software Público Brasileiro e Catálogo de Software do SISP.

A auditoria referente ao programa Software Público Brasileiro e Catálogo de Software do SISP evidenciou que grande parte dos investimentos em desenvolvimento e aquisição de softwares poderia ser reduzida a partir do compartilhamento de soluções entre os órgãos ou por meio de desenvolvimento colaborativo.

Os levantamentos realizados mostram que a melhoria da efetividade do programa de software público proporcionará economia de centenas de milhões de reais a Administração Pública em investimentos, além de soluções com resultados mais rápidos e redução do custo processual com o processo de desenvolvimento e contratações.

- Contratação de Serviço de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Mensurados em Pontos de Função

No que se refere à contratação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas mensurados em pontos de função destaca-se que, vários órgãos/entidades têm adotado a prática de contratação de serviços de contagem, por empresa diferente daquela que presta os serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, como forma de auxiliar a gestão contratual, mitigando a possibilidade de atestes de faturas contendo falhas de contagem.

Nos contratos que continham previsão de utilização da métrica homem-hora, verificou-se a inexistência de controles internos capazes de comprovar se o quantitativo de horas apresentado pelas empresas contratadas correspondia ao quantitativo efetivamente trabalhado.

Avaliação dos Resultados da Gestão

A Avaliação de Resultados da Gestão (ARG) consiste na avaliação da gestão de órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Federal por meio de um macroprocesso diretamente relacionado ao cumprimento da missão institucional da unidade avaliada. Em 2015 foram publicados 40 relatórios no site da CGU, conforme relação listada no **Quadro 4.4-H - Avaliação de Resultados da Gestão - Relatórios Publicado em 2015**, apresentado no **Anexo II**.

Ainda nessa linha de atuação se enquadra a maior parte auditorias financeiras realizadas pela SFC, que têm como objetivo a verificação da confiabilidade das informações divulgadas nas Demonstrações Contábeis pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Nos últimos três exercícios, os principais trabalhos realizados no âmbito das Auditorias Financeiras, além das executadas nas Auditorias dos Contratos de Financiamentos Externos e dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional, foram os seguintes:

1- Auditoria sobre o Processo de Reconhecimento de Passivos Contingentes

O objetivo desta auditoria foi avaliar a gestão da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quanto ao processo de análise e decisão sobre Reconhecimento de Passivos Contingentes reclamados contra a União e a adequação dos controles internos aplicados ao processo sob referência.

A auditoria teve como foco os passivos contingentes atinentes às dívidas da União em processo de reconhecimento pelo Tesouro Nacional, especificamente aquelas decorrentes da extinção/liquidação de entidades e órgãos da Administração Pública e as dívidas diretas da União, não abrangendo, todavia, as dívidas diretas relativas ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e os subsídios concedidos.

De forma geral, a partir da análise amostral, não foram encontradas inconformidades nos passivos contingentes caracterizados como regularizados pela STN, segundo informações armazenadas em banco de dados específico, ressaltando-se algumas ocorrências pontuais.

As referidas ocorrências estão materializadas nos expressivos prazos incorridos para solução dos processos, na ausência de documentação de fatos importantes na instrução dos processos, na manutenção de passivos reconhecidos pendentes de solução definitiva, bem como no processo de apuração dos valores reconhecidos para liquidação. Ademais, identificaram-se processos com passivos já reconhecidos, decorrido longo lapso temporal, e ainda pendentes de regularização. Em relação à fidedignidade dos dados armazenados em sistema informatizado pela STN, verificou-se inconsistências de informações.

2 – Auditoria sobre a Dívida Pública Federal – Função Formação de Mercado

A auditora utilizou como referência de boas práticas internacionais o documento elaborado pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), denominado “As diretrizes revisadas para a gestão da dívida pública”, de abril de 2014, disponível em http://treasury.worldbank.org/bdm/htm/guidelines_publicdebt.html.

Diante dos resultados dos trabalhos, concluiu-se que a Secretaria do Tesouro Nacional, em geral, apresenta ações de gestão adequadas no exercício de suas atribuições e está alinhada às diretrizes de boas práticas internacionais. Por outro lado, identificou-se que há oportunidade de melhorias no marco regulatório e na transparência das informações, por meio da ampliação de instrumentos gerenciais para potencializar a evolução da gestão da Dívida Pública Federal (DPF) na Função Formação de Mercado.

Em relação à liquidez do mercado secundário de títulos públicos, os resultados da auditoria demonstraram que as medidas adotadas pela STN não aumentaram a liquidez entre os anos de 2000 e 2014, considerando o indicador turnover. O turnover é calculado pela razão entre o volume negociado no mercado secundário e o volume total em circulação (estoque) de títulos públicos, também chamado taxa de rotatividade.

Além disso, verificou-se a necessidade de criação de instrumentos de monitoramento para acompanhar a evolução do sistema eletrônico de negociação de títulos públicos no mercado secundário, bem como da liquidez do mercado. Esse mecanismo possibilita avaliar se as ações realizadas estão atingindo os objetivos e, conseqüentemente, permite os ajustes necessários, visando alcançar os resultados de médio e longo prazo de redução dos custos e dos riscos envolvidos no gerenciamento da dívida.

3 – Auditoria sobre o Resultado Primário

A auditoria teve como objetivo avaliar o processo de Resultado Primário, nos exercícios de 2009 a 2014, com foco na sua utilização para pagamento dos serviços da dívida, na transparência de sua utilização frente à previsão do Plano Anual de Financiamento e na adequabilidade da composição do seu valor, tendo em vista o montante definido para os Governos Regionais.

Os resultados do trabalho evidenciaram que o superávit primário do Governo Federal não vem cumprindo seu objetivo de pagamento dos serviços da Dívida Pública Federal (DPF), uma vez que 60,89% do superávit primário realizado nos anos de 2009 a 2013 foram utilizados em finalidade diversa do pagamento de serviços da dívida. Como consequência, vem sendo necessário um maior financiamento pelo Governo Federal, cujos custos para o gerenciamento da DPF foram estimados em R\$ 30,18 bilhões no período de 2009 a 2014.

Além disso, constatou-se que não existe transparência do montante de Resultado Primário utilizado para pagamento de serviços da dívida. O Plano Anual de Financiamento (PAF) não apresenta o detalhamento das fontes orçamentárias primárias e financeiras utilizadas para o pagamento da DPF, prejudicando a transparência e o controle social.

Também verificou-se a ausência de critérios objetivos e transparentes para a projeção da meta de superávit primário dos Governos Regionais. Ainda foi constatado que as metas desses entes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) desde 2008 foram consideradas desproporcionais de acordo com a representatividade da participação desses entes na dívida bruta do Setor Público consolidado não financeiro, bem como não razoáveis por não levar em consideração a capacidade de cada ente realizar superávit primário e os riscos envolvidos em cada uma das dívidas.

Por fim, não foram obtidas evidências de que a STN realize o acompanhamento do Resultado Primário dos Governos Regionais e de que haja interação com a gestão fiscal no âmbito do Governo Federal, uma vez que os resultados parciais dos entes regionais não estão evidenciados nos documentos disponibilizados à equipe de auditoria.

4 - Auditoria de Risco Orçamentário

Foi realizada ação de controle com o objetivo de avaliar a gestão do risco orçamentário e a transparência dos relatórios previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (de Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas Primárias e de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais).

Para tanto, utilizou-se como metodologia:

Análise dos ajustes realizados nas projeções de receitas e despesas primárias frente aos desvios verificados na execução;

Verificação da aderência das estimativas à sazonalidade da receita/despesa;

Comparação com projeção própria, elaborada com base no realizado acumulado em 12 meses, ajustado pelos parâmetros macroeconômicos relevantes da Grade de Parâmetros da SPE/MF e pelo tempo transcorrido no exercício;

Avaliação da transparência, comparando os relatórios com o esposado pela LRF, LDOs e melhores práticas de transparência orçamentária e fiscal do FMI e da OCDE;

Como resultado do trabalho identificou-se a necessidade de melhoria no processo de projeção das receitas e despesas primárias do Governo Federal e avanços na transparência dos relatórios bimestrais de avaliação. Parte das melhorias recomendadas já se concretizou, o que se comprova pela avaliação dos mais recentes relatórios bimestrais de avaliação de receitas e despesas primárias.

5 - Auditoria na destinação de reservas e distribuição de dividendos pelo Banco Nacional do desenvolvimento (BNDES)

A auditoria teve como escopo avaliar o gerenciamento das necessidades de capital do BNDES para a manutenção dos desembolsos realizados ao longo de cada ano; os atos administrativos de reversão e destinação da “reserva para futuro aumento de capital” e da “reserva de margem operacional” e o aumento da participação societária do BNDES na sociedade de economia mista Petrobrás, considerando, inclusive, as operações de crédito concedidas pelo Banco a essa empresa pública, bem como o reflexo das operações com essas ações na geração do Superávit Primário do Governo Central.

Com isso, foi possível verificar que o Tesouro Nacional passou a ter significativo papel como fonte de recursos do BNDES em detrimento da fonte constitucionalmente prevista, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, com a conseqüente dificuldade de previsão de aportes de recursos. Além disso, detectou-se falhas nos processos de destinação de reservas de lucros para pagamento de dividendos com índice historicamente elevado de pagamento de dividendos proporcionalmente ao lucro, o que causou atrofia das reservas de lucros e restrição de sua finalidade.

Por fim, identificou-se, após análise das demonstrações das participações acionárias detidas pelo Banco e da concentração de sua carteira de empréstimos, com referência em normativos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, uma alta exposição do BNDES à Petrobrás, com impactos em seus índices prudenciais.

6 - Contas Inativas da Caixa

A análise acerca das contas patrimoniais do passivo e variações mais expressivas de 2012 para 2013 identificou procedimento contábil que transferiu para o Resultado R\$ 719 milhões do passivo, de contas correntes, de depósito em consignação e de contas poupança, tendo sido encerradas 496.739 contas. Foi recomendado à CAIXA realizar consulta ao Banco Central do Brasil, sobre o procedimento de encerramento das contas, transferência do seu saldo para subconta do passivo e, ao final do semestre, transferência dos valores remanescentes desta subconta para a de resultado, considerando os prazos prescricionais adotados.

Em novembro de 2013, o Banco Central do Brasil determinou a imediata cessação desse procedimento contábil e a regularização dos saldos e, no caso de contas poupança, da remuneração.

Em 31/12/2013, das 496.739 contas encerradas no total de R\$ 730,5 milhões, haviam sido ressarcidas 6.131 contas (1,2%) no total de R\$ 19,4 milhões (2,7%). Já em 05/09/2014, os ressarcimentos em número de contas e de saldo aumentaram, respectivamente, em 84,3% e 61,4%, em relação a 31/12/2013.

7 - Avaliação das Demonstrações Contábeis do Banco da Amazônia

A auditoria realizada no Banco da Amazônia (BASA) com base nas demonstrações contábeis identificou necessidade de revisão das provisões judiciais e de realizar melhor avaliação das variações críticas e/ou contas genéricas sem notas no Balanço.

A avaliação feita quanto à qualidade das demonstrações contábeis identificou a apresentação de resultados que envolvem recursos de outras fontes sem o devido esclarecimento; contas genéricas com saldos superiores ao permitido pela legislação; variações sem a devida explicação; e demonstrações contábeis sem a indicação direta do item da Nota Explicativa.

8 - Ativos Contingentes – Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)

A avaliação feita nas demonstrações contábeis do SERPRO identificou a contabilização indevida de R\$ 252,6 milhões sem a certeza de recebimento (créditos a receber de clientes que estão em litígio e que não podem ser considerados líquidos e certos). Esse procedimento poderia gerar alterações significativas nos resultados da unidade. Assim, recomendou-se avaliação junto às áreas responsáveis da empresa, no sentido de reclassificar para a conta “créditos realizáveis a longo prazo”, no Ativo não circulante.

9 - Ativos contingentes - Casa da Moeda do Brasil

Verificou-se no balanço patrimonial da Casa da Moeda do Brasil (CMB), exercício de 2014, o reconhecimento indevido de ativo (ativo contingente) no seu patrimônio, sob a rubrica contábil Crédito a Receber – Ações Judiciais, no valor total de R\$ 28.107.398,35. Assim, entendeu-se que a CMB deve excluir do Ativo o montante referente a ações judiciais não transitadas em julgado, além da mensuração dos efeitos no resultado e no caixa do que foi indevidamente contabilizado e da evidenciação dos ajustes de exercícios anteriores.

A CMB concordou e efetuará a revisão de toda a base de crédito a receber objeto de ações judiciais, a baixa do Ativo Patrimonial dos que se refiram a ações judiciais ainda não transitadas em julgado, e publicará nas Demonstrações Contábeis de 2015 e respectivas Notas Explicativas os devidos esclarecimentos quanto às baixas do Ativo e os ajustes referentes ao exercício anterior.

10 – Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

As análises realizadas em operação de crédito de R\$ 25.000.000,00, destinada ao financiamento de capital de giro, identificou garantia insuficiente quando da sua avaliação e contratação, razão pela qual recomendou-se alterar normativos internos e ainda que nos instrumentos de deferimento de crédito, ao usar regra de exceção, deixar claro quais os elementos de convicção que se baseou para aprovar algo em desacordo com o previsto em norma.

11- Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) – Créditos FCVS

Foi constatado o registro de R\$ 15.898.913,00 no Ativo não circulante da empresa na rubrica “Créditos Vinculados - SFH” os créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS em situação de “não habilitados”, “habilitados e ainda não homologados” e “homologados com negativa de cobertura”. Foi recomendado que a EMGEA avalie a manutenção desses contratos no ativo, considerando os riscos de recebimento desses créditos do FCVS.

12 - Investimento no Banco Patagônia pelo Banco do Brasil

Ao realizar comparação dos dados divulgados nas demonstrações contábeis do Banco do Brasil sobre o investimento e respectivas movimentações do Banco Patagônia, identificou-se necessidade de avaliação do investimento e de revisão das rotinas de acompanhamento dos dados econômico-financeiros do referido Banco.

Monitoramento de gastos com pessoal

Outra atividade de competência da CGU é a análise da consistência da folha de pagamentos dos órgãos da Administração Pública Federal. Essa análise consiste na verificação da legalidade dos pagamentos dos servidores públicos federais das unidades jurisdicionadas constantes do banco de dados do sistema de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal (Siape), utilizando-se também outros sistemas corporativos do governo, como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Foram analisados os seguintes quantitativos de atos de pessoal, em 2015.

Quadro 4.4-I - Análise de Atos de Pessoal* - 2015

APOSENTADORIA		PENSÃO		ADMISSÃO	
Legal	10.821	Legal	4.662	Legal	43.555
Com falha	4.893	Com falha	1.249	Com falha	10.151
Ilegal	811	Ilegal	107	Ilegal	100
TOTAL	16.525	TOTAL	6.018	TOTAL	53.806

Fonte: SFC

* OBS: os atos relativos a reformas são analisados pela CISET/MD não compoendo, portanto, o quadro acima.

A Despesa com a Folha de Pagamento dos servidores civis do Poder Executivo Federal atingiu no exercício de 2015 o montante de aproximadamente R\$ 148 bilhões.

Com o objetivo de facilitar os trabalhos dos gestores e permitir o acompanhamento e o monitoramento mais eficiente das providências a cargo das Unidades Pagadoras (UPAG) dos órgãos, a Controladoria-Geral da União disponibilizou o Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal para registro do posicionamento dos órgãos e dos auditores a respeito das inconsistências apresentadas regularmente pela CGU. Na primeira rodada do sistema, disponibilizada aos gestores em setembro de 2014, foram apresentadas mais de 76 mil inconsistências, já na segunda rodada, apresentada em julho de 2015, o montante foi reduzido para aproximadamente 16 mil, sendo que nas duas oportunidades, as UPAG informaram, via sistema, a adoção de providências em mais de 90% dos casos.

Apuração de representações e demandas sociais

A CGU trata como Demandas Externas as solicitações encaminhadas por diversos interessados, tais como: autoridades responsáveis por órgãos da Administração Pública, representantes de entidades ou cidadãos. Estas solicitações versam, dentre outros assuntos, sobre apresentação de denúncias, requisições de ações de controle e pedidos de informação acerca da aplicação de recursos públicos federais.

Quanto à origem, as demandas externas podem ser classificadas em:

1. Representações: demandas apresentadas pelo Poder Judiciário, pelos órgãos do Ministério Público, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Departamento de Polícia Federal, pela Advocacia-Geral da União, pelas pastas ministeriais e demais instituições.

2. Demandas Sociais: demandas apresentadas pelos demais encaminhadores, tais como cidadãos, entidades da sociedade civil e cidadãos no exercício de mandato eletivo.

Nos casos em que demandas sociais ou representações solicitam realizações de auditorias/fiscalizações para apuração de irregularidades, a CGU realiza ações de controle para verificar a procedência ou não da solicitação à CGU. Em 2015, foram concluídas 307 ações de controle, abrangendo 154 Municípios, decorrentes de solicitações oriundas de representações de órgãos governamentais e de denúncias de cidadãos.

Quadro 4.4-J - Número de Municípios que tiveram Ações de Controle executadas derivadas de Demandas Externas:

UF	Quantidade de Municípios	Ações de Controle	UF	Quantidade de Municípios	Ações de Controle
AC	3	12	PB	27	84
AL	27	109	PE	71	232
AM	11	44	PI	49	128
AP	3	19	PR	45	120
BA	72	239	RJ	25	206
CE	52	206	RN	16	52
DF	1	124	RO	15	29
ES	13	34	RR	9	64
GO	57	186	RS	30	105
MA	56	291	SC	29	55
MG	77	224	SE	38	239

MS	20	97	SP	66	205
MT	70	243	TO	28	62
PA	31	128	Total	941	3.537

Operações Especiais

Em auditorias e fiscalizações realizadas pela CGU, há situações em que a integridade das organizações públicas carece de atuação investigativa mais ostensiva para atacar a prática dos atos de corrupção. Assim, no viés mais evidente do combate à corrupção, destacam-se as “operações especiais”, conduzidas notadamente em parceria com a Polícia Federal e o Ministério Público, tanto no âmbito federal quanto no estadual, visando à investigação de atos praticados contra a administração pública que, além de comprometerem a integridade das organizações, causam prejuízos financeiros aos cofres públicos e inúmeros e imensuráveis prejuízos sociais. As operações especiais têm o mérito de dissuadir o comportamento dos corruptores e corruptos por representar o poder de detecção de ilícitos do aparato de controle estatal.

O trabalho derivado de uma Operação Especial não se encerra em sua deflagração e detecção. Identificadas as fraudes, a CGU atuará na busca dos esclarecimentos e providências junto aos gestores federais, sejam elas de melhorias nos controles internos do próprio gestor, sejam de apuração de responsabilidades a fim de ressarcir aos cofres públicos os recursos não aplicados nas finalidades inicialmente previstas. Inclusive, se for o caso, exigirá a instauração, pelo gestor, de processos de Tomada de Contas Especial. Também atuará, por meio da Corregedoria Geral da União, na responsabilização administrativa dos agentes públicos e empresas privadas envolvidas. Ressalta-se, porém, que as Operações também atuam no viés preventivo, antes que o desvio se concretize, a exemplo da Operação Caronte (MT), deflagrada em 2015, na qual as prefeituras envolvidas (Rondonópolis, Cuiabá e Sapezal) suspenderam as empresas fraudulentas dos processos licitatórios, evitando a continuidade das fraudes que envolviam recursos acima de R\$ 6,6 milhões.

A seguir apresentam-se as informações relativas ao exercício de 2015:

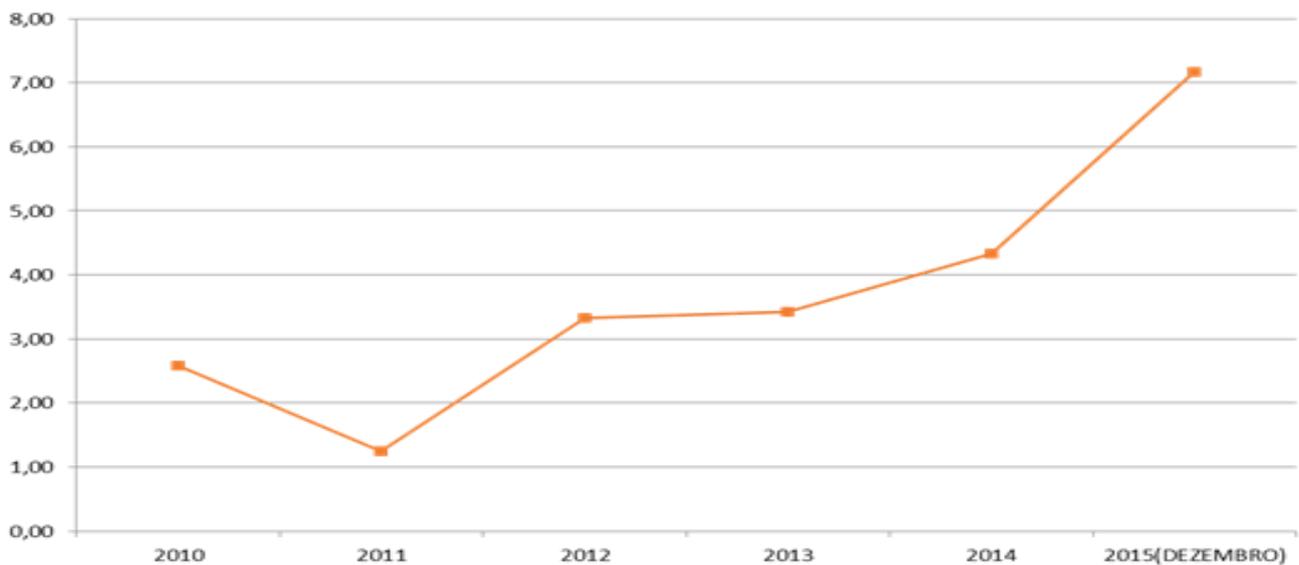
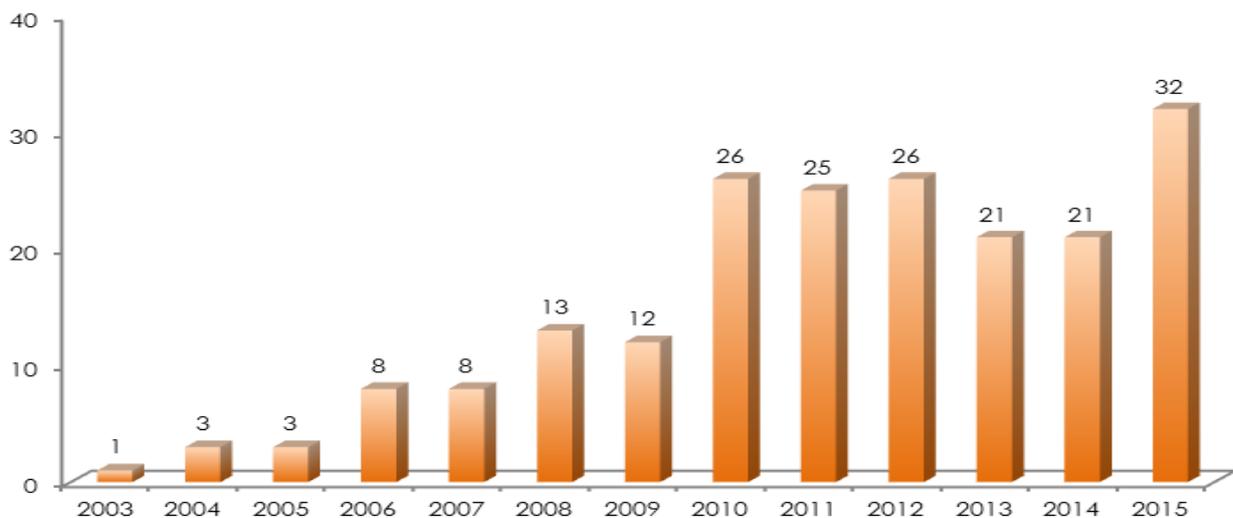
Quadro 4.4-K - Dados relativos às Operações Especiais realizadas em 2015

Ações Investigativas	32
Unidades da Federação fiscalizadas	16
Mandados de prisão temporária ou preventiva com participação da CGU	102
Montante de prejuízo identificado, superior a:	R\$ 454 milhões

Fonte: SFC

Destaca-se, dentre as operações realizadas neste ano de 2015, a Operação Lama Asfáltica (MS), cujos trabalhos se iniciaram em 2013 e constataram a existência de irregularidades em obras contratadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, identificando prejuízos de aproximadamente R\$ 11 milhões, de um montante fiscalizado de R\$ 45 milhões. Outro destaque foi a Operação Sermão aos Peixes (MA) que apurou o desvio de recursos públicos federais do Fundo Nacional de Saúde destinados ao Sistema de Saúde do Estado do Maranhão e identificou prejuízo potencial superior a R\$ 114 milhões.

As Operações Especiais têm ganhado cada vez mais espaço dentro do órgão, o que pode ser confirmado pela análise dos quadros abaixo que trazem a média mensal de abertura de investigações conjuntas e a evolução do número de Operações Especiais deflagradas ao longo dos anos:

GRÁFICO 4.4-B - Média mensal de abertura de investigações conjuntas**GRÁFICO 4.4-C – Número de Operações Especiais**

Fonte: SFC

Além das operações já deflagradas, existem atualmente 115 potenciais operações especiais em fase de análise conjunta com os demais parceiros, como a PF, o que evidencia que a CGU manterá, ou até mesmo aumentará o ritmo das atividades desta linha de atuação em 2016.

Prestação de Contas Anual da Presidenta da República

Documento de accountability, no qual é apresentado anualmente ao Congresso Nacional o resultado das políticas públicas e dos orçamentos da União, nos termos do art. 84, inciso XXIV, da Constituição Federal. A CGU é responsável por consolidar as informações oriundas dos ministérios, avaliar a execução orçamentária e financeira, bem como produzir o Relatório de Controle Interno.

Em 2015, por meio da Portaria nº 50.123, de 20 de novembro de 2015, foi aprovada a norma de execução nº 3, de 04 de dezembro de 2015, que instituiu procedimentos para normatizar os trabalhos de preparação da Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR) – no que se refere a o

processo de elaboração, à forma e ao conteúdo dos relatórios e demonstrativos produzidos pelas unidades responsáveis pelos temas que compõem a PCPR. O normativo, além de estabelecer regras para elaboração da PCPR, explicita as atribuições do Assessor Especial de Controle Interno para o aprimoramento da prestação de contas presidencial.

Relatório de Gestão Fiscal

Trabalho realizado pela SFC, visando avaliar a consistência dos dados neste documento, criado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que objetiva controlar, monitorar e dar publicidade ao cumprimento dos limites nela estabelecidos.

Ao longo do exercício de 2015, foram implementadas novas rotinas para verificação da consistência dos dados que compõem o RGF. Tal sistemática decorreu, principalmente, da entrada em vigor do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), vigente a partir de janeiro de 2015.

De forma geral, as atividades desenvolvidas e incluídas nas novas rotinas de aferição dos dados são as apresentadas a seguir.

Quadro 4.4-L - Atividades Desenvolvidas

Mapeamento de contas contábeis afetas aos Demonstrativos

Teste de Aferição dos Dados

Interação com a STN de possíveis desconformidades detectadas nas etapas anteriores

Levantamento dos Dados

Interação com a STN de possíveis desconformidades detectadas na etapa anterior

Verificação de comportamentos de valores significativos, mediante índices, quocientes com vistas à identificação de situação ou tendências atípicas.

Produção de Nota Técnica

Visando dar início ao desenvolvimento de trabalhos de auditoria financeira nos dados dos demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e, assim, assegurar de forma razoável que esses estejam livres de distorções relevantes, foram desenvolvidos procedimentos de auditoria, inicialmente, para os demonstrativos das Operações de Crédito e da Dívida Pública Consolidada. A partir de 2016, serão desenvolvidos procedimentos que irão contemplar os demais demonstrativos, quais sejam: Despesas com Pessoal, Garantias e Contragarantias, Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa.

No exercício de 2015, foi concluída a Avaliação dos Resultados da Gestão Exploratória (ARG) que abordou especificamente o Macroprocesso de contratação de operações de crédito como forma de proporcionar o entendimento da entidade e seu ambiente de controle. O referido trabalho utilizou-se de abordagem baseada em riscos, cujo objetivo foi identificar as operações que têm potenciais riscos de causar distorções relevantes no Demonstrativo de Operações de Crédito que compõe o RGF e, assim, direcionar os trabalhos para aquelas áreas, processos e/ou atividades de maior risco.

Para tanto, partiu-se para a avaliação do ambiente do controle da Unidade por meio do entendimento dos controles internos abrangentes (em nível de entidade) e específicos (de transações), os quais visaram melhor compreender a estrutura dos controles estabelecidos.

De forma a materializar a compreensão dessa estrutura, foi utilizada uma Matriz de Muitos Riscos para Muitos Controles (MRMC) de forma a entender como os controles estão desenhados por processos – pontos fortes e deficiências, associando-os aos riscos previamente identificados.

Por meio dessa abordagem, ainda, procedeu-se a identificação dos controles-chaves, bem como daqueles considerados relevantes para a auditoria e que possam impactar os demonstrativos financeiros.

Por fim, os resultados desse ARG exploratório foram consolidados em uma Matriz de Avaliação de Riscos que servirá como subsídio para o desenvolvimento de um plano de auditoria que deverá ser executado ao longo do exercício de 2016.

Auditorias sobre as Tomada de Contas Especiais

A Tomada de Contas Especial (TCE) é um instrumento de que dispõe a Administração Pública para ressarcir-se de eventuais prejuízos que lhe forem causados, sendo o processo revestido de rito próprio e somente instaurado depois de esgotadas as medidas administrativas para reparação do dano.

Nos termos da Instrução Normativa/TCU n° 71/2012, compete à Secretaria Federal de Controle/CGU, na emissão do Relatório e Certificado de Auditoria sobre processos de Tomadas de Contas Especiais, manifestar-se sobre a adequada apuração dos fatos, indicando, inclusive, as normas ou regulamentos eventualmente infringidos, a correta identificação do responsável e a precisa quantificação do dano e das parcelas eventualmente recolhidas.

A CGU realizou auditorias, no exercício de 2015, em processos de Tomadas de Contas Especiais, efetuando-se 2.638 análises. Dessas análises, 2.437 contas foram consideradas irregulares e seus respectivos processos foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para julgamento, com retorno potencial aos cofres do Tesouro Nacional da ordem de R\$ 2,8 bilhões.

O quadro a seguir apresenta os resultados de 2015 das auditorias nos processos de TCE de cada pasta ministerial encaminhados ao TCU para julgamento. Cabe esclarecer que os resultados apresentados isoladamente, sem levar em consideração outras peculiaridades e características de cada órgão, não demonstram que os que apresentam maior número de TCE ou maior valor envolvido são os mais problemáticos ou que tenham mecanismos de controle menos eficazes.

Quadro 4.4-M - TCE encaminhadas ao TCU em 2015

Órgãos	Quantidade	Valor (R\$)
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	43	22.798.036,92
MC - Ministério das Comunicações	15	2.437.908,95
MCid - Ministério das Cidades	77	55.392.104,27
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	53	58.562.461,96
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário	91	161.496.976,13
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	10	9.818.475,34
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	168	90.877.831,91
ME - Ministério do Esporte	44	35.097.014,77
MEC - Ministério da Educação	434	381.495.110,16
MF - Ministério da Fazenda	11	7.360.385,14
MI - Ministério da Integração Nacional	116	386.186.935,84
MinC - Ministério da Cultura	91	86.126.531,91
MJ - Ministério da Justiça	33	39.004.918,18
MMA - Ministério do Meio Ambiente	45	35.799.190,52
MME - Ministério de Minas e Energia	3	1.472.754,46

Órgãos	Quantidade	Valor (R\$)
MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
MS - Ministério da Saúde	462	425.888.519,85
MT - Ministério dos Transportes	17	537.262.081,01
MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social	120	126.263.888,19
MTur - Ministério do Turismo	604	332.381.928,82
PR - Presidência da República		
Total Geral	2.437	R\$ 2.795.723.054,33

Fonte- SFC/CGU

Benefícios Decorrentes das Ações de Controle Interno

A CGU, como órgão central do Sistema de Controle Interno, realiza seus trabalhos tendo como principal objetivo avaliar a execução dos programas de governo e da gestão dos administradores sempre com o propósito de apoiar a correção de falhas identificadas e aprimorar o funcionamento das políticas públicas federais. Nesse sentido, a Controladoria estabeleceu indicadores e metas que permitem aferir o grau de atingimento dos objetivos estabelecidos para o órgão. Dentre os indicadores, cabe destaque aos benefícios financeiros e não financeiros decorrentes de recomendações do controle interno.

A partir da publicação da Portaria nº 2379/2012, foi instituída sistemática de quantificação e registro de benefícios, a principal forma de demonstração dos resultados da atuação do Controle Interno. Entende-se como benefício o impacto positivo observado na gestão pública resultante da implementação, por parte dos gestores públicos, de recomendações provenientes das atividades de controle interno, sendo, portanto, resultantes do trabalho conjunto do controle interno e da gestão.

Para fins de contabilização, os benefícios são classificados em financeiros e não financeiros. A primeira classe refere-se a benefício que possa ser representado monetariamente e demonstrado por documentos comprobatórios, preferencialmente fornecidos pelo gestor, inclusive decorrentes de recuperação de prejuízo. O segundo tipo relaciona-se a benefício que, embora não seja passível de representação monetária, demonstre um impacto positivo na gestão, tal como melhoria gerencial, melhoria nos controles internos, aprimoramento de normativos, dentre outros, devendo sempre que possível ser quantificado em alguma unidade que não a monetária.

Em 2015, foi contabilizado o benefício financeiro de R\$2,38 bilhões, conforme quadro a seguir:

Quadro 4.4-N - Benefício financeiros decorrentes da atuação da CGU em 2015

Classe do benefício financeiro	Valor (R\$)
Cancelamento de Licitação/Contrato com objeto desnecessário	14.398.508,14
Suspensão de pagamento continuado indevido	1.090.489.228,70
Recuperação de valores pagos indevidamente	46.233.895,30
Redução nos valores licitados/contratados	428.133.250,46
Elevação da Receita	207.453.898,68
Suspensão de pagamento não continuado indevido	470.512.911,63
Eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos	6.125.520,96
Total de benefícios financeiros	2.384.207.011,88

Destacam-se, também, os benefícios não financeiros, que impactam positivamente a gestão, mas que não são quantificados monetariamente. A tabela abaixo exhibe a quantidade de benefícios não financeiros contabilizados pelas respectivas classes.

Quadro 4.4-O - Benefícios não-financeiros decorrentes da atuação da CGU em 2015

Classe do benefício não-financeiro	Quantidade
Aperfeiçoamento da gestão riscos e implementação de controles internos	117
Aperfeiçoamento dos programas/processos	39
Aperfeiçoamento da transparência	18
Aperfeiçoamento da prestação de serviços públicos	11
Outras decisões civis e medidas administrativas ou correicionais	6
Promoção de sustentabilidade ambiental	2
Demissão, cassação ou destituição	2
Aperfeiçoamento do controle social	1
Total de benefícios não financeiros	196

Fonte: SFC

Parcerias firmadas entre a CGU e demais organismos

Banco Mundial e Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI)

Em 2015, o Banco Mundial, juntamente com o Conselho Nacional de Controle Interno, desenvolveu o projeto intitulado “Fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Brasil”. A CGU, como Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e membro do CONACI faz parte desse projeto, que tem como finalidade identificar mudanças necessárias no Sistema de Controle Interno Brasileiro, capazes de contribuir de forma efetiva para o seu aperfeiçoamento. Entre os temas estudados por meio do projeto constam os seguintes:

- Estrutura mais adequada para o Sistema de Controle Interno do Brasil;
- Adequação da terminologia (Auditoria Interna/Inspeção/Controle Interno etc.) às Normas Internacionais;
- Definição de Responsabilidades (Controle Interno e Controle Externo);
- Forma de contratação de Auditores Internos;
- Carreira de Auditor Interno; Adaptação das Normas Internacionais de Auditoria Interna à realidade brasileira.
- Formas de Treinamento/Acreditação em AI.

O projeto começou a ser desenvolvido no exercício de 2015 e tem atividades programadas para todo o exercício de 2016.

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Tendo em vista a busca constante e necessária pelo aperfeiçoamento da qualidade dos trabalhos que executa e do meio de comunicar seus resultados, a CGU desenvolveu projeto com o objetivo de reavaliar e reformular a estrutura atual dos relatórios que produz, avaliando-se a pertinência de criação de um modelo padrão para todas as ações de controle. Nesse sentido, desenvolveu projeto,

apoiado pelo BID, que previu a contratação de consultor externo, na modalidade de Consultoria: Contratual por Produtos e Serviços Externos, Montante Fixo, sem ônus para a CGU, a fim de auxiliar a revisão e reformulação do processo de relatoria, considerando a produção de insumos junto a atores internos (auditores) e externos (usuários dos relatórios); a busca pelas melhores práticas nacionais e internacionais de relatoria; e a transferência de conhecimento, por meio de treinamento aos servidores da CGU sobre o tema relatoria.

Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno (REOGCI)

A Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do MERCOSUL-REOGCI, criada em 2004 pela Decisão Mercosul - CMC/DEC Nº 39/04, tem a finalidade de estabelecer relações de cooperação científica, técnica e operacional na área de Controle Interno da Gestão Governamental.

De acordo com o Tratado de Assunção, o tratado constitutivo do Mercosul, a Presidência do Conselho do Mercado Comum (CMC) é exercida por rotação dos Estados Partes, pelo período de seis meses (Presidência Pro Tempore).

O evento reúne os organismos de Controle Interno dos países membros (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e associados (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru) do Mercosul, e se traduz na realização de duas reuniões simultâneas – uma, chamada “Reunião Especializada” e outra, denominada “Reunião do Comitê Técnico”; que buscam o intercâmbio de conhecimento sobre a temática Controle Interno governamental

No caso do Brasil, a representação na REOGCI fica a cargo da Controladoria-Geral da União, cuja participação é coordenada pela Secretaria Federal de Controle Interno, considerando que o Secretário Federal de Controle Interno é o Coordenador Nacional da referida reunião.

No primeiro semestre de 2015, no âmbito da presidência pro-tempore do Brasil no Mercosul, a CGU sediou a VII Reunião Especializada dos Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul e participou da VIII REOGCI, sediada pelo Paraguai.

Projeto Diálogos Setoriais

Os Diálogos Setoriais são uma nova dinâmica de cooperação entre a União Europeia (UE) e o Brasil. Atualmente, há cerca de 30 diálogos mapeados entre o Brasil e a UE sobre os mais diversos temas, que se dão com base em princípios de reciprocidade e complementariedade e visam o intercâmbio de conhecimentos e experiências em áreas de interesse mútuo. Nesse contexto, foi criado o Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais UE-Brasil, que tem como objetivo contribuir para o progresso e o aprofundamento da parceria estratégica e das relações bilaterais entre o Brasil e a União Europeia por meio do apoio ao intercâmbio de conhecimentos técnicos. É coordenado em conjunto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – por meio da Direção Nacional do Projeto – e pela Delegação da União Europeia no Brasil (DELBRA). No âmbito deste projeto, a Secretaria Federal de Controle Interno enviou dois servidores à Europa, em novembro, para aprimorar os conhecimentos sobre sistemas de controle interno.

Os representantes da CGU visitaram o Ministério das Finanças da Áustria, em Viena, e o Ministério das Finanças da Bélgica, em Bruxelas, onde também passaram pela sede da Comissão Europeia. As visitas tiveram o objetivo de conhecer os sistemas de controle interno desses países, compartilhar experiências referentes ao assunto e reforçar os laços políticos. Durante a missão, os servidores brasileiros também participaram da “Public Internal Control Conference”, em Paris, França, que tratou de temas como Princípios do Controle Interno Público, Ambiente de Controle Ideal e Função de Harmonização Central.

Ao longo de 2015, a CGU atuou, também, na responsabilização administrativa de servidores públicos e pessoas jurídicas. Exercendo as atividades de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (Siscor-PEF), foram planejadas ações de supervisão da atividade disciplinar dos órgãos que compõem o Siscor-PEF com base na análise de risco e no desempenho de cada um dos órgãos e entidades, que redundariam na verificação da regularidade de 10% dos processos correccionais do Poder Executivo Federal.

Nesse sentido, com relação à atividade de supervisão que a CGU realiza sobre os milhares de processos disciplinares conduzidos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, um dos principais riscos presentes é a seleção inadequada do escopo de processos correccionais submetidos à supervisão. A fim de mitigar esse risco, a CGU vem constantemente atualizando seus normativos internos que delimitam as apurações que devem ser objeto de supervisão. Além disso, realiza estudo anual de criticidade para o desempenho da atividade correccional do Poder Executivo Federal, considerando, dentre outros, dados de prescrições, reintegrações e quantitativo de processos que resultaram em penalidades, a fim de selecionar aquelas unidades que demandam maior atenção.

A CGU trabalhou, também, para disseminar o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) e manter a fidedignidade e completude dos dados nele registrados, com o objetivo de utilizar o sistema para descobrir eventuais impropriedades nos processos em tempo hábil para correção. Importante salientar, também, que a CGU tem priorizado a realização de inspeções e visitas técnicas correccionais em órgãos e entidades que apresentem deficiência na utilização do referido sistema.

Foram planejadas, ainda, atividades destinadas a garantir a padronização das práticas correccionais, a disseminação do conhecimento sobre o tema correição e a promoção da integração entre as instituições, das quais se destacam 4 reuniões da Comissão da Coordenação de Correição.

Como resultado do trabalho realizado ao longo de 2015, a CGU contabilizou 541 apenações expulsivas de agentes públicos estatutários do serviço público federal, por práticas irregulares. Desse universo, 447 foram penas de demissão, 53 de cassação de aposentadoria e 41 de destituição de cargos em comissão, todas ligadas ao Poder Executivo Federal. Do total de expulsões, 332 (61,4%) decorreram de ato relacionado à corrupção; 138 de abandono de cargo, inassiduidade ou acumulação ilícita de cargos; 9 de condutas exclusivamente culposas, como desídia, e 62 relacionadas a outros temas.

No âmbito da CGU, que conduz os processos de maior relevância e criticidade do Poder Executivo Federal, foram instaurados 38 procedimentos administrativos disciplinares e aplicadas 18 penalidades a servidores, sendo 14 delas expulsivas. Foram também instaurados 21 processos administrativos de responsabilização de entes privados.

Para melhorar os resultados na condução de Processos Administrativos Disciplinares pelos órgãos da Administração Pública Federal, foi instituído o Cadastro de Presidentes, Membros, Assistentes Técnicos e Peritos para Processos Administrativos Disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Por meio desse cadastro, os órgãos e entidades podem identificar servidores aptos a atuar na condução de procedimentos disciplinares, minimizando dificuldades para a formação de comissões disciplinares.

Em 2015, destacou-se, ainda, a instituição do Programa de Fortalecimento da Atividade Correccional na Administração Pública, que visa promover o intercâmbio de informações e experiências na atividade correccional, assim como aperfeiçoar a gestão e a condução de processos de todos os poderes e esferas de governo. O Programa também possibilita a disponibilização de cópia do código-fonte do CGU-PAD. Os Governos dos Estados do Espírito Santo, da Bahia, de Pernambuco e do Município de São Paulo realizaram sua adesão.

No âmbito da Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica, promovida pela Lei nº 12.846/2013, cumpre esclarecer que no ano de 2015 a CGU buscou normatizar os seguintes pontos:

- a) condução dos processos administrativos de responsabilização;
- b) celebração do acordo de leniência;
- c) avaliação do programa de integridade de pessoas jurídicas;
- d) metodologia para apuração do faturamento bruto para fins de cálculo da multa;
- e) regulamentação do registro de informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – (CNEP).

Nesse sentido, os normativos mais importantes publicados em 2015 relacionados à Responsabilização de Pessoa Jurídica são os destacados a seguir:

- Portaria CGU n° 909/2015, dispõe sobre a avaliação de programas de integridade de pessoas jurídicas. Mencionado normativo trata dos documentos e informações que deverão ser apresentadas pela pessoa jurídica para fins de avaliação de seu programa interno de integridade e os consequentes efeitos na aplicação de eventual multa ou celebração de acordo de leniência.
- Portaria CGU n° 910/2015, que define os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa e para celebração do acordo de leniência de que trata a Lei n° 12.846/2013. Dentre os pontos objeto de regulamentação destacam-se: definição de competência para a instauração e julgamento de investigação preliminar e do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) (art. 5°); exigência para que os procedimentos de apuração e de avaliação do pedido do acordo de leniência sejam conduzidos por comissão formada por servidores estáveis (arts. 9°, §3°, 10 e 29); detalhamento do rito internos e instrução formal do PAR e do acordo de leniência (Capítulos IV e VI); exercício da supervisão da apuração de responsabilidade de pessoa jurídica no Poder Executivo Federal pela CGU (Capítulo V). competências da comissão responsável pela avaliação da proposta de acordo de leniência (art. 30); efeitos do acordo e de seu descumprimento (arts. 35 e 36).
- Instrução Normativa n° 1/2015, que estabelece metodologia para a apuração do faturamento bruto e dos tributos a serem excluídos para fins de cálculo da multa a que se refere o art. 6° da Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013.
- Instrução Normativa n° 2/2015, regula o registro de informações no CEIS e no CNEP. Assim, apresenta quais informações estarão presentes nos aludidos cadastros, além de tratar como se dará a alimentação de ambos por parte dos órgãos e entidades públicos.
- Portaria Conjunta n° 2.279/2015, editada pela CGU e pelo então Ministério da Micro e Pequena empresa, que trata de critérios e do procedimento para a avaliação dos programas de integridade das microempresas e das empresas de pequeno porte.

Ainda relativamente às atribuições previstas na Lei n° 12.846/13, conforme seu art. 16, foi prevista a competência da CGU para celebração de acordo de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal. Assim, este órgão de controle tem atuado intensamente na negociação de acordos propostos por empresas que buscam a atenuação ou isenção das sanções previstas na lei em troca da colaboração para o esclarecimento de ilícitos. Até fim de 2015, 13 empresas procuram este órgão de controle com vistas à celebração do acordo. Todos estes processos encontram-se em andamento.

Refente às ações de transparência e prevenção da corrupção, a CGU assinou acordos com 84 novos parceiros no âmbito do Programa Brasil Transparente, considerando municípios e governos estaduais, totalizando em 1.541 adesões até o final de 2015. Além da parceria, a CGU também disponibilizou aos estados e municípios o sistema e-SIC Livre, ferramenta em código livre que independe de inscrição no Programa Brasil Transparente.

A fim de propiciar uma visão geral da implementação da LAI nos entes federativos, foi desenvolvida, em 2015, a Escala Brasil Transparente (EBT), metodologia de avaliação da transparência em uma amostra de municípios e estados. Em 2015, foram feitas 2.079 análises em duas rodadas, com melhoras visíveis entre os níveis detectados na segunda rodada. A primeira analisou a implementação da LAI em 519 entes federativos, entre estados e municípios, e a segunda contemplou 1.560 entes. O índice da Escala Brasil Transparente será incorporado ao Mapa Brasil Transparente como uma das variáveis a serem comparadas.

Ainda com foco na melhoria da gestão pública em estados e municípios, é importante registrar as ações voltadas ao Programa Fortalecimento da Gestão Pública – Melhoria da gestão de entes subnacionais, com a realização de painéis de fortalecimento da gestão.

Na linha da integridade pública, a CGU continuou o aprimoramento da implementação da Lei nº 12.813/2013, conhecida como Lei de Conflito de Interesses, por meio do Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses (SeCI), responsável por centralizar a gestão das consultas e dos pedidos de autorização para exercício de atividade privada feitos por servidor ou empregado público federal. Até o final de 2015, 99,2% dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal foram cadastrados no sistema, tornando-se aptos a responder às solicitações enviadas por seus servidores e empregados. Ainda em 2015, o SeCI recebeu 1.100 consultas, relacionadas a esses órgãos e entidades.

Com relação à integridade no setor privado, para aprofundar os avanços trazidos pela Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica, a CGU fomentou, junto às empresas privadas, a adoção de programas de integridade empresarial capazes de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de atos lesivos à Administração Pública. Os mecanismos e padrões de integridade (*compliance*) foram, inclusive, objeto do guia “Programa de Integridade: diretrizes para empresas privadas”, publicado em setembro de 2015. O guia é voltado a auxiliar empresas na estruturação e adaptação de seus programas de integridade, de acordo com a Lei e seu regulamento. Foram disponibilizadas ao público as versões do guia em inglês e espanhol, para auxiliar empresas estrangeiras em suas atuações no Brasil.

Como instrumento de promoção da integridade no setor privado, ressalta-se a iniciativa Empresa Pró-Ética, que promove o reconhecimento público de empresas comprometidas com a prevenção e o combate à corrupção. Após sua reformulação, com o objetivo de adequá-lo às inovações introduzidas pela Lei e às práticas que contribuem para um ambiente empresarial íntegro, a edição de 2015 foi concluída com 19 empresas aprovadas para integrar a lista.

Ainda com foco no aumento da integridade no setor privado, está em desenvolvimento programa em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que engloba ações de divulgação da Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica, de fomento e de apoio às micro e pequenas empresas, para adoção de mecanismos de integridade, além do desenvolvimento conjunto de materiais de orientação, cursos presenciais e à distância e de eventos de mobilização voltados aos micro e pequenos empreendedores. Em novembro de 2015 foi divulgada a cartilha “Integridade para Pequenos Negócios”, um dos produtos dessa parceria, com o objetivo de orientar o pequeno empreendedor quanto à importância da integridade nas relações comerciais, com sugestões de medidas que podem ser adotadas para estruturar um programa.

Paralelamente, a CGU trabalhou no desenvolvimento de painel de indicadores de monitoramento da implementação da LAI em órgãos e entidades da Administração Pública Federal; além de executar ações para a operacionalização da RedeSIC, espaço virtual destinado ao diálogo, à cooperação e ao intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os Serviços de Informação ao Cidadão (SIC) do Poder Executivo Federal.

Ao longo de 2015, a Controladoria investiu na capacitação dos servidores públicos sobre o tema e atuou na melhoria do Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), sistema desenvolvido e mantido pela CGU, que recebeu diversas melhorias quanto à usabilidade e ao grau de transparência. Dentre as melhorias no sistema, destaca-se a liberação de cadastros para cidadãos que não possuem CPF, divulgação, aos órgãos, dos resultados das pesquisas de satisfação do sistema e criação de máscaras para auxiliar o cidadão a direcionar seu pedido ao órgão correto.

O quadro a seguir apresenta as estatísticas sobre pedidos de acesso à informação, respostas e recursos no âmbito do Governo Federal, em 2015:

Quadro 4.4-P - Balanço de Implementação da Lei nº 12.527/2011 no Poder Executivo Federal – em 2015			
Pedidos registrados	102.423	Acesso concedido	70,58%
Pedidos respondidos (99%)	101.484	Acesso negado	7,47%
Tempo médio de resposta	12 dias	Outras hipóteses de negativa (pedido duplicado, informação inexistente, assunto de competência de outro órgão).	21,95%

Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, dados referentes ao ano de 2015.

Desde a entrada em vigor da LAI, em 16 de maio de 2012, cidadãos de mais de 4.760 municípios brasileiros (cerca de 85% dos municípios) utilizaram o e-SIC para solicitar informação ao Poder Executivo Federal. Abaixo, segue quadro com números sobre pedidos de acesso à informação, respostas e recursos no âmbito do Governo Federal, desde a entrada da lei em vigor:

Quadro 4.4-Q - Balanço de Implementação da Lei nº 12.527/2011 no Poder Executivo Federal – de 2012 a 2015			
Pedidos registrados	334.463	Acesso concedido	72,27%
Pedidos respondidos (99,5%)	332.838	Acesso negado	9,58%
Tempo médio de resposta	11 dias	Outras hipóteses de negativa (pedido duplicado, informação inexistente, assunto de competência de outro órgão)	18,15%

Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, dados referentes a maio/2012 até 31/12/2015.

A CGU conduziu, ainda, diversas ações voltadas à divulgação da LAI para a sociedade, objetivando aumentar a quantidade de pessoas que conhecem a lei, bem como publicar informações que permitam ao cidadão avaliar a sua implementação no Poder Executivo Federal. Entre elas, destacam-se:

- A manutenção do novo Portal da LAI (www.lai.gov.br).
- A liberação da consulta aos pedidos e respostas do e-SIC em formato aberto.

- Criação do Sistema de Transparência Ativa.
- a divulgação de uma série de vídeos explicativos, para divulgação da LAI e do direito à informação.
- a elaboração e publicação do 3º Relatório de Implementação da Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo Federal, referente ao ano de 2014 (enviado ao Congresso Nacional).

Além do atendimento às demandas da LAI, a CGU trabalhou, também, em melhorias no Portal da Transparência do Governo Federal (www.transparencia.gov.br), com vistas à ampliação da transparência pública. O volume de recursos disponibilizado para consulta no Portal superou R\$ 14 trilhões. A média mensal de visitas ao Portal, no ano, atingiu 1,36 milhões, indicando incremento de cerca de 10% em relação à média mensal de acessos do ano anterior.

No âmbito do Controle Social, a CGU manteve suas ações por meio do programa Olho Vivo no Dinheiro Público. As ações de capacitação presenciais incluem oficinas direcionadas à população e aos servidores públicos, além de mesa redonda sobre a importância do controle social e de vistorias para verificar a aplicação dos recursos públicos na localidade. As ações realizadas em 2015 capacitaram quase 5 mil conselheiros municipais, agentes públicos e lideranças locais para a prática do controle social, considerando cursos presenciais e à distância. Na modalidade de capacitação à distância, o curso “Controle Social e Cidadania” atingiu um público de mais de 22 mil alunos capacitados, entre cidadãos e agentes públicos, até o final de 2015.

Com a preocupação em formar o cidadão do futuro, a CGU voltou-se, também, para o público infantil por meio de atividades ligadas à Educação Cidadã. Foram articuladas diversas parcerias, para viabilizar a execução dos principais projetos voltados à promoção da cidadania junto ao público infante-juvenil, mobilizando, ao todo, cerca de 305 mil alunos. Nesse sentido, a Controladoria-Geral da União ofertou, em parceria com o FNDE e com o Instituto Cultural Maurício de Sousa, material ligado ao Programa “Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania!”, além de realizar e premiar os ganhadores do 7º Concurso de Desenho e Redação sobre o tema, que atingiu o número de 12.000 trabalhos inscritos.

Na esfera internacional, a CGU continuou representando o Brasil, ao longo de 2015, em eventos de cooperação técnica e jurídica no exterior, em temas voltados ao combate à corrupção e transparência pública, além de coordenar a atuação brasileira em convenções e foros internacionais anticorrupção.

Nesse sentido, o Brasil foi eleito para permanecer no Comitê Diretor da Parceria para Governo Aberto (OGP, da sigla em inglês Open Government Partnership). A CGU irá representar o Brasil na parceria durante os próximos três anos e atuará ao lado de representantes governamentais de outros dez países, além de onze organizações da sociedade civil. Ao longo de 2015, o Brasil avançou na implementação do segundo Plano Nacional de Governo Aberto, cujas informações para o acompanhamento dos compromissos podem ser consultadas no sítio: www.governoaberto.cgu.gov.br. O relatório independente feito pela parceria internacional (IRM/OGP) reconheceu os esforços brasileiros e fez recomendações para que o País continue avançando no tema. Houve, ainda, publicação do relatório sobre o andamento dos compromissos do 3º Plano de Ação Brasileiro para a Parceria para Governo Aberto, que está sendo construído com a participação da sociedade civil.

Em 2015, foi concluída a avaliação do Brasil para o primeiro ciclo de revisão quanto à implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC). O País foi avaliado por México e Haiti, e foram analisadas as medidas brasileiras quanto à aplicação dos capítulos III (criminalização) e IV (cooperação internacional). Além disso, o Brasil se fez representar na 6ª sessão da Conferência dos Estados Partes da UNCAC, que ocorreu em novembro de 2015 em São Petersburgo, Rússia. A Conferência dos Estados Partes ocorre a cada dois anos e é o evento mais relevante no âmbito da Convenção. O País se engajou ativamente nas negociações realizadas durante a Conferência, em especial no tocante à aprovação de proposta de resolução apresentada pelo Brasil sobre o uso de instâncias não criminais – procedimentos civis e administrativos – no combate à corrupção. A medida consagra trabalho de mobilização que vem sendo desenvolvido pelo governo brasileiro, nas Nações Unidas e em outros fóruns internacionais nos últimos anos, com o objetivo de criar um ambiente favorável para a troca de informações, no âmbito de processos civis e administrativos, entre as autoridades empenhadas no combate à corrupção, favorecendo a aplicação da referida Lei nº 12.846, de 2013, e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa. Por fim, no que tange à participação na UNCAC, o Brasil também atuou no Grupo de Trabalho sobre Prevenção da Corrupção e no Grupo sobre a Revisão da Implementação dessa Convenção.

Paralelamente, o Brasil apresentou dois relatórios à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), relativos ao seguimento de recomendações emitidas no âmbito da 3ª fase da avaliação, acerca do cumprimento da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da OCDE. Em 2016, será apresentado o relatório de dois anos. Além disso, a CGU também responde pela participação brasileira no Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE (*Working Group on Bribery*), que se reúne quatro vezes ao ano, em Paris, sede da OCDE.

Ainda no tocante ao combate ao suborno transnacional, além da participação ativa nas discussões levadas no âmbito da OCDE, o Brasil vem trabalhando na formulação de uma matriz de risco de suborno transnacional, a qual pretende apontar países e setores econômicos mais vulneráveis à prática.

Ao longo de 2015, o Brasil participou da 26ª reunião ordinária da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic), realizada na sede da OEA, em Washington, Estados Unidos. Na ocasião, foram debatidos documentos preparatórios para a 5ª Rodada de Análise da Implementação da Convenção, sendo definidos tema, calendário, subgrupos de avaliação e questionário padrão. O Brasil integrará os subgrupos de México e Argentina, cujas avaliações têm início previsto para 2016. Além disso, foi anunciado o interesse brasileiro, no exercício da Presidência, em convocar a 4ª Reunião da Conferência dos Estados Partes do Mecanismo, organizada pelo Brasil em parceria com os Estados Unidos. A Conferência, instância política máxima do Mecanismo, e responsável por definir as diretrizes e parâmetros para o funcionamento da Comissão de Peritos, aconteceu no mês de dezembro de 2015, em Washington.

O Brasil participou em 2015 da reunião de altos funcionários do BRICS, grupo de países constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, a fim de concentrar esforços nas ações de prevenção e combate à corrupção no âmbito do Grupo de Trabalho a ser criado, segundo decisão tomada durante a VII Cúpula do BRICS, em Ufá, Rússia. Destaca-se, também, a participação da CGU nas três reuniões do Grupo de Trabalho Anticorrupção do Grupo dos 20 (G20); contribuindo, ainda, com a implementação da Lei de Acesso no Paraguai, em projeto financiado pelo BID com os *cases* de maior sucesso na matéria acesso à informação na América Latina. A CGU também conseguiu a aprovação, no âmbito da ONU, de um acordo de cooperação jurídica internacional em matéria não-criminal.

Em 2015, a CGU iniciou, também, o projeto de mapeamento de riscos em uma Matriz de Riscos de Suborno Transnacional. O projeto tem previsão para ser concluído em 2016.

No âmbito internacional, por fim, a Controladoria manteve-se no Conselho Diretivo da Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA), iniciativa regional que congrega órgãos e entidades de dezesseis países latino-americanos e três organismos internacionais. No âmbito da Rede, desenvolveram-se trabalhos voltados à troca de experiências em matéria de acesso à informação, geração de indicadores regionais de transparência, gestão de arquivos e resolução pacífica de conflitos em processos de acesso à informação. Neste último escopo, foi desenvolvida consultoria para avaliação das práticas de mediação de conflitos entre Estado e Administração em matéria de acesso à informação desde uma perspectiva do direito comparado.

Atendo-se, também, às atividades associadas às melhorias na organização e funcionamento do Estado, a CGU realizou, em 2015, ações ligadas à produção de informações estratégicas e à consulta de nomes indicados pela Casa Civil para assumir cargos de confiança.

Ao longo de 2015, a CGU trabalhou nos processos relativos à produção de informações estratégicas e à gestão do sistema de Consulta de Nomeações para o alto escalão do Governo Federal (CONSNOM), que tratam da produção de informações de alto valor agregado, resultantes de metodologia específica para coleta, busca e cruzamento de dados e informações. Com essa atividade, a CGU tem o objetivo de atender oportuna e tempestivamente as demandas recebidas, seja das demais unidades da CGU, seja da Casa Civil da Presidência da República ou, ainda, de outros clientes externos.

As metas para 2015 estão descritas no quadro abaixo:

Quadro 4.4-R – Nomeações para alto Escalão do Governo Federal

<u>Tema</u>	<u>Meta</u>	<u>Grau de cumprimento</u>
Produção de Informações	Produzir 250 informações	139/250 = 55,6%
Apreciação de nomes indicados pela Casa Civil	Apreciar 100% dos nomes indicados	100% 3.096 nomes submetidos e lançados no sistema

Fonte: Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas

Em 2015, o cumprimento da meta da produção de informações alcançou 55,6% enquanto que no ano anterior foi de 47,2%. Convém esclarecer que esse indicador é meramente quantitativo, não aferindo o grau de complexidade da informação produzida. O ano de 2015, além de ter sido rico em demandas de alta complexidade, foi o ano em que concluímos a versão beta do Sistema Mara.

Sobre a apreciação de nomes indicados pela Casa Civil para assumir cargos de confiança, a meta foi plenamente atingida – com destaque para a quantidade de nomes investigados e registrados no CONSNOM: 3.096 nomes foram avaliados pela DIE ao longo de 2015, o que representou um crescimento de 30,85% em relação ao ano anterior.

Outra frente de trabalho da CGU é o monitoramento dos gastos públicos, desenvolvido por meio do Observatório da Despesa Pública, unidade que visa acompanhar as licitações, as compras diretas, os contratos do governo, o uso dos Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF) e os gastos com diárias e passagens aéreas no Poder Executivo Federal, entre outros temas. Os resultados são encaminhados periodicamente para outra unidade da CGU, a Secretaria Federal de Controle Interno, a fim de serem utilizadas como insumo para as auditorias.

As metas para 2015, nesse caso, estão no quadro abaixo:

Quadro 4.4-S – Monitoramento dos Gastos Públicos

<u>Tema</u>	<u>Meta</u>	<u>Grau de cumprimento</u>
Licitações e Contratos	4 rodadas de monitoramento	100%
Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF)	12 rodadas de monitoramento	100%
Passagens e Diárias	4 rodadas de monitoramento	100%
Transferências Voluntárias	1 rodadas de monitoramento	100%

Fonte: Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas

Em 2015, a CGU trabalhou, também, no fomento à atuação das ouvidorias em rede, bem como à normalização de técnicas e procedimentos, com o intuito de dar maior segurança ao cidadão que recorre ao canal da ouvidoria.

Nesse sentido, a Política de Formação Continuada em Ouvidorias (PROFOCO) foi ampliada no ano de 2015, incrementando-se a oferta de cursos gratuitos na modalidade presencial, em parceria com a Escola Superior de Educação Fazendária (ESAF). Em 2015 foram inaugurados dois cursos presenciais, que, junto com um curso já pré-existente, alcançaram 923 alunos em 20 turmas de modalidade 20h e duas turmas de carga horária reduzida, em dezesseis capitais de todas as regiões do país: Brasília, João Pessoa, Curitiba, Manaus, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Belém, São Luís, Cuiabá, Campo Grande, Porto Alegre, Vitória, Florianópolis, Fortaleza e São Paulo.

Adicionalmente, ao longo do período manteve-se a oferta de cursos na modalidade a distância, por meio de parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal.

Com o objetivo de estimular e difundir o debate voltado à formulação de políticas para as ouvidorias públicas, foram realizadas oito reuniões técnicas de Ouvidorias, organizadas por segmentos, as quais reuniram 109 representantes das ouvidorias públicas federais. Com vistas a intensificar a troca de experiências, foram ainda conduzidas 27 visitas técnicas em 18 estados, bem como cinco seminários regionais, no Maranhão, na Paraíba, no Mato Grosso do Sul, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Em 15 de dezembro de 2015, promoveu-se o Encontro com Ouvidores dos Estados e do Distrito Federal, que reuniu 10 representantes dos entes federativos, e no qual propôs-se a criação da Rede Nacional de Ouvidorias, com lastro no Programa de Fortalecimento das Ouvidorias (Portaria nº 50.253, de 15 de dezembro de 2015)

A fim de facilitar o acesso do cidadão ao Estado, fez-se necessário o aprofundamento da integração entre ouvidorias não mais apenas no âmbito federal, mas entre este e os demais entes da federação. Diante de tal necessidade, a CGU lançou o Programa de Fortalecimento das Ouvidorias, a fim de promover a convergência de esforços entre as instituições aderentes. O programa oferece cursos e treinamentos sobre atividades de ouvidoria, elaboração e distribuição de material técnico e orientativo sobre o tema, além de cessão gratuita do código-fonte do e-Ouv.

Em 2015, a CGU procurou estabelecer condições para que fossem atendidos padrões de qualidade no recebimento e tratamento de denúncias e para o funcionamento sistêmico das unidades de ouvidoria. Tal necessidade tornou-se ainda mais premente com o estabelecimento de prazos e procedimentos unificados para as Ouvidorias do Poder Executivo federal. A obtenção de informações junto às Ouvidorias Federais tornou-se, portanto, condição necessária para esse monitoramento, o que levou ao aprimoramento de sistemas informatizados que permitissem a criação de uma base de dados unificada com as informações acerca dos processos a elas encaminhados.

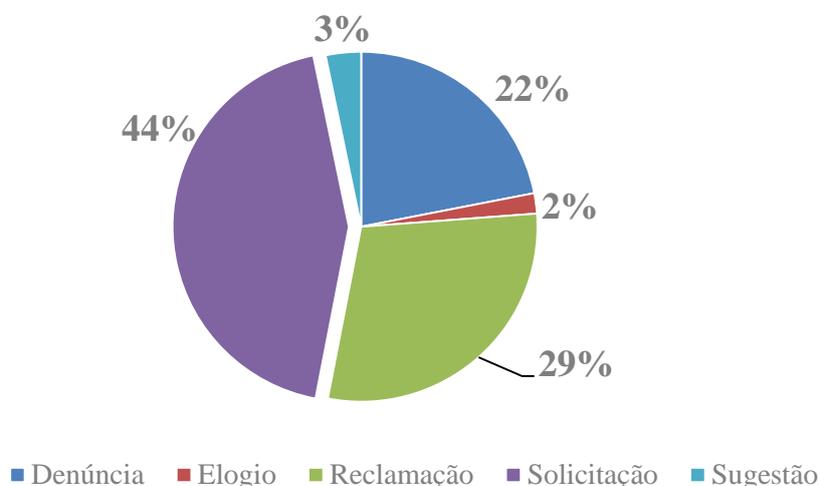
Nesse sentido, deu-se continuidade ao desenvolvimento do Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal – e-Ouv, a fim de que este se tornasse mais acessível ao cidadão e para que se tornasse uma ferramenta mais eficiente para o uso dos gestores.

Concomitantemente, desenvolveu-se o projeto Sala de Monitoramento das Ouvidorias (SALA), que produziu, em 2015, a primeira parte de um amplo conjunto de painéis de gestão sobre as manifestações de ouvidoria relativas às políticas públicas e serviços prestados. Com base na SALA, não apenas os gestores terão um diagnóstico atualizado da percepção dos cidadãos acerca da Administração como, também, as Ouvidorias serão capazes de fornecer importantes subsídios para a atividade de controle.

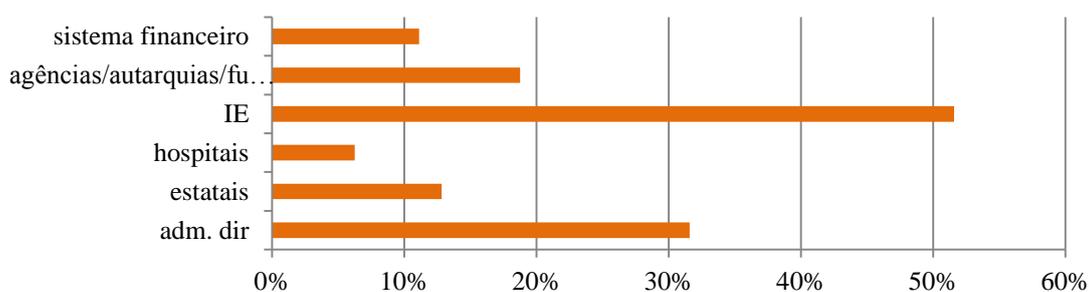
Ao longo de 2015, o e-Ouv recebeu mais de 21 mil manifestações de ouvidoria, sendo que, dessas, 19.666 manifestações receberam tratamento completo por meio do sistema. As manifestações recebidas pelo sistema endereçadas a órgãos que não o utilizam foram a eles encaminhadas e tratadas por meio de seus canais específicos. O tempo médio de atendimento das manifestações manteve-se em 12,88 dias, tempo inferior aos 20 dias prorrogáveis por mais 10 dias previstos na IN OGU nº 01/2014.

Logrou-se, também, aumentar expressivamente a quantidade de adesões ao sistema ao longo do período. Em 2015, 60 ouvidorias aderiram ao e-Ouv, que alcançou um total de 76 instituições. Hoje, o sistema atende a 52% das ouvidorias de Instituições de Ensino Superior, e a 32% das ouvidorias da Administração Direta.

Gráfico 4.4-D - Manifestações tratadas no e-Ouv em 2015



% de adesões ao e-Ouv por Segmento em 2015



Ainda no plano tecnológico, deu-se continuidade ao desenvolvimento do sítio web Ouvidorias.gov. O portal reúne uma série de conteúdos de interesse das ouvidorias e dos cidadãos: notícias, orientações, lista de ouvidorias, informações estatísticas, indicadores, relatórios, calendário de eventos, legislação e interface para acesso ao sistema e-Ouv. Entre fevereiro e dezembro de 2015, o portal recebeu quase 100 mil acessos.

No que se refere à triagem de denúncias e atenção às manifestações do cidadão, a partir de março de 2015, a CGU passou a utilizar o Sistema e-OUV, o que possibilitou uma maior interlocução com o cidadão, melhor tratamento das manifestações recebidas referentes a procedimentos e ações de agentes, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, bem como a diminuição do tempo para a publicação das respostas. Foram recebidas desde então um total de 5.602 manifestações de ouvidorias, sendo 3.177 (56,7%) classificadas como denúncias, que foram tratadas e encaminhadas às outras áreas do Controle e Correição, e 2.425 (43,3%) classificadas como reclamações, elogios, solicitações e sugestões. O tempo médio de atendimento ao cidadão, a partir da adesão ao e-Ouv no mês de março, alcançou média de 11,37 dias.

A fim de melhorar o tratamento de denúncias recebidas pela CGU, foi desenvolvido sistema para automatização e tratamento deagregado de denúncias por meio de trilhas de auditoria, expertise já desenvolvida na Controladoria. Em 2015, foram executados os testes iniciais do sistema, a sua avaliação e implantação.

No âmbito da gestão de ações de transparência passiva previstas na Lei de Acesso à Informação, a CGU atua na revisão das respostas ao cidadão, analisando aspectos associados à linguagem cidadã, na instrução dos recursos de 2ª instância dos pedidos de acesso à informação formulados à CGU e dos recursos de 3ª instância de todo o Poder Executivo Federal, bem como na instrução dos recursos interpostos à última instância recursal no âmbito administrativo: a Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI). Dessa forma, a CGU, por intermédio da OGU, auxilia tal órgão colegiado, instruindo recursos, opinando e executando diligências solicitadas. Outra atribuição da CMRI é estabelecer orientações normativas para suprir eventuais lacunas na aplicação da LAI. Em 2015, foram publicadas sete súmulas a fim de consolidar e divulgar entendimentos em relação a determinados temas.

Ao longo do exercício, a CGU recebeu 1.265 recursos interpostos com fundamento no art. 16 da Lei 12.527/2011 contra decisões das autoridades máximas de órgãos e entidades do Poder Executivo federal. Este número equivale a uma média histórica de 1,2% de todos os pedidos de acesso a informação feitos ao Poder Executivo federal. No mesmo período, foram julgados 1.353 recursos, o que resultou em diminuição da quantidade de processos em estoque. Outro indicativo de ganho em eficiência no processo refletiu-se no tempo médio de instrução e julgamento dos recursos, que, em dezembro (40,56 dias), reduziu-se a uma terça parte do tempo em janeiro (122,16 dias).

As decisões da CGU resultaram em revisão da decisão recorrida em 13% dos casos (2% parcialmente providos e 11% totalmente providos) e em manutenção da decisão em 19%. Em 22% dos casos, os órgãos e entidades recorridos revisaram as suas próprias decisões durante a instrução recursal, após gestão da CGU, levando ao que se denomina perda de objeto do recurso. Finalmente, em 46% dos casos a CGU não conheceu do recurso, em razão deste não possuir requisitos mínimos de admissibilidade ou não tratar-se de pedido de acesso à informação. Em todos os casos em que o recurso veiculou manifestação de ouvidoria, a CGU, ao não conhecer do recurso, registrou a manifestação em sistema próprio, a fim de dar o adequado tratamento administrativo à questão.

Adotando procedimentos de mediação e resolução de conflitos entre requerentes e órgãos da Administração Pública, procedimentos esses típicos das atividades de Ouvidoria, a CGU tem obtido níveis altos de perdas de objeto ao longo da instrução de recursos em processos de acesso à informação desde 2014.

Como forma de difundir o conhecimento acumulado pela Controladoria no exercício da competência recursal no âmbito da Administração Pública Federal, orientando assim agentes públicos e cidadãos sobre o direito de acesso à informação, foi lançada como e-book, em 2015, a publicação “Aplicação da Lei de Acesso à Informação em Recursos à CGU”, que apresenta as bases normativas, conceituais e operacionais que a Controladoria tem utilizado na aplicação da Lei. Publicou-se, também, edição revista e atualizada da Cartilha “Coletânea de Acesso à Informação”, seleção de normas de interesse para aplicação e estudo do marco normativo de acesso à informação no Brasil.

Outra iniciativa de relevo para a difusão de conhecimentos acerca da aplicação da Lei de Acesso à Informação no âmbito federal foi a disponibilização em transparência ativa de todos os pareceres, notas técnicas e decisões de recursos à CGU em um Banco de Precedentes. No sítio web <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/recursos/recursos-a-cgu>, qualquer cidadão pode acessar as decisões da Controladoria, sendo possível, inclusive, aplicar filtros e efetuar pesquisa de conteúdo.

4.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Para acompanhar o desempenho das atividades de Controle Interno, foram utilizados 2 indicadores de resultado:

Quadro 4.5-A - Indicador: Benefícios financeiros resultantes das ações de controle			
Objetivo	Fórmula	Objetivo Estratégico	Resultado Obtido 2015
Apresentar uma dimensão mensurável dos benefícios decorrentes das ações do Controle Interno que possam de alguma forma ser representadas monetariamente (em R\$).	Recomendações implementadas em 2013, 2014 e 2015 com impacto positivo para a gestão são passíveis de contabilização em 2015.	Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos.	R\$ 2,38 bilhões

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

Quadro 4.5-B - Indicador: Quantidade de benefícios não-financeiros resultantes de ações de controle na administração pública federal			
Objetivo	Fórmula	Objetivo Estratégico	Resultado Obtido 2015
Mensurar a existência de benefícios que não são passíveis de serem representados monetariamente.	Contagem de quantos benefícios não financeiros foram obtidos no período. Os benefícios não financeiros devem, cumulativamente: I - decorrer de recomendações das atividades de controle interno; e II - resultar de providência adotada pelo gestor no exercício atual ou dentro dos 2 anos anteriores ao exercício de registro do benefício.	Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos.	196

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

Além dos indicadores de resultados, a CGU monitora suas atividades de controle interno por meio de indicadores de produto que, em sua grande maioria, representam os resultados das atividades desempenhadas e descritas nesse relatório.

Na área de correição, para avaliar o grau de eficácia e o impacto de suas ações ao longo do exercício, a CGU utilizou os seguintes indicadores institucionais:

Quadro 4.5-C – Indicadores utilizados na Gestão do SisCor – 2015

Macroprocesso	Título do Indicador	Objetivo do Indicador	Fórmula do Indicador
Gestão do SisCor	Expedição de Enunciados pela Comissão de Coordenação de Correição (CCC)	Mensurar a capacidade de o Órgão Central do SisCor padronizar a atividade correcional no Poder Executivo Federal	Número absoluto de Enunciados propostos pela CCC aprovados e publicados
Gestão do SisCor	Capacitação de servidores em matéria disciplinar.	Mensurar a disseminação do conhecimento técnico produzido pela CGU na área correcional	Número absoluto de servidores capacitados
Gestão do SisCor	Revisão Anual dos 4 Manuais Técnicos da CGU	Avaliar a capacidade de disseminação de conhecimento técnico de forma tempestiva.	Número de manuais revisados ao longo do ano.
Gestão do SisCor	Publicação do Manual de Responsabilização de Pessoas Jurídicas	Verificar a conclusão de uma relevante iniciativa prevista pela área	Verificação da publicação.
Gestão do SisCor	Realização de eventos de integração do SisCor	Verificar a capacidade de promoção da integração no SisCor	Número absoluto de eventos realizados
Gestão do SisCor	Tempestividade de registros de processos no CGU-PAD	Avaliar a tempestividade do cadastro inicial dos processos disciplinares do PEF no CGU-PAD	Percentual dos processos cadastrados no CGU-PAD dentro do prazo estabelecido pela Portaria CGU nº 1.043/2007 em relação ao total de processos registrado no ano
Supervisão das atividades correcionais do Poder Executivo Federal	Acompanhamento dos processos disciplinares do SisCor	Verificar a capacidade da CGU de acompanhar a atividade disciplinar no Poder Executivo Federal	Percentual de processos acompanhados pela CGU em relação ao total de processos em curso no Poder Executivo Federal
Supervisão das atividades correcionais do Poder Executivo Federal	Inspeções Correcionais	Verificar a capacidade da CGU de acompanhar a atividade disciplinar no Poder Executivo Federal	Número absoluto de inspeções correcionais realizadas

Fonte: Corregedoria-Geral da União

Com base nos referidos indicadores foi possível a verificação do desempenho conforme a quadro abaixo:

Quadro 4.5-D – Índice de Desempenho alcançado na Gestão do SisCor - 2015

Título do Indicador	Valor Relativo a 2014	Meta do Indicador para 2015	Valor aferido	Frequência de apuração	Data de aferição
Expedição de Enunciados pela Comissão de Coordenação de Correição (CCC)	1	3	3	Anual	29/01/2016
Capacitação de servidores em matéria disciplinar.	1045	1200	1199	Anual	29/01/2016
Revisão anual dos 4 Manuais Técnicos da CGU	-	4	4	Anual	29/01/2016
Publicação do Manual de Responsabilização de Pessoas Jurídicas	-	1	0	Anual	29/01/2016
Realização de eventos de integração do SisCor	5	6	7 (4 reuniões da CCC e 3 Encontros de Seccionais)	Anual	29/01/2016

Tempestividade de registros de processos no CGU-PAD	58%	40%	55%	Anual	29/01/2016
Acompanhamento dos processos disciplinares do SisCor	7%	5%	4,4% (Em dezembro de 2015 estavam sendo acompanhados pela CGU 420 processos. Existem em andamento 9553 processos disciplinares no Poder Executivo federal).	Anual	30/12/2015
Inspeções Correccionais	35	36	32	Anual	29/01/2016

Fonte: Corregedoria-Geral da União

Com o fim de mensurar o desempenho de sua própria atividade na seara correccional, a CGU instituiu dois indicadores capazes de verificar a celeridade da supervisão exercido sobre o Siscor, como demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 4.5-E – Indicadores utilizados para Supervisão das atividades correccionais – 2015

Macroprocesso	Título do Indicador	Objetivo do Indicador	Fórmula do Indicador
Supervisão das atividades correccionais do Poder Executivo Federal	Tempestividade de análise dos processos do PEF	Verificar se as análises realizadas pela CGU são suficientemente tempestivas para corrigir incorreções no andamento dos processos conduzidos no âmbito do PEF	Média mensal do percentual de processos considerados relevantes pendentes de análise por mais de 120 em relação ao total de processos considerados relevantes sob supervisão correccional na CGU.
Supervisão das atividades correccionais do Poder Executivo Federal	Tempestividade na elaboração de relatórios de inspeção correccional	Verificar se as recomendações realizadas pela CGU no âmbito das inspeções correccionais são tempestivamente encaminhadas aos gestores.	Dentre o total de relatórios com prazo de elaboração esgotado, o percentual daqueles entregues no prazo.

Fonte: Corregedoria-Geral da União

Com base nos referidos indicadores foi possível a verificação do desempenho conforme a tabela abaixo:

Quadro 4.5-F – Índice de Desempenho alcançado pelas atividades correccionais - 2015

Título do Indicador	Meta do Indicador	Valor aferido	Frequência de apuração	Data de aferição
Tempestividade de análise dos processos do PEF	70%	13% (em média, 13% dos processos considerados relevantes tinham sua última análise realizada a menos de 120 dias)	Mensal	Última aferição: 30/12/2015
Tempestividade na elaboração de relatórios de inspeção correccional	70%	60% (Dentre os relatórios com prazo de entrega esgotado na data de aferição)	Anual	30/01/2015

Fonte: Corregedoria-Geral da União

O desempenho abaixo da meta estabelecida para o os processos de acompanhamento dos processos disciplinares do Siscor decorreu diretamente do aumento de atribuições decorrentes da Lei nº 12.846/2013, bem como da necessidade de aumento na atividade de apuração direta de ilícitos disciplinares.

Foram julgados de 62 processos disciplinares, reduzindo-se o estoque de processos em andamento de 132 para 90.

Nessa linha de atuação, merece destaque tanto a manutenção do elevado número de punições expulsivas aplicadas no Poder Executivo Federal, quanto o aumento de eficácia dos processos disciplinares conduzidos, o que decorre diretamente de um aprimoramento da realização do juízo de admissibilidade e de maior especialização dos membros de comissões disciplinares.

Quadro 4.5-G - Percentual de Processos Contraditório do Poder Executivo Federal com aplicação de ao menos uma punição				
2011	2012	2013	2014	2015
30,8 %	29,8 %	30,3 %	30,5 %	31,8 %

Fonte: Corregedoria-Geral da União

Quadro 4.5-H - Punições Expulsivas Aplicadas a Servidores do Poder Executivo Federal					
2010	2011	2012	2013	2014	2015
518	533	505	531	547	541

Fonte: Corregedoria-Geral da União

Com relação às ações de Transparência e Prevenção da Corrupção, a CGU desenvolveu os seguintes indicadores:

Quadro 4.5-I - Indicador: Cobertura do serviço de informação ao cidadão				
Quantidade de SICs cadastrados no e-SIC				
Final 2012	Final 2013	Final 2014	Final 2015	
271	281	297	310	

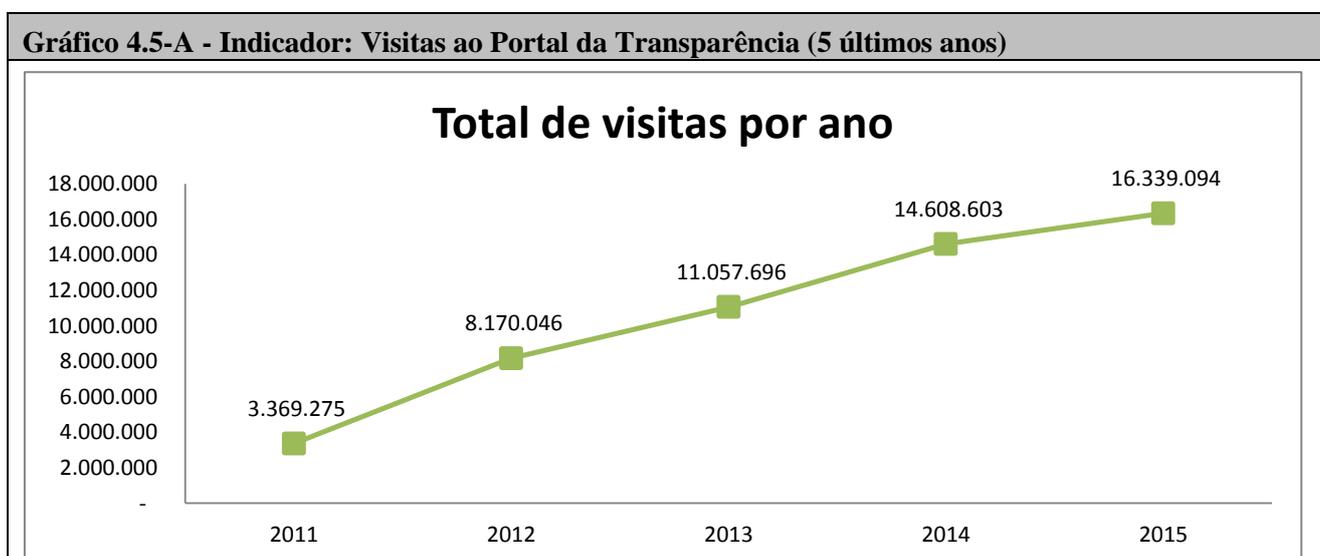
Fonte: Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção

Quadro 4.5-J - Indicador: Abrangência geográfica do serviço de informação ao cidadão				
Quantidade de municípios com pelo menos um pedido de acesso à informação registrado (acumulado)				
Final 2012	Final 2013	Final 2014	Final 2015	
776 (49%)	3.952 (71%)	4.454 (80%)	4.760 (85%)	

Fonte: Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção

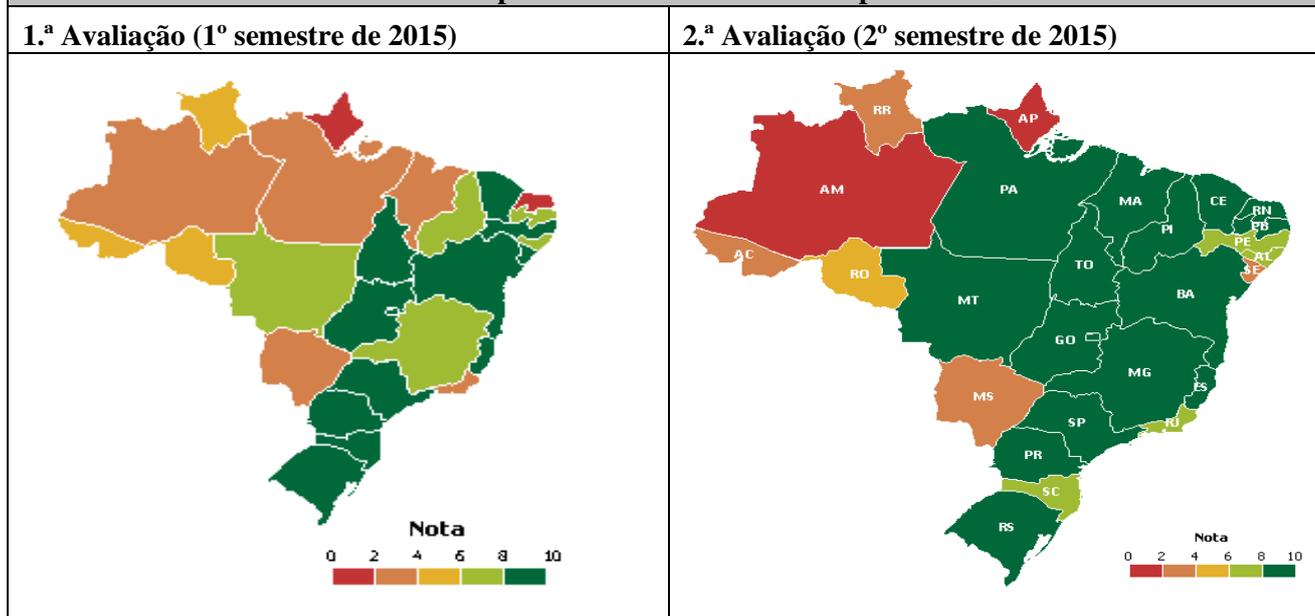
Quadro 4.5-K - Indicador: Cobertura do Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses	
Percentual dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal cadastrados no SeCI	99%

Fonte: Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção



Fonte: CGU-PR/Portal da Transparência.

Gráfico 4.5-B - Indicador: Comparativo Escala Brasil Transparente – Governos Estaduais

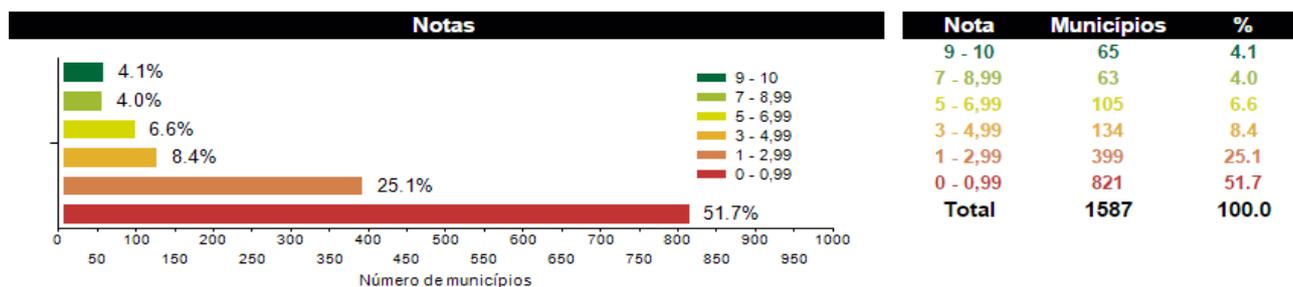


Fonte: STPC/Coordenação-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social.

Gráfico 4.5-C - Indicador: Comparativo Escala Brasil Transparente – Governos Municipais

Panorama dos Governos Municipais

Escala Brasil Transparente - 2.ª avaliação



Fonte: STPC/Coordenação-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social.

Quadro 4.5-L - Capacitação Presencial

Ano	Público atingido**
2011	5.904
2012	4.500
2013	1.977
2014	3.138
2015	2.459

* Um evento pode abranger mais de um município.
** Um mesmo município ou cidadão pode participar de mais de um evento.

Fonte: STPC/Coordenação-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social

Com relação às atividades de ouvidoria, a CGU desenvolveu os seguintes indicadores:

Macroprocesso: Sistema de Ouvidoria

Linha de atuação: Gestão da transparência passiva

Produto/atividade: Análise de recursos de terceira instância da LAI

Indicador: estoque de recursos de acesso à Informação dirigidos à CGU (3ª instância)

Em dezembro de 2014, o estoque de recursos aguardando conclusão perfazia um valor de 264. Em dezembro de 2015, haviam 177 recursos aguardando julgamento; ou seja, houve uma redução de 33% no estoque de recursos de acesso à informação dirigidos à CGU.

Indicador: Tempo médio de julgamento dos recursos LAI

O indicador afere o tempo médio desde o recebimento até o julgamento do recurso de acesso à Informação dirigidos à CGU (3ª instância). Em 2014, o tempo médio foi de 108,64 dias, enquanto em 2015, apurou-se um tempo médio de 59,86 dias, com diminuição de 45%.

Linha de atuação: Atenção às manifestações do cidadão e da sociedade

Produto/atividade: Apoio à prevenção da corrupção e à fiscalização dos recursos públicos por meio do processamento inicial de denúncias de cidadãos;

Indicador: quantitativo de manifestações processadas

No ano de 2015 receberam tratamento pela Ouvidoria 6.470 manifestações, sendo 3.720 (57%) denúncias e 2.750 (43%) englobando reclamações, sugestões e elogios de cidadãos. Houve uma redução (44,80%) no quantitativo total de manifestações em comparação ao exercício anterior (2014), no qual foram atendidas 11.723 manifestações de cidadãos, sendo 7.102 (60,3%) classificadas como denúncias, notadamente relacionadas às áreas de saúde, educação e assistência social, e 4.671 (39,7%) como manifestações de ouvidoria, englobando reclamações, elogios e sugestões.

5. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

Esta seção apresenta a estrutura de governança da CGU e explicita as atividades realizadas pelas unidades que a compõem, os mecanismos e controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados e também as atividades de correição e visa apresentar de que forma é realizada a direção, o controle e o monitoramento de suas atividades.

5.1 Descrição da Estrutura de Governança

Integram a estrutura da CGU, servindo de apoio à sua governança, os seguintes colegiados:

- Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC): órgão colegiado e consultivo vinculado à Controladoria-Geral da União, formado paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil, criado com a finalidade de sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento dos métodos e sistemas de controle dos recursos públicos federais, incremento da transparência na gestão da administração pública, e estratégias de combate à corrupção e à impunidade de agentes, por atos praticados na gestão do patrimônio público, teve as competências estabelecidas pelo Decreto nº 4.923/2003.
- Comissão de Coordenação de Controle Interno (CCCI): órgão colegiado de função consultiva do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, presidida pelo Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União e composta por representantes de várias instâncias do sistema de controle interno, criada com a finalidade de efetuar estudos e propor medidas visando promover a integração operacional do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, teve as competências estabelecidas no art. 10 do Decreto nº 3.591/2000.
- Comissão de Coordenação de Correição (CCC): instância colegiada com função consultiva do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCor), presidida pelo Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União e composta por representantes de várias unidades vinculadas ao sistema de correição, criada com o objetivo de fomentar a integração e uniformizar entendimentos dos órgãos e unidades que integram o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, teve as competências estabelecidas no art. 6º do Decreto nº 5.480/2005.
- Comissão de Ética da CGU: a Portaria CGU nº 1.988/2008 instituiu a Comissão de Ética da CGU, com a finalidade de difundir os princípios da conduta ética do servidor no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público. A comissão objetiva, ainda, orientar, supervisionar e atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores, além de acolher e analisar denúncia. Com a edição da Portaria CGU nº 2.120/2013, passou a assumir também atribuições relativas ao cumprimento da Lei de Conflito de Interesses, prestando informações e orientações sobre como prevenir ou impedir estes conflitos. A Comissão de Ética está vinculada ao Ministro de Estado Chefe da CGU e integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, atuando segundo as normas e diretrizes estabelecidas pela Comissão de Ética Pública.
- Comitê Permanente de Segurança Corporativa (COPESEG): é um fórum composto por representantes das unidades das áreas finalísticas e meio da CGU, que tem como principal competência a formulação de propostas de criação e adequação da política e das normas atinentes à Segurança Corporativa da CGU. O COPESEG foi instituído pela Portaria CGU nº 1214/2014 e regulamentado pela Instrução Normativa CGU nº 04/2014.
- Comitê de Gestão Estratégica da CGU: instituído pela Portaria CGU nº 1.308/2015, tem por competência ao estabelecimento de diretrizes para os projetos de gestão estratégica da CGU, além de priorizar e aprovar projetos, cronogramas de implantação, produtos desses projetos, além de avaliar os resultados das ações realizadas na implantação dos mesmos. É composto pelo

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, que o preside, pelo Secretário-Executivo e pelos dirigentes das áreas finalísticas (CRG, OGU, SFC e STPC).

- Comitê Gerencial: também instituído pela Portaria CGU nº 1.308/2015, tem por competência assessorar ao Comitê de Gestão Estratégica e operacionalizar a implantação e acompanhamento da gestão estratégica e é formado por representantes das unidades das áreas finalísticas e meio da CGU, incluindo representante das Controladorias-Gerais da União nos Estados.
- Comitê de Tecnologia da Informação (CETI): instância de caráter deliberativo, instituído pela Portaria CGU 50.224/2015, sucede o Comitê de TI, instituído pela Portaria CGU nº 263/2009, e tem como objetivo a promoção da governança e do uso estratégico da tecnologia da informação, por meio da coordenação, articulação e priorização das ações e investimentos em tecnologia da informação, sendo formado pelo Secretário-Executivo, que o presidirá, pelo Chefe do Gabinete do Ministro e pelos dirigentes das áreas finalísticas da CGU: CRG, OGU, SFC e STPC.
- Núcleo Gerencial de Tecnologia da Informação (NGTI): instituído pela Portaria CGU 50.224/2015, tem competência para elaborar proposta de priorização dos projetos de aquisições e de desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação a ser submetida ao CETI e será composto por membros, titulares e suplentes, da Diretoria de Sistemas de Informação (DSI) da Secretaria-Executiva, que o coordenará, do Gabinete do Ministro, de cada uma das Unidades Finalísticas e de representante das Controladorias-Gerais da União nos Estados.

5.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Conforme o que preceitua em seu artigo 24, inciso IV, o Decreto nº 8109/2003, as atividades correicionais no âmbito interno da CGU são da competência do Secretário Executivo. Por delegação prevista na Portaria CGU nº 2187, de 6/11/2013, em seu artigo 1º, inciso II, cabe ao Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva a decisão acerca da instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares em relação a fatos ocorridos e servidores em exercício na Secretaria-Executiva e nos órgãos específicos singulares da CGU.

Nessa mesma Portaria há delegação aos Chefes das Controladorias Regionais da União para instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares em relação a fatos ocorridos e servidores em exercício nas respectivas unidades regionais.

Destaque-se, ainda, que a CGU registra no sistema CGU-PAD todas as apurações iniciadas, consubstanciando no mesmo todas as etapas a elas relacionadas, com rígida observância dos prazos previstos em normativo próprio.

No exercício 2015, foram instaurados dois processos administrativos disciplinares no órgão central e seguem em apuração em conjunto com outros três abertos anteriormente.

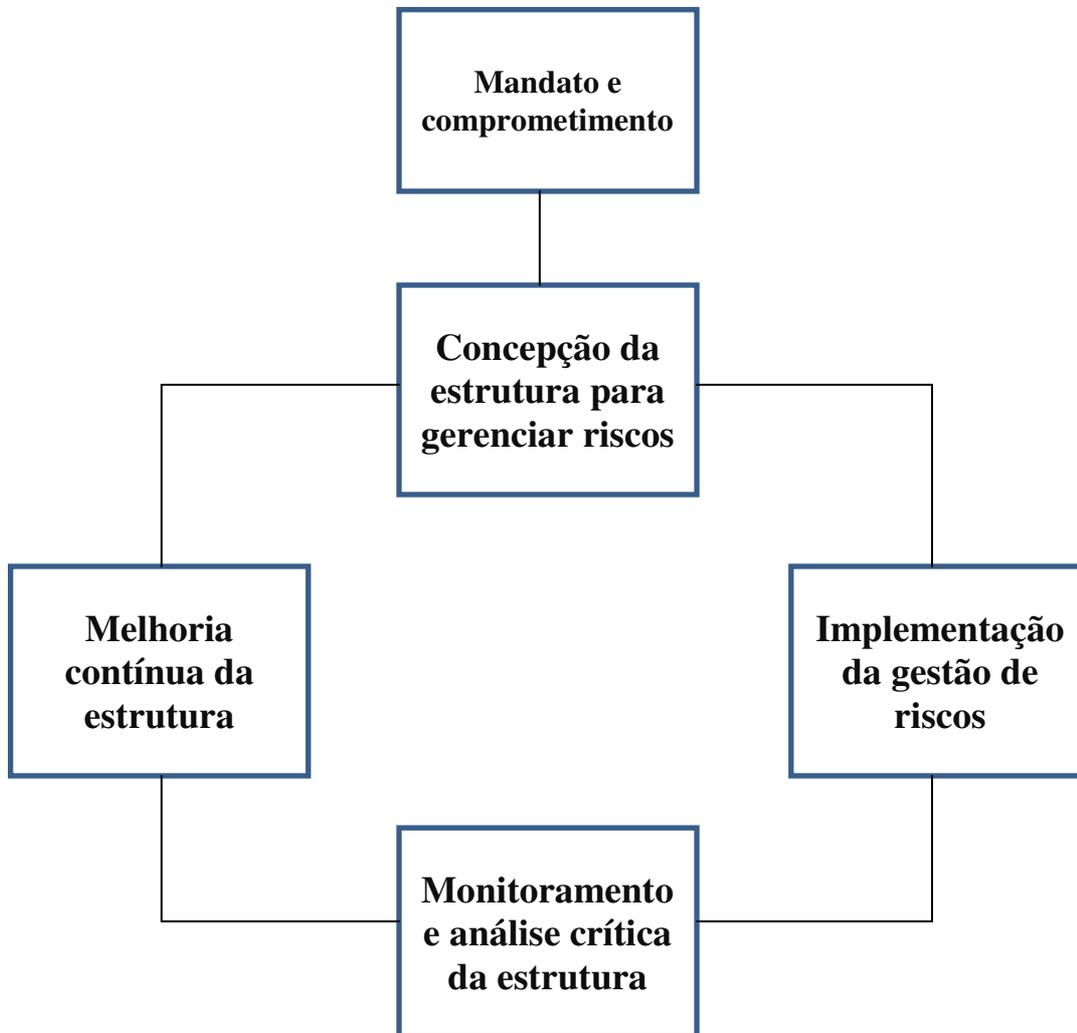
5.3 Gestão de riscos e controles internos

As organizações existem para atingir propósitos que resultam em entregas de serviços ou produtos. Qualquer que seja este propósito, esta entrega de serviços e o atingimento dos seus objetivos estão cercados por incertezas que podem gerar ameaças ao sucesso ou oportunidade de melhoria, e devem ser gerenciadas de forma estruturada.

Já os riscos, quando não gerenciados adequadamente, ameaçam o atingimento dos objetivos, o cumprimento dos prazos, o controle dos custos e da qualidade de um programa, projeto ou entrega de serviços aos cidadãos.

Assim sendo, o gerenciamento de riscos é fundamental para o sucesso no cumprimento da missão da organização pública em entregar serviços de qualidade para o cidadão.

O diagrama a seguir ilustra os elementos que se relacionam com a estrutura de gerenciamento:



A gestão de riscos voltada a gestão interna da CGU encontra-se em fase de implantação. Em 2015 foram realizados estudos sobre possíveis metodologias e realizados os respectivos pilotos.

Uma metodologia testada com sucesso consistiu na realização do mapeamento dos riscos no âmbito do PROPREVINE. Essa metodologia seguiu as seguintes etapas: contextualização do PROPREVINE, identificação dos riscos, elaboração da Matriz de “Probabilidade x Impacto”, elaboração das matrizes das medidas mitigadoras e responsáveis pelo acompanhamento.

O resultado do trabalho foi entregue ao Tribunal de Contas da União quando da realização da auditoria sobre as demonstrações contábeis do PROPREVINE.

Em relação aos sistemas informatizados, a CGU possui processo de Gestão de Riscos de TI com base na norma da ABNT NBR ISO/IEC 27005:2011. Este processo avalia as vulnerabilidades a que estão expostos os ativos de TI, pesa as consequências de um risco identificado tornar-se real e determina a

probabilidade de que isto de fato ocorra. O resultado da análise permite a definição do tratamento a ser dado ao risco identificado.

Adicionalmente, são utilizadas política de usuário restrito, de modo a evitar a proliferação de usuários com perfis de administrador na Rede CGU; processo de Gestão de Mudanças, que visa a garantir que alterações no ambiente de TI não impactem no funcionamento normal do Órgão; e o procedimento de *hardening* (técnica de blindagem de sistemas) de servidores de rede, que os avalia sob o aspecto de segurança de TI.

Considerando que a CGU possui acesso a diversas informações pessoais sensíveis e observando a obrigação legal elencada no Art. 31 da Lei 12.527/11 de resguardá-las, torna-se imperativo que o controle de acesso a tais documentos seja protegido através do uso de permissões e autorizações.

No ambiente do sistema e-SIC, apenas servidores que atuam no monitoramento da implementação da Lei de acesso e servidores gestores do sistema têm acesso com perfis especiais no sistema no âmbito da STPC. Ainda, com a abertura dos pedidos de acesso e suas informações, foi inserido um campo obrigatório no sistema que contém a classificação dada pelo órgão informando se o pedido possui alguma informação pessoal sensível. Caso exista, o sistema não irá publicar esse pedido, em obediência à lei.

O sistema SeCI, que recebe consultas e pedidos de autorizações para desempenhar atividades privadas, também conta com protocolos de autenticação de servidores para garantir a intimidade de denunciante e de servidores que fizeram consultas/pedidos de autorização.

Acerca de denúncias de conflito de interesses e nepotismo, cuidados adicionais são empenhados na proteção da denúncia e do processo de análise e sua conclusão. Arquivos são alocados em discos virtuais com acesso restrito àqueles que têm papel no fluxo de análise e aprovação dos pareceres.

Sobre o aproveitamento de recursos humanos, a CGU aderiu ao sistema de registro eletrônico de carga horária de trabalho, conhecido como ponto-eletrônico, implantado de forma gradual nas unidades ao longo de 2015. Tal sistema visa coibir a inassiduidade, bem como auxiliar as chefias a calcularem de forma mais precisa a distribuição de tarefas entre servidores e a relação custo-benefício de cada projeto, priorizando-os de forma mais eficiente.

A CGU continua em seu esforço de padronização e consolidação de seus processos e informações, com vistas a criar informações confiáveis e seguras. Nesse sentido, a STPC tem emvidado esforços para a migração de seus processos de trabalho para sistemas estruturados, como o SEI, ou para sistemas específicos, como o Sistema de Transparência Ativa que centraliza em um só lugar todos os links que comprovam o atendimento às obrigações de transparência ativa de todos os órgãos integrantes do e-SIC. Tal padronização e centralização mitiga a possibilidade de erros de registro ou de leitura das informações.

Quanto às auditorias e fiscalizações a CGU utiliza uma Matriz de Muitos Riscos para Muitos Controles – MRMC de forma a entender como os controles estão desenhados por processos – pontos fortes e deficiências, associando-os aos riscos previamente identificados e identifica os controles-chaves, além daqueles considerados relevantes para a auditoria e que possam impactar os demonstrativos financeiros. Essas avaliações de risco estão explicitadas nos itens específicos dos trabalhos de auditoria e fiscalização, relatadas no **item 4.4 deste relatório**.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de Acesso do Cidadão

A Controladoria-Geral da União trabalhou no atendimento ao cidadão e às instituições públicas e privadas, a partir da disponibilização de vários canais de comunicação entre o órgão e a sociedade, tais como o Serviço de Informações ao Cidadão, o e Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal – e-OUV, o portal eletrônico da CGU, o Fale Conosco do Portal da Transparência e o Portal Ouvidorias.gov.

A CGU recebeu, também, muitas manifestações da sociedade durante sua atuação em campo, tanto na execução de ações de controle, como nas atividades de capacitação realizadas no âmbito dos Programas Olho Vivo, Fortalecimento da Gestão Pública e Brasil Transparente.

Por meio do SIC da CGU, a instituição atende e orienta os cidadãos quanto ao acesso à informação disponível na Controladoria, informa sobre a tramitação de documentos nas unidades, e recebe e registra pedidos de acesso à informação no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão.

Já por intermédio da Ouvidoria, a CGU recebe manifestações dos cidadãos, presencialmente ou por meio do Sistema e-OUV – dentre as quais denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios, referentes às políticas públicas e aos serviços prestados pela Administração.

Outro canal de atendimento utilizado pelo cidadão é o envio de correspondência para a OGU, no endereço SAS Quadra 01, Bloco A, 9º 5º andar Ed. Darcy Ribeiro, CEP 70.070-905, Brasília, DF.

Além disso, por meio do Portal Ouvidorias.gov (<http://www.ouvidorias.gov.br>), a CGU manteve em 2015 interface com aproximadamente 100 mil cidadãos, que puderam obter informações acerca dos meios de comunicação com a administração pública federal e manifestar-se no e-OUV.

Na seara da correição, a CGU mantém o Cadastro de Expulsões da Administração Federal, que garante publicidade às penalidades disciplinares que impedem o retorno de apenados à Administração Pública Federal, ou que os torna inelegíveis, consolidando informações úteis aos gestores e proporcionando maior transparência à atividade correcional. Ao final de 2015, este cadastro totalizava um pouco mais de 4.200 registros.

A CGU mantém, ainda, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, cadastro público de sanções das quais decorra como efeito a restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, de utilização obrigatória por todos os órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de todas as esferas de governo, nos termos do artigo 23 da Lei nº 12.846/2013. Ao final de 2015, este cadastro contava com mais de 12.000 penalidades vigentes e 40 órgãos e entidades subnacionais participantes.

Foi criado, também, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), que tem como objetivo consolidar a relação das empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013. Também é de utilização obrigatória por todos os órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de todas as esferas de governo, nos termos do artigo 22 da Lei nº 12.846/2013.

Durante o ano de 2015 a CGU divulgou mensalmente o Relatório de Punições Expulsivas Aplicadas a Servidores Estatutários do Poder Executivo Federal, que consolida as principais informações relacionadas às penalidades aplicadas no âmbito do Poder Executivo Federal.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A CGU publica desde 2010, a Carta de Serviços ao Cidadão, editada em concordância ao estabelecido no Decreto nº 6.932/2009. Essa versão inicial foi atualizada com as novas atribuições da CGU, assumidas nos últimos anos, e republicada em março de 2015.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O sistema e-SIC, além de possibilitar ao cidadão formular e enviar aos órgãos do poder executivo federal um pedido de acesso a alguma informação pública, permite que o cidadão avalie o atendimento desse pedido de acesso através de uma pesquisa de satisfação opcional, vinculada ao pedido feito.

A pesquisa possui duas questões: uma delas busca verificar se o cidadão compreendeu bem a resposta que lhe foi fornecida, ou seja, ver se a linguagem utilizada pelo órgão foi uma linguagem cidadã; a segunda questão, por sua vez, altera de acordo com o tipo de resposta dada. Para um pedido no qual a informação foi entregue, é importante verificar se a resposta dada atende plenamente ao pedido feito. Por outro lado, no caso de um pedido de acesso onde o órgão considerou que a informação não pode ser fornecida (ou não existe), é importante verificar se o órgão justificou de forma clara os motivos pela negação de acesso.

A CGU, além de utilizar o resultado dessa pesquisa para fazer o monitoramento das respostas dadas pelos órgãos do poder executivo federal, também se vale desse resultado para aprimorar a atuação de seu SIC. Nesse sentido, dos pedidos recebidos em 2015, 82,3% dos cidadãos deram notas 4 ou 5 em relação à facilidade de compreensão da resposta recebida, numa escala onde 5 era a nota máxima, representando que a resposta era de fácil compreensão. No mesmo universo de pedidos, 73,5% dos respondentes responderam que estavam satisfeitos (4 ou 5) com a resposta dada, aqui considerando como resposta a informação ou justificativa recebida.

Na execução da Política de Formação Continuada em Ouvidorias, voltada para o desenvolvimento de atividades de capacitação e formação em ouvidoria, fundamentada em um processo de qualificação contínua, que em 2015 incrementou a oferta de cursos gratuitos na modalidade presencial, em parceria com a Escola Superior de Educação Fazendária – ESAF. Foram inaugurados neste ano mais dois cursos presenciais, que, junto com o pré-existente, alcançaram 923 alunos em 20 turmas de modalidade 20h e duas turmas de carga horária reduzida, em dezesseis capitais de todas as regiões do país: Brasília, João Pessoa, Curitiba, Manaus, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Belém, São Luís, Cuiabá, Campo Grande, Porto Alegre, Vitória, Florianópolis, Fortaleza e São Paulo. Por meio de pesquisa de satisfação, 93,20% avaliaram que o curso alcançou o objetivo e 98,26% avaliaram os instrutores nas categorias “bom” ou “ótimo”.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da CGU

No âmbito da Transparência e Acesso à Informação:

- Informações gerais sobre transparência e acesso à informação: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica>.
- Portal da Transparência: <http://www.transparencia.gov.br>.
- Acesso à Informação: <http://www.lai.gov.br>.
- Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC): <http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/site/index.html>.
- Programa Brasil Transparente: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/brasil-transparente>.

- Forum RedeSIC: <http://www.acaoainformacao.gov.br/forumredesic/>
- Busca Aberta de Pedidos e Respostas da Lei de Acesso: <http://www.acaoainformacao.gov.br/assuntos/busca-de-pedidos-e-respostas>
- Escala Brasil Transparente: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente>

Referente ao Governo Aberto:

- Portal da Open Government Partnership (OGP): <http://www.opengovpartnership.org/>
- Portal da OGP Brasil: <http://governoaberto.cgu.gov.br/>

No âmbito do Controle Social:

- Programa Olho Vivo no Dinheiro Público: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/controle-social/olho-vivo>

Educação para Ética e Cidadania:

- Informações gerais sobre Educação para Ética e Cidadania: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/controle-social/educacao-cidada>
- Concurso de Desenho e Redação: <http://www.portalzinho.cgu.gov.br/concursos/60-concurso-de-desenho-e-redacao-da-cgu>
- Programa “Um por todos e todos por um!”: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/controle-social/educacao-cidada/um-por-todos-e-todos-por-um-pela-etica-e-cidadania>
- Portalzinho da CGU: <http://www.portalzinho.cgu.gov.br>
- Programa Fortalecimento da Gestão Pública: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/controle-social/fortalecimento-da-gestao-publica>

Integridade Pública:

- Informações gerais sobre Integridade Pública: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/etica-e-integridade/setor-publico>
- Informações gerais sobre Conflito de Interesses: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/etica-e-integridade/setor-publico/conflito-de-interesses>
- Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses: <https://seci.cgu.gov.br/SeCI/Login/Externo.aspx?ReturnUrl=/SeCI/>

Integridade no Setor Privado:

- Informações gerais sobre Integridade no Setor Privado: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/etica-e-integridade/setor-privado>
- Cadastro Pró-Ética: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/etica-e-integridade/setor-privado/empresa-pro-etica>

Cooperação Internacional:

- Informações gerais sobre cooperação internacional: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/articulacao-internacional>.

Controle Interno:

- Informações sobre a Secretaria Federal de Controle Interno e suas atividades
<http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao>
- Pesquisa de Relatórios de Auditoria, Fiscalização e Avaliação
<http://sistemas.cgu.gov.br/relats/relatorios.php>
- Informações sobre a prestação de contas e despesas do Poder Executivo Federal e balanços da CGU:
<http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao>
- Simulador de Aposentadoria:
<http://www.cgu.gov.br/simulador/scap>

Correição:

- Consulta ao Cadastro de Expulsões da Administração Federal:
www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes
- Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas:
www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes

Ouvidoria:

- Registros de manifestações de ouvidoria (dúvidas, reclamações, elogios e sugestão sobre atuação da CGU): <https://sistema.ouvidorias.gov.br/>

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

No âmbito de acessibilidade tecnológica, os portais e sítios eletrônicos providos pela CGU utilizam o modelo de identidade digital padrão do governo federal, que atende às principais recomendações de acessibilidade indicadas para conteúdos na *web*, em especial as do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG).

O novo sítio da Lei de Acesso à Informação (www.lai.gov.br), lançado em 2014, atende aos padrões de acessibilidade previstos no Decreto nº 5.296/2004.

Em relação aos portais e sítios eletrônicos providos pela CGU, é utilizado o modelo de identidade digital padrão do governo federal, que atende às principais recomendações de acessibilidade indicadas para conteúdos na *web*, em especial as do eMAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico).

Adicionalmente, é requisito formal de Termo de Referência para contratação de fábrica de software que os portais e sistemas web desenvolvidos sejam aderentes às recomendações de acessibilidade do eMAG e passem pela avaliação sintática do daSilva (www.dasilva.org.br) com zero erro nos três níveis de prioridades.

Em 2015, iniciou-se a execução do projeto de adaptação dos sanitários coletivos do Edifício Darcy Ribeiro, sede da CGU, com a contratação de empresa especializada, no ramo da engenharia construtiva, para executar o projeto, contrato nº 41/2015. A pretendida contratação tem como um de seus principais objetivos o de adequar os sanitários de uso coletivo da sede desta CGU ao uso de Pessoas com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida. Após a conclusão desta adaptação, os andares do edifício sede possuirão um banheiro coletivo, para cada gênero, devidamente adequado, para atender as necessidades dos portadores de necessidades físicas especiais com deficiência ou mobilidade reduzida.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 estão sendo aplicados por esta Controladoria Geral da União para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão; bem como para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio.

7.1.1. Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo e cálculo da depreciação, amortização e exaustão

- Vida útil econômica: o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo.
- Depreciação: a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

A vida útil econômica do ativo bem como cálculo e taxas de depreciação estão definidas no Manual SIAFI, assunto 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, do qual destacam-se:

“6.1 - Os seguintes fatores devem ser considerados ao se estimar a vida útil econômica de um ativo:

- a) A capacidade de geração de benefícios futuros;*
- b) O desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;*
- c) A obsolescência tecnológica; e*
- d) Os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.*

6.2 - O administrador deverá seguir a tabela de vida útil e valor residual abaixo, estabelecida para cada conta contábil. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabilizará a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação.”

O Quadro Tabela 7.1.1-A traz a tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil utilizada pela CGU.

Quadro 7.1.1-A – Vida útil e valor residual para cada conta contábil.

CONTA CONTÁBIL	TÍTULO	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL
12311.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10%
12311.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20%
12311.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	15	20%
12311.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10%
12311.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
12311.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10%
12311.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10%
12311.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%
12311.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	5	10%
12311.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10%
12311.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
12311.01.99	OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10%
12311.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
12311.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%
12311.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10%
12311.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
12311.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0%
12311.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	10%
12311.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
12311.04.06	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	-	-
12311.05.01	VEICULOS EM GERAL	15	10%
12311.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10%

OBS: *A critério dos órgãos que possuem tais bens. Como exemplo, a conta contábil 12311.04.06, Obras de Arte e Peças para Exposição, não sofre depreciação.

- **Metodologia de depreciação de bens móveis:** O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado pelo Órgão é o das quotas constantes.

Os bens móveis de propriedade da CGU são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e administrado pelo Ministério da Fazenda, e são depreciados, mensalmente, no SIADS, com reflexo no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

- **Metodologia de depreciação de bens imóveis:** Os procedimentos para depreciação de bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais estão dispostos na Portaria nº 703, de 10 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 19/12/2014, ato conjunto da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Conforme determina essa portaria, o valor depreciado dos bens imóveis será apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

Compete à SPU desenvolver e implantar, no prazo de 2 (dois) anos, as funcionalidades sistêmicas relativas à depreciação e atualização automática dos imóveis. Até que tal implantação ocorra, ela deve repassar mensalmente à STN a estimativa de depreciação dos bens imóveis de uso especial por RIP e Unidade Gestora. Fica cargo da STN o registro contábil no SIAFI do valor correspondente a depreciação dos imóveis.

Neste Órgão, no exercício de 2015, na conta contábil 1.2.3.2.1.00.00 – Depreciação de Bens Imóveis, foi registrado o montante de R\$ 20.481,51, correspondendo aos bens imóveis das Unidades Gestoras da sede da CGU e Controladorias Regionais nos estados do PA, MA, SE, ES, MS, SC e AP.

- Amortização: a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição, a entidade deve classificar a vida útil do ativo intangível em definida e indefinida. O ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

A metodologia de amortização para o intangível com vida útil definida está disciplinada no Manual SIAFI, assunto 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, o qual estabelece o método das quotas constantes. A taxa, a vida útil e o valor residual do bem amortizável são definidos pelo gestor de cada órgão.

Nesta CGU, na conta contábil 12.481.01.00 – Amortização Acumulada – Softwares, foi registrado o montante de R\$ 697.717,28. Tal saldo refere-se a ajustes de exercícios anteriores a 2013, o qual foi apurado durante o exercício de 2014 pela Comissão de Avaliação de Bens da CGU, designada pela Portaria nº 138, de 24/01/2014.

Quando da apropriação do bem intangível, não existia conta contábil específica que segregasse os ativos com vida útil definida e indefinida. Neste órgão, as aquisições ocorridas em 2015 dizem respeito a softwares de uso perpétuo, os quais não são amortizáveis. Considerando o exposto, o saldo contábil manteve-se inalterado durante o exercício.

Quanto à inexistência de contas específicas para o registro do ativo intangível com vida útil definida e indefinida, a Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT, da STN, emitiu a Mensagem SIAFI nº 2015/1689365, a qual informou sobre a criação de tais contas, bem como estabeleceu os procedimentos para que as Unidades Gestoras realizem a devida reclassificação. Esses novos métodos deverão ser implementados a partir de janeiro de 2016.

- Exaustão: a redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis.

A CGU, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

7.1.2. Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

- Disponibilidades, Créditos e Dívidas: são mensuradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço.
- Provisões: são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos.

Um exemplo de créditos são os lançamentos feitos, mensalmente, na folha de pagamento da CGU (UG 110175), como adiantamentos de salários, de 1/3 de férias e de 13º salário, em contas do Ativo Circulante (1.1.3.1.1.01.00 – Adiantamentos Concedidos a Pessoal).

São apropriadas, mensalmente, como Variações Patrimoniais Diminutivas, as provisões de férias e de 13º salário, gerando um passivo de pessoal a pagar. Os valores são calculados tomando por base as despesas brutas da folha de pagamento no sistema SIAPE.

- Estoques: esta Controladoria-Geral da União utiliza o Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, de responsabilidade do Ministério da Fazenda, para registrar tanto as aquisições quanto as movimentações dos estoques, itens esses que são registrados pelo valor do custo de aquisição.
- Imobilizado: os bens móveis e imóveis são reconhecidos pelo valor de custo.

Os bens imóveis estão sujeitos à reavaliação. A base legal/administrativa que dá suporte a esse assunto são: a Portaria Interministerial STN/SPU N. 322, de 23 de agosto de 2001, a Portaria Conjunta STN/SPU N. 03, de 10 de dezembro de 2014, que revogou a Portaria Conjunta N. 1.110, de 19 de fevereiro de 1991, as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC - NBC T 16.10 e as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público – IPSAS (International Public Sector Accounting Standards).

Os imóveis de uso especial, assim considerados os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias, deverão ser cadastrados no SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, principal fonte alimentadora do SIAFI para efeito de contabilização dos imóveis, que mantém a tempestiva compatibilidade entre as informações existentes nos sistemas.

Os órgãos cadastram no SPIUnet os imóveis de sua propriedade, cabendo ressaltar que os registros nesse Sistema utilizam um CIP - Cadastro Imobiliário Patrimonial que possui os dados do imóvel e é utilizado apenas pela SPU, e um ou vários RIP - Registro Imobiliário Patrimonial. O RIP possui os dados do imóvel e da sua utilização e são utilizados nos processos da SPU e registrados no SIAFI.

O valor do imóvel é calculado automaticamente pelo sistema SPIUnet, com base nas informações inseridas pelos usuários, sendo que esse sistema faz a atualização on-line no SIAFI dos valores informados. As avaliações ou reavaliações dos imóveis cadastrados devem ser periodicamente realizadas/revisadas pelos Órgãos ou Entidades, a fim de que os valores apurados estejam em consonância com o mercado imobiliário.

A conta contábil 1.2.3.2.1.01.00 – Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET, totalizou, no exercício de 2015, o valor acumulado de R\$ 60.744.255,38 (sessenta milhões setecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e oito centavos), dos quais R\$ 6.156.827,44 (seis milhões cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos) se referem às reavaliações de imóveis ocorridas na Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais (UG 170099) e no do Espírito Santo (UG 170105).

- **Intangível:** os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública são mensurados com base no valor de aquisição.
- **Investimentos e Diferido:** não se aplicam a este Órgão.

7.1.3. O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício

Nesta CGU, em 04 de fevereiro de 2015, foi registrada uma redução a valor recuperável de bens imóveis no valor de R\$ 896.071,82, referente à demolição de prédio para posterior construção da nova sede da Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte (UG: 170049).

Foi apurada ainda, durante o exercício de 2015, a depreciação total de bens móveis correspondente a R\$ 5.088.180,13, bem como a depreciação total de bens imóveis no montante de R\$ 20.481,51, somando R\$ 5.108.661,64.

Vale ressaltar que as reavaliações ocorridas por meio do SPIUnet sensibilizam o SIAFI gerando um documento do tipo NL – Nota de Lançamento – correspondente ao evento 54.3.729. Tal evento, durante o período de 1º de janeiro a 31 de março de 2015, foi parametrizado para contabilizar a contrapartida da reavaliação diretamente no Patrimônio Líquido, Demais Reservas, conta contábil 2.3.6.1.1.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis - Por nº do RIP. No entanto, em 1º de abril de 2015, a Coordenação-Geral de Contabilidade do Governo Federal – CCONT/STN alterou o roteiro contábil do evento, o qual passou a contabilizar a contrapartida na conta de resultado 4.6.1.1.1.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis, conforme determina a NBC T 16.10.

Desse modo, em razão da mudança de contabilização do evento 54.3.729, no período de janeiro a março de 2015, este Órgão registrou reavaliações de bens imóveis situados no estado do Pará (UG 170023), no estado do Amapá (UG 170365) e no edifício sede (UG 170940), diretamente no Patrimônio Líquido, totalizando R\$ 8.782.873,11. E a partir de abril de 2015, a CGU registrou as reavaliações de imóveis ocorridas na Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais (UG 170099) e na Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo (UG 170105) diretamente em conta de resultado, num total de R\$ 6.156.827,44.

Ante o exposto, pode-se sintetizar o impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado no exercício de 2015 no Quadro 7.1.3-A.

**Quadro 7.1.3-A – Impacto da utilização dos critérios contidos nas
NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado no exercício de 2015.**

CONTA CONTÁBIL	TÍTULO	VALOR (R\$)
Varição Patrimonial Aumentativa		6.156.827,44
4.6.1.1.1.02.00	REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS	6.156.827,44
Varição Patrimonial Diminutiva		(6.004.733,46)
3.3.3.1.1.01.00	DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS	(5.088.180,13)
3.3.3.1.1.02.00	DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	(20.481,51)
3.6.1.5.1.02.00	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL DE BENS IMOVEIS	(896.071,82)
IMPACTO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO		152.093,98
Demais Reservas		8.782.873,11
2.3.6.1.1.02.00	REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS - POR Nº DO RIP	8.782.873,11
IMPACTO TOTAL NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.934.967,09

Fonte: DGI

7.2. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

O Sistema de Custos no âmbito do Governo Federal foi criado por meio da Portaria STN nº 157, de 09 de março de 2011, que, dentre outras disposições, elencou os órgãos integrantes desse Sistema: I – a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, como órgão central; e II – os órgãos setoriais.

Já a Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011, dispôs sobre as competências dos Órgãos Central e Setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal, sendo que, aos Órgãos Setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal, além de outras atribuições, ficou estabelecida a de *apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária e as informações detalhadas sobre a execução física (Decreto nº 93.872/86 art. 137 § 1º)*.

A Portaria STN nº 421, de 24 de julho de 2013, dispõe sobre os macroprocessos do Sistema de Contabilidade Federal. Em seu Capítulo V, estabelece o Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal, reiterando as atribuições dos Órgãos Setoriais, elencadas na Portaria nº 716, de 24 de outubro de 2011.

Cabe frisar que, à época, esta Controladoria-Geral da União não possuía Setorial Contábil própria, estando vinculada à Setorial Contábil da Presidência da República - Ciset/PR.

Entretanto, após a publicação da Portaria nº 7, de 13 de abril de 2015, do Secretário de Controle Interno da Secretaria Geral da Presidência da República, esta Controladoria-Geral da União – CGU – passou a ter competência para desempenhar as atividades vinculadas ao Sistema de Contabilidade Federal, originalmente atribuídas à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República. Desta forma, por meio da Portaria nº 1.101/2015, publicada no DOU de 04/05/2015, houve a designação dos responsáveis, titular e substituto, pela Seccional de Contabilidade deste Órgão.

Assim, as atividades relativas ao Macroprocesso de Custos foram assumidas por esta Seccional de Contabilidade/SEC/CGU, iniciando-se pela capacitação dos servidores, por meio de treinamentos

oferecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN – e realizados na Escola de Administração Fazendária – ESAF, entre os quais destacamos:

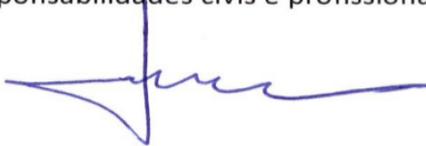
- III Encontro de Gestão de Custos do Setor Público, ocorrido nos dias 1º e 2 de setembro de 2015, com carga horária de 16 horas, cujo objetivo foi fortalecer a temática de custos como ferramenta de gestão, demonstrar os mecanismos para detalhamento dos custos nos Órgãos Setoriais, bem como apresentar experiências de informações de custos e qualidade do gasto no âmbito do Governo Federal; e
- Entendendo e Utilizando o SIC (Sistema de Informação de Custos), ocorrido no período de 4 a 6 de novembro de 2015, com carga horária de 20 horas, cujo objetivo foi potencializar a utilização do SIC junto aos Órgãos Setoriais e aos membros dos Comitês de Análise e Avaliação das Informações de Custos.

Cabe ressaltar que o corpo diretivo desta CGU está sensível à implantação do SIC no Órgão, dada a importância do sistema para subsidiar decisões governamentais que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público. Para tal, apesar da carência de pessoal e dificuldades orçamentárias, tem buscado fornecer os recursos intelectuais e logísticos necessários ao desenvolvimento das atividades da Seccional de Contabilidade, que atualmente é formada por 4 (quatro) Contadores, dos quais 2 (dois) ingressaram na equipe em fevereiro de 2016.

Outro ponto que merece destaque é a expectativa de implantação, no exercício de 2016, de um projeto piloto do SIC em duas Unidades Gestoras (UG) desta CGU. Espera-se com isso apresentar um diagnóstico da utilização do sistema de forma a fomentar sua implantação em todas as UG do Órgão.

7.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

7.3.1 Declaração do contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
Denominação Completa (UJ)	Código do Órgão	
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	66000	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) - 632 RESSALVA - SALDO A LONGADO/INDEVIDO EM CONTA TRANSITÓRIA DO ATIVO NÃO CIRCULANTE IMOBILIZADO.</p> <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <div style="text-align: center;">  </div>		
Local e Data:	Brasília-DF	17.02.2016
Contador Responsável:	ARY LEITE DE JESUS	CRC Nº DF- 7262

7.3.2 Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

A) Base de preparação das demonstrações

As Demonstrações Contábeis são compostas pelo Balanço Patrimonial (BP) - Anexo III, Balanço Orçamentário (BO) - Anexo IV, Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) - Anexo V e Balanço Financeiro (BF) – Anexo VI, exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

B) Mudança de Procedimentos Contábeis

As reavaliações de bens imóveis de uso especial, ocorridas por meio do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União – SPIUnet, sensibilizam o SIAFI gerando um documento do tipo NL – Nota de Lançamento – com o evento 54.3.729. Tal evento estava parametrizado para contabilizar a contrapartida da reavaliação diretamente no Patrimônio Líquido, na conta contábil 23611.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis - Por nº do RIP. No entanto, em 1º de abril de 2015, foi realizada a devida alteração do evento, o qual passou a contabilizar a contrapartida na conta de resultado 46111.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis, conforme determina a NBC T 16.10.

No período de janeiro a março de 2015, a CGU registrou reavaliações de bens imóveis situados no estado do Pará (UG 170023), no estado do Amapá (UG 170365) e no edifício sede (UG 170940), totalizando R\$ 8.782.873,11. Pelo motivo mencionado acima, esse montante não foi apurado no resultado do exercício, não constando, assim, no Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DVP, mas consta no Balanço Patrimonial da CGU, no item Demais Reservas.

C) Vida útil econômica, método e taxa de depreciação

- Bens móveis: Conforme Manual SIAFI, assunto 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, para os bens móveis, o método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes. A vida útil econômica e taxas de depreciação estão definidas no Quadro 7.4.6-C.

Quadro 7.3.6-C – Vida útil econômica e taxas de depreciação.

CONTA CONTÁBIL	TÍTULO	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL
12311.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10%
12311.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20%
12311.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	15	20%
12311.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10%
12311.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
12311.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10%
12311.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10%
12311.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%
12311.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	5	10%
12311.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10%
12311.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
12311.01.99	OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10%
12311.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%

12311.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%
12311.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10%
12311.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
12311.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0%
12311.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	10%
12311.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
12311.04.06	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	-	-
12311.05.01	VEICULOS EM GERAL	15	10%
12311.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10%
OBS: *A critério dos órgãos que possuem tais bens. Como exemplo, a conta contábil 12311.04.06, Obras de Arte e Peças para Exposição, não sofre depreciação.			

Fonte: DGI

- **Bens imóveis:** Conforme Portaria Conjunta nº 703, de 10 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 19/12/2014, o valor depreciado dos bens imóveis será apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

Compete à SPU desenvolver e implantar, no prazo de 2 (dois) anos, as funcionalidades sistêmicas relativas à depreciação e atualização automática dos imóveis. Até que tal implantação ocorra, ela deve repassar mensalmente à STN a estimativa de depreciação dos bens imóveis de uso especial por RIP e Unidade Gestora. Fica cargo da STN o registro contábil no SIAFI do valor correspondente a depreciação dos imóveis

D) Valor contábil bruto, depreciação e amortização acumuladas no período

Quadro 7.3.6-D – Valor contábil bruto, depreciação e amortização acumuladas no período.

CONTA/DESCRIÇÃO	VALOR CONTÁBIL BRUTO	DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO
1.2.3.0.00.00 IMOBILIZADO	22.359.205,15	5.108.661,64
1.2.3.1.1.00.00 BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO	6.207.294,60	5.088.180,13
1.2.3.2.1.00.00 BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO	16.151.910,55	20.481,51
1.2.4.0.00.00 INTANGÍVEL	1.300.955,17	0,00*
1.2.4.1.1.00.00 SOFTWARES – CONSOLIDACAO	1.300.955,17	0,00

Fonte: DGI

* Neste órgão, as aquisições ocorridas em 2015 dizem respeito a softwares de uso perpétuo, os quais não são amortizáveis. Considerando o exposto, o saldo contábil manteve-se inalterado durante o exercício.

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1. GESTÃO DE PESSOAS

Neste item abordaremos a gestão de pessoas no âmbito da CGU, apresentando dados e informações referentes à estrutura de pessoal do Órgão, no item 8.1.1, permitindo identificar a composição da força de trabalho (ou seja, o número de servidores de carreira que integram o quadro de pessoal da CGU, o número de servidores sem vínculo com a Administração e com contratos temporários, etc.), inclusive identificando os ingressos e egressos ocorridos no exercício de 2015, bem como verificar como se encontram distribuídos esses servidores comparando-se a área meio com a área finalística, abordando ainda estudos realizados no âmbito da CGU para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim.

A abordagem constante neste item também explorará aspectos qualitativos relativos ao quadro de pessoal da CGU, tais como qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade, além de discorrer sobre a política de capacitação e treinamento de pessoal.

Ainda no item 8.1.1, apresentaremos um detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CGU, e, no item 8.1.2, os dados e informações referentes às despesas associadas à manutenção do pessoal no âmbito do Órgão, apresentando comparativo em relação ao exercício de 2014.

Neste item citaremos ainda as ações que foram adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, e os principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade e as providências adotadas para mitigá-los, sequenciados com dados e informações sobre os indicadores gerenciais de gestão de pessoas e análise quanto aos resultados obtidos.

Por fim, no item 8.1.4, serão apresentados dados e informações referentes à contratação de pessoal de apoio e de estagiários pela CGU.

8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 8.1.1-A – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5.095	2.271	74	159
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1	1	1
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)*	5.094	2.270	73	158
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5.094	2.009	4	108
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	12	5	4
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	2	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	247	63	46

2. Servidores com Contratos Temporários	não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	não há	11	7	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	5.095	2.282	81	161

Fonte: Extrato de dados Siape, 31/12/2015.

*5.014 cargos autorizados para Analistas e Técnicos de Finanças e Controle e 80 cargos autorizados do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE

Além disso, em 31/12/2015, 229 servidores da CGU estavam cedidos, sendo 156 casos de cessão de servidores de carreira atuando em outros Órgãos da União e de outros poderes e esferas, bem como 73 casos de servidores de carreira em exercício descentralizado, como é o caso dos servidores da CGU em exercício nas Secretarias de Controle Interno – CISETs do Poder Executivo Federal.

Quadro 8.1.1-B – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	351	1.919
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	351	1.919
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	255	1.754
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	7	5
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	89	158
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	7	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	358	1.923

Fonte: Extrato de dados Siape, 31/12/2015.

Unidades consideradas:

- Área Meio: Gabinete do Ministro, Assessoria de Comunicação Social, Assessoria para Assuntos Internacionais, Assessoria Jurídica e Secretaria-Executiva.
- Área Fim: Secretaria Federal de Controle Interno, Corregedoria-Geral da União, Ouvidoria-Geral da União, Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção e Unidades Regionais.

OBS: Em análise do quadro verifica-se que não há servidores temporários na CGU, inviabilizando a demonstração da relação servidores efetivos X servidores temporários.

Quanto a eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da CGU, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim, destacamos a iniciativa para implantação de um modelo de Gestão por Competências na CGU a partir do assinatura do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 08, firmado em 17/06/2015 entre a CGU e a Universidade Federal do Pará (UFPA), no valor de R\$ 483.330,00, previsto para execução em 4 parcelas (10% na primeira parcela, no valor de R\$ 48.333,00, 30% na segunda parcela, no valor de R\$ 144.999,00, 40% na terceira parcela, no valor de R\$ 193.332,00, e 20% na quarta parcela, no valor de R\$ 96.666,00), de acordo com o cronograma físico-financeiro (divido em 7 etapas).

Na 7ª e última etapa do Projeto (a ser realizada em agosto e setembro de 2016) está prevista a entrega e treinamento do sistema GESTCOM, que é um sistema informatizado de Gestão por Competências desenvolvido e cedido pela UFPA pelo prazo de 60 meses a contar da data da assinatura do TED. O referido sistema comportará todas as informações/competências identificadas ao longo das demais etapas do Projeto, organizadas a fim de subsidiar os processos decisórios da CGU referentes à Polícita de Desenvolvimento e de Capacitação de Pessoas. Dessa forma, ao executar este Projeto a CGU está em consonância com o Modelo de Gestão de Pessoas previsto para toda a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, conforme Decreto nº 5.707, de 26/02/2006.

A partir da implantação desse modelo, o Órgão poderá identificar os perfis adequados para o exercício de determinadas funções (mediante análise dos conhecimentos, habilidades e atitudes exigidos) e assim proporcionar uma correta alocação e desenvolvimento da sua força de trabalho.

Complementarmente a esse Projeto, também em 2015 foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) para estudo da lotação necessária da Controladoria-Geral da União, constituído por meio da Portaria CGU nº 2461, de 02/10/2015, o que certamente auxiliará na correta distribuição da força de trabalho da CGU, seja entre área meio e área fim, seja entre o Órgão Central e as Unidades Regionais. A conclusão do estudo está prevista para dezembro de 2016.

Quadro 8.1.1-C – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	409	421	157	64
1.1. Cargos Natureza Especial*	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	408	420	157	64
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	377	142	46
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	5	2	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há	22	7	14
1.2.4. Sem Vínculo**	não há	16	6	2
2. Funções Gratificadas	35	41	14	10
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	38	14	9
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	não há	3	0	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	444	462	171	74

Fonte: Extrator de dados Siape, 31/12/2015.

*NES representa o cargo de Secretário-Executivo, conforme estrutura regimental prevista pelo Decreto nº 8.109, de 17/09/2013.

**3 aposentados se encontram dentre os servidores sem vínculo (1.2.4)

Quanto à qualificação da força de trabalho no tocante ao grau de escolaridade e especialização, selecionamos o cargo de Analista de Finanças e Controle (AFC) para demonstração (no encerramento do exercício constavam 1754 AFCs ativos), haja vista a exigência de nível superior para o seu ingresso, em que pese também constarem Técnicos de Finanças e Controle (TFCs) graduados e pós-graduados (ainda que exigido apenas o nível médio para o ingresso no cargo):

Nível de Escolaridade	Quantidade de AFCs
Especialização	562
Mestrado	167
Doutorado	14
Pós-doutorado	2

Quadro 8.1.1-D – Qualificação da força de trabalho de acordo com grau de escolaridade

Fonte: Levantamento realizado em resposta à solicitação de informação protocolada via Serviço de Informações ao Cidadão da CGU - SIC/CGU sob o nº 00075.000047/2016-75.

Quanto às áreas de formação dos AFCs, em que pese não haver restrição para o ingresso no cargo (qualquer formação em nível superior é permitida), identificou-se a predominância de algumas áreas, conforme quadro abaixo que indica, em ordem decrescente de concentração, as principais áreas de formação dos analistas de finanças e controle:

Quadro 8.1.1-E – Qualificação da força de trabalho de acordo com área de formação

Principais Áreas de Formação do AFCs
Direito
Ciências Contábeis
Administração de Empresas
Ciências da Computação
Engenharia Civil
Ciências Econômicas
Engenharia Elétrica
Engenharia (não especificada)
Engenharia Mecânica
Matemática
Engenharia Química
Odontologia

Arquitetura e urbanismo
Ciências políticas
Comunicação social
Engenharia Agrônômica

Fonte: Levantamento realizado em resposta à solicitação de informação protocolada via Serviço de Informações ao Cidadão da CGU - SIC/CGU sob o nº 00075.000047/2016-75.

Em relação à média de idade e sexo da força de trabalho da CGU, considerando apenas os cargos de AFC e TFC, obteve-se o seguinte resultado em relação ao encerramento do exercício:

Quadro 8.1.1-F – Sexo e Média de Idade dos cargos de AFC e TFC

Cargo	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Média de Idade
Analista de Finanças e Controle	1.243	511	43 anos
Técnico de Finanças e Controle	279	168	50 anos

Fonte: Extrator de dados Siape, 31/12/2015.

Análise Crítica:

Em relação à força de trabalho da CGU, verificou-se que houve uma redução de 7,83% em relação ao exercício de 2014 (quando o quadro totalizava 2.476 servidores), em especial devido aos egressos (que corresponderam praticamente ao dobro do número de ingressos), com destaque para o número de aposentadorias (que consistiram em aproximadamente 60 ao longo de 2015). Cabe destacar que o número de ingressos de 2015 foi bastante reduzido em relação ao ano anterior, pois em 2014 houve a nomeação de 70 candidatos excedentes do último concurso realizado para provimento de cargos de Analista de Finanças e Controle da CGU (Edital ESAF nº 7, de 16 de abril de 2012), conforme Portaria GM-MP nº 20, de 21 de janeiro de 2014.

Quanto à distribuição da força de trabalho entre atividades-fim e atividades-meio, verifica-se que a situação mantém-se similar à identificada em 2014 (quando 17,40% estavam alocados na área meio e 82,60% na área finalística), resultando em 2015 na distribuição de 15,68% dos servidores (358) na área meio e 84,32% dos servidores (1.923) na área finalística.

No tocante aos cargos em comissão e funções gratificadas da CGU, verifica-se que dos 444 cargos em comissão e funções gratificadas previstos no Decreto nº 8.109/2013, apenas 16 (dezesesseis) estavam ocupados por servidores sem vínculo com a Administração em 31/12/2014, dos quais três são servidores aposentados. Nota-se, portanto, que aproximadamente 96,39% dos cargos em comissão e das funções gratificadas da CGU são ocupadas por servidores com vínculo com a Administração Pública, o que demonstra o cumprimento do que dispõe o Decreto nº 5.497/2005.

Quanto à qualificação da força de trabalho de acordo com grau de escolaridade, verifica-se que 32,04% dos AFCs ativos (562 servidores) apresentam grau de especialização, 9,52% (167 servidores) apresentam título de mestrado, enquanto aproximadamente 1% dos AFCs dispõe de título de doutorado ou pós-doutorado, cabendo destacar que ao longo de 2015 foram empregadas pela CGU diversas iniciativas voltadas à qualificação da sua força de trabalho, a exemplo das parcerias firmadas com as Universidades Federais da Bahia, do Espírito Santo e do Tocantins para a oferta de vagas de mestrado aos servidores do Órgão, além de parceria com a Universidade Federal de Lavras

(MG) para oferta de vagas de pós-graduação lato sensu. Isso tudo somado ao esforço iniciado nos exercícios anteriores, e mantido em 2015, para incentivar a participação dos servidores em programa de pós-graduação (seja mediante afastamento integral ou concessão de horário de treinamento, seja mediante o ressarcimento de mensalidades, conforme detalhamento a seguir no item referente à política de capacitação e treinamento de pessoal).

Quanto às áreas de formação dos servidores, em especial dos analistas de finanças e controle, importante destacar a multidisciplinaridade demonstrada no Quadro 8.1.1-E, pois contribui para o intercâmbio de conhecimento entre as diversas áreas e possibilita que o Órgão atue em diferentes frentes de forma especializada (como em obras públicas e na fiscalização de Programas da área de saúde, por exemplo), aspecto relevante para as áreas finalísticas da CGU, em especial para a Secretaria Federal de Controle Interno, haja vista a incumbência de fiscalizar e avaliar diversos Programas de Governo.

Por fim, em relação ao sexo e à média de idade dos cargos de AFC e TFC, verifica-se uma predominância de servidores do sexo masculino e uma média de idade mais elevada entre os TFCs (50 anos) em relação aos AFCs (43 anos), questão que se deve principalmente ao fato de nos últimos anos terem sido disponibilizadas mais vagas de concursos para o ingresso de AFCs (no último concurso público realizado em 2012, por exemplo, somente foram previstas vagas para analistas de finanças e controle).

Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal

Em relação à política de capacitação e treinamento de pessoal, foi prevista no Plano Anual de Capacitação – PAC/2015, na ação de Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, a dotação inicial de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais). No decorrer do exercício, a execução orçamentária ocorreu da seguinte forma, resultando em aproximadamente 98,71% em relação à dotação inicial:

Quadro 8.1.1-G – Execução Orçamentária do Plano Anual de Capacitação – PAC 2015

Dotação inicial	R\$ 960.000,00
Liquidado	R\$ 947.691,59
- Pós-Graduação	
- Certificação Profissional	R\$ 324.586,73
- Bolsa de Idiomas	
- Cursos de curta e média duração	R\$ 623.104,86

O PAC/2015 também estabeleceu metas e indicadores de capacitação para o ano de 2015, dentre elas:

- I. Promoção de 4.000 capacitações (entre onerosas e não onerosas);
- II. Participação de 10 (dez) servidores em cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
- III. Participação de 05 (cinco) servidores em cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- IV. Disponibilização, em média, de 40 (quarenta) horas de capacitação por servidor; e
- V. Curso de promoção na carreira, com no mínimo 60 (sessenta) horas de capacitação.

Para monitoramento dessas metas, são considerados os seguintes indicadores físicos e financeiros, cujos resultados obtidos se encontram detalhados em “Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos”:

- Número de servidores capacitados;
- Média de horas de capacitação por servidor;
- Distribuição das ações realizadas (não onerosas ou onerosas; internas ou externas; pós-graduação; e bolsas de idiomas estrangeiros);
- Número de servidores em pós-graduação *stricto sensu*.

Cabe destacar que em relação às metas previstas no PAC/2015, apenas a primeira, referente à promoção de 4.000 capacitações, não foi plenamente atendida, tendo sido atingido um percentual de 93,2% da meta prevista.

Salientamos ainda, dentre as ações de capacitação que a CGU promoveu em 2015, o curso de desenvolvimento de lideranças ocorrido em novembro voltado a servidores DAS 3 e acima com o objetivo de capacitar profissionais para a prática de liderança, desenvolvimento de aptidões e influência de grupos. O curso, ministrado com exclusividade para a CGU, contou com a participação de mais de 120 gestores da Controladoria, inclusive com a convocação de todos os 26 Chefes das Unidades Regionais.

O treinamento foi desenvolvido numa imersão que trabalhou três eixos: gestão por resolução de princípios em lugar da representada por comando e controle; a conscientização que trabalhamos e agimos de acordo com um Modelo Mental construído durante a vida e que esse modelo precisa ser constantemente trabalhado e aperfeiçoado; e a necessidade do entendimento da cultura das organizações e de como nelas intervir, de forma a atender ao fator humano.

Para isso, foram abordados no curso assuntos como liderança, ética, comprometimento, a força do exemplo, solidariedade, a importância da capacitação pessoal e amor ao conhecimento.

Quanto às pós-graduações destacam-se: o mestrado profissional com Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a especialização com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) que foram apoiadas integralmente pela CGU.

O mestrado profissional, com ênfase em Administração Pública, iniciou-se no dia 20 de agosto de 2015 e tem duração de 36 meses, com carga horária de 476 horas. As aulas acontecem de forma presencial e à distância por meio do moodle – plataforma de aprendizagem à distância baseada em software livre. Os encontros presenciais acontecem em semanas de dedicação integral, e são intercalados com semanas de trabalho, permitindo que os servidores continuem suas atividades na CGU.

O programa selecionou 21 servidores em exercício na CGU em todo o Brasil e tem por objetivo estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre temas inseridos nas áreas de concentração de Organização, Poder e Gestão; Administração Pública e Governança; e Tecnologia, Inovação e Competitividade.

Em relação à pós-graduação lato sensu em Controle, Detecção e Repressão a Desvios de Recursos Públicos, realizada a partir de parceria com a Escola de Administração Fazendária (Esaf) e a Universidade Federal de Lavras (UFLA), foi elaborado curso propício ao nivelamento e ao aperfeiçoamento dos profissionais de órgãos de controle e de defesa do Estado. Foi modelado para possibilitar a reflexão crítica a respeito da Administração Pública e propiciar um diálogo entre o corpo discente e docente, que facilitasse a transposição teórico-prática e a formalização dos saberes a respeito do controle, e da detecção e da repressão ao desvio de verbas públicas.

O curso de pós-graduação disponibilizou 40 vagas, sendo 25 para servidores de órgãos ou entidades parceiras (Departamento de Polícia Federal e Ministério Público Federal, que arcarão com os respectivos custos) e 15 vagas para servidores em exercício na CGU.

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

As informações gerenciais da CGU são obtidas a partir de extração do Sistema SIAPE e/ou sistemas de gestão de informações do órgão, consistindo nos seguintes indicadores:

1 – Absenteísmo:

- Motivo de saúde do próprio servidor:
 - Total de atestados 1.728
 - Total de dias de afastamentos 9.123.
- Principais causas de afastamentos :
 - Infecção das vias aéreas número total de atestados 281 (16 %)
 - Causas ortopédicas número de atestados 236 (13%)
 - Causas psiquiátricas 90 (5,2%)
- Afastamento para acompanhamento de pessoa da família :
 - Total de número de atestados: 503
 - Número de dias de afastamento: 1.761.
- Acidentes de trabalho : nenhum registrado.

2 – Capacitação:

Considerando as metas estabelecidas pelo PAC 2015, destacamos, nos Quadros I a V a seguir cujos títulos seguem a numeração criada no tópico Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal, os seguintes indicadores utilizados como referência para a promoção de capacitação do quadro de servidores:

I. Quantidade de ações de capacitações:

- Bolsa de Idiomas:	396 bolsas concedidas
- Pós Graduação:	85 servidores
- Curso de Promoção:	131 servidores participantes
- Cursos de Curta e Média Duração:	2.397 participações
- Licença Capacitação:	719 licenças concedidas
- TOTAL:	3.728

I.A) Bolsa de Idiomas:

- Quantidade de Bolsas Concedidas:	396
- Quantidade Total de horas:	20.083
-Quantidade de Horas / Bolsas Concedidas	50,7

I.B) Cursos de curta e média duração:

- Quantidade de Ações de Capacitação:	2.397
- Quantidade Total de horas:	23.810
- Quantidade de Horas / Ações de Capacitação	9,9

I.C) Licença Capacitação:

- Quantidade de Licenças Concedidas:	719
- Quantidade Total de Horas:	69.562
- Quantidade de Horas / Licenças Concedidas:	96,7

II e III. Participação em cursos de Pós-Graduação:

- Especialização:	24 servidores
- Mestrado:	52 servidores
- Doutorado:	9 servidores
- TOTAL	85 servidores

IV. Horas de Capacitação:

- Idiomas:	20.083
- Promoção:	9.980
- Cursos de curta e média duração:	23.810
- Licença capacitação:	69.562
- TOTAL:	123.435
- Número total de servidores em exercício na CGU:	2.282
- Horas de Capacitação por servidor:	54,09

V. Curso de promoção na carreira

- AFC 80h: Quantidade de Servidores aprovados e Horas:	106s x 80h = 8.480
- TFC 60h: Quantidade de Servidores aprovados e Horas:	25s x 60h = 1.500
- Quantidade total de servidores:	131
- Quantidade total de horas:	9.980
- Quantidade média de horas por servidor:	76,18

Conflito de Interesses e Ética

A gestão interna da CGU quanto aos temas conflito de interesses e ética é conduzida pela Comissão de Ética. Instituída pela Portaria CGU n.º 1.988, de 20 de novembro de 2008, visa difundir os princípios da conduta ética do servidor no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público, e integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto n.º 6.029, de 25 de setembro de 2008.

Considerando a natureza das atividades do órgão, as quais requerem um padrão de conduta eminente e específico, foi editada a Portaria CGU n.º 2.425, de 23 de novembro de 2009. Com esse instrumento normativo, o órgão passou a contar com um código de Conduta Profissional próprio, cujo zelo pelo cumprimento cabe à CE-CGU. A partir da edição da Portaria CGU n.º 2.120, de 24 de outubro de 2013, e como acima adiantado, a CE-CGU também assumiu as atribuições relativas ao cumprimento da Lei de Conflito de Interesses.

A Comissão de Ética vincula-se ao Ministro de Estado Chefe da CGU, atuando segundo as normas e diretrizes estabelecidas pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP. É integrada por 3 membros titulares e respectivos suplentes, escolhidos e designados pelo Ministro, dentre os servidores efetivos da CGU, para mandatos não coincidentes de 3 anos, permitindo-se uma única recondução por igual período. A secretaria-executiva da comissão, por sua vez, é exercida por servidor do quadro permanente da CGU. As reuniões ocorrem com frequência média quinzenal.

No ano de 2015, houve mobilização da CE-CGU no sentido de incluí-la na proposta / minuta de Regimento Interno do órgão, a fim de ressaltar e explicitar seus papéis preventivo e corretivo. Destaque-se ainda, quanto ao aperfeiçoamento de processos relacionados à Comissão, que a lógica de trabalho e respectiva sinergia com as demais unidades da CGU foram definidas, com o consequente desenho dos fluxos de trabalho e correspondente aprovação junto às unidades envolvidas. Dessa maneira, tanto para fins de uma maior eficiência dos trabalhos do colegiado quanto para o conhecimento do público interessado, os processos passaram a ter seu percurso detalhado e especificado.

Sobre o trabalho relativo à transparência e comunicação, foram definidas a forma e os procedimentos de publicação das decisões da CE-CGU, bem como quanto aos conteúdos na IntraCGU e em seu site na página da internet da CGU. Nesse contexto, importante foi o mecanismo de transparência ativa da Comissão ao publicar os extratos das decisões do colegiado. No intuito de ressaltar ainda mais o aspecto da transparência em seus trabalhos, a Comissão elaborou e publicou para o público interno gráficos relacionados (i) ao quantitativo de processos submetidos a suas providências e (ii) aos tipos das demandas.

Em articulação com a STPC e a ASCOM, a Comissão definiu estratégia de disseminação interna de campanha de comunicação sobre conflito de interesses. Ainda junto à ASCOM, foi definida uma campanha educacional para todos os servidores da CGU sobre o tema da ética, com a publicação da “Coleção Conduta Ética”. Tal coleção, contendo oito Guias Rápidos, aborda os principais temas relacionados ao dia-a-dia dos servidores. Nesse contexto de aproximação dos servidores, o módulo “Conduta Ética do Servidor da CGU”, constante do Curso de Promoção da Carreira Finanças e Controle, teve sua estrutura e conteúdo revisados, para melhor imbuir os alunos de informações atualizadas e relevantes para o desenvolvimento na carreira.

Identificação de eventuais irregularidades na Gestão de Pessoas

A folha de pagamento de pessoal e os dados cadastrais dos servidores da CGU são permanente e preventivamente monitorados e auditados, nos termos do art. 95 da Portaria GM-MP nº 220, de 25 de junho de 2014, pela Coordenação-Geral de Inteligência e Auditoria Preventiva da Folha de Pagamento da Secretaria de Gestão Pública (SEGEP), Órgão Central de RH do Poder Executivo Federal, a qual encaminha aos Órgãos Setoriais relatório com dados relativos a eventuais irregularidades ou inconformidades. Em 2015 não houve registro de irregularidades ou inconformidades encaminhadas pela SEGEP à essa unidade jurisdicionada.

Com relação à acumulação de cargos, funções e empregos públicos, por ocasião da posse de cargos efetivos na Controladoria-Geral da União, os servidores firmam documento no qual declaram que não acumulam cargos, funções e empregos públicos. O mesmo ocorre com os servidores que exercem cargo em comissão ou função comissionada no Órgão. A Unidade de Auditoria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Órgão Central RH do Poder Executivo Federal, encaminha aos Órgãos Setoriais relatório com dados dos servidores que, eventualmente, acumulam indevidamente cargos, funções ou empregos públicos. O SIAPE processa apenas os dados referentes aos servidores do Poder Executivo Federal. O MP, por sua vez, executa um cruzamento da base de dados dos governos estaduais, municipais e distrital e Poderes Legislativo e Judiciário. Se detectado algum caso de acumulação, a informação é encaminhada às Coordenações-Gerais de Recursos Humanos das unidades setoriais dos órgãos, a quem é solicitada a adoção das medidas administrativas necessárias à cessação da ocorrência.

Cumprir informar que no ano de 2015 não foi detectada, pelo MP, nenhuma ocorrência de acumulação relativa a servidores da CGU.

Já em relação à terceirização irregular de cargos, destacamos que na CGU não há ocorrências dessa natureza, visto que as contratações de mão-de-obra se destinam a cumprir exclusivamente atividades de apoio.

8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

O Demonstrativo das despesas com pessoal pode ser visualizado no Anexo VII, ao final deste Relatório.

8.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Em relação aos principais riscos identificados na gestão de pessoas da Controladoria-Geral da União, destacamos o estudo realizado pela própria CGU durante o exercício de 2014 materializado no Relatório nº 201412748, contendo uma avaliação sobre a ocupação dos cargos públicos e evasão de Servidores no Poder Executivo Federal, incluindo a própria CGU.

Essa avaliação visou demonstrar o percentual de ocupação dos cargos públicos e a perspectiva de evasão da força de trabalho no Poder Executivo Federal, levando em consideração as aposentadorias dos seus servidores e outros tipos de evasões, tais como: exonerações, vacâncias, demissões e falecimentos.

Com objetivo de realizar avaliação das situações dos cargos aprovados/ocupados e as evasões, foram analisados os índices de cargos ocupados em relação ao total de cargos aprovados por Lei e projetados (a partir da previsão de evasão em curto prazo, de 4 a 5 anos) os índices de cargos ocupados ao final de 2018 em relação ao total de cargos aprovados. Os resultados são apresentados em 4 situações possíveis: ideal: maior ou igual a 90% de ocupação; moderada: maior e igual a 76% e menor que 90% de ocupação; frágil: maior e igual a 50% e menor que 76% de ocupação; e preocupante: menor que 50% de ocupação.

A CGU ficou enquadrada na situação classificada como preocupante, tendo apresentado projeção de aproximadamente 30% de ocupação de seus cargos ao final de 2018, situação considerada “preocupante”.

Nesse mesmo relatório, também foi feito um estudo projetando as evasões em médio prazo (de 6 a 10 anos), tendo sido obtido o seguinte resultado em relação à CGU:

Quadro 8.1.3-A – Projeção de Evasão por Aposentadoria e demais evasões em médio prazo (de 6 até 10 anos)

Órgão	Qtde cargo ocupado	Abono permanência	Outras evasões médias por ano	Previsão aposentadoria com outras evasões por anos (inclui os que já podem aposentar)		% de servidores com requisitos p/ aposentadoria sobre a quant. De servidores existentes em nov/2013		
				5 anos	10 anos	HOJE	5 nos	10 anos
CGU/PR	2.425	194	45	716	1.298	8,00%	29,51%	53,53%

Fonte: Relatório CGU nº 201412748.

O relatório abordou, ainda, a situação da CGU no tocante à quantidade de servidores à época do estudo que recebiam abono de permanência (e que podem se aposentar a qualquer momento), bem como realizou uma projeção de quantos estariam aptos a receber esse benefício até 2018, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 8.1.3-B – Projeção de Servidores Aptos à Aposentadoria na CGU até 2018

ÓRGÃO	CARREIRA	QTDE CARGO APROVADO	QTDE CARGO OCUPADO	APTOS A APOSENTAR				
				ABONO	2014	2015	2016	2018
CGU	FINANÇAS E CONTROLE	4.806	2.366	237	39	37	49	109
TOTAL SERVIDOR APTO A APOSENTAR/QTDE DE CARGOS OCUPADOS					276	313	362	471
				10,02%	11,67%	13,23%	15,30%	19,91%
SERVIDORES EM EXERCÍCIO SEM DIREITO AO ABONO/QTDE DE CARGOS APROVADOS				44,30%	43,49%	42,72%	41,70%	39,43%

Fonte: Relatório CGU nº 201412748.

O relatório ainda ressalta o “baixo índice de cargos ocupados em relação ao total de cargos aprovados, cujo percentual, em curto prazo, estará abaixo dos 40%, o que coloca a gestão do órgão em risco, podendo também prejudicar a gestão de fiscalização e auditoria das despesas públicas, principalmente pela ausência de reposição de pessoal no patamar próximo das quantidades de cargos aprovados por lei”.

Como providências para mitigar esses riscos de pessoal a CGU solicitou ao MP autorização de concurso: uma para provimento de cargos de Analista de Finanças e Controle (AFC) e a outra para provimento de cargos do Plano Geral de cargos do Poder Executivo Federal-PGPE (Arquiteto, Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Mecânico, Administrador, Médico-20h, Assistente Social, Psicólogo, Contador).

Além disso, o Órgão também tem buscado maior eficiência na realização de suas atividades, visando um melhor aproveitamento da força de trabalho existente, seja por meio de soluções tecnológicas que permitam a realização mais célere dos trabalhos (como a iniciativa do teletrabalho e a implantação do SEI!, por exemplo), seja mediante o aprimoramento do planejamento de suas atividades, a exemplo dos Planos Operacionais pactuados pelas áreas finalísticas, com destaque para o aprimoramento da metodologia de pactuação desses planos realizado pela Secretaria Federal de Controle Interno em 2015, bem como a construção do Planejamento Estratégico da CGU, realizado de forma participativa e abrangente ao longo de 2015.

8.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

No que se refere a contratação de apoio, esta Controladoria dispõe dos seguintes contratos:

Quadro 8.1.4-A- Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante												
Nome: Controladoria-Geral da União												
UG/Gestão: 170940/00001						CNPJ: 05.914.685/0001-03						
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Objeto	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
						F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	Vigilância ostensiva	20/2010	10.496.968/0001-04	09/07/2010	08/07/2015	0	0	44	44	0	0	E
2015	Vigilância ostensiva	15/2015	10.496.968/0001-04	09/07/2015	08/07/2016	0	0	44	44	0	0	A
2012	Limpeza e Higienização	33/2012	02.843.359/0001-56	15/10/2012	31/05/2015	36	36	1	1	0	0	E
2015	Limpeza e Higienização	12/2015	12.879.878/0001-28	01/06/2015	31/05/2016	36	36	1	1	0	0	A
Observações:												
a) Ressalta-se que o nível de escolaridade exigido para o cargo de “servente” do Contrato nº 33/2012 e 12/2015 é ensino fundamental incompleto.												
LEGENDA												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												

Fonte: Coordenação de Gestão de Contratos

Quadro 8.1.4-B - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante												
Nome: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO												
UG/Gestão: 170940/00001						CNPJ: 05.914.685/0001-03						
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Objeto	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
						F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	Apoio de Berçário	15/2010	02.843.359/0001-56	10/5/2010	9/5/2015	2	2	8	8	1	1	E
2012	Manutenção Predial	21/2012	04.768.702/0001-70	17/07/2012	17/03/2016	26	26	3	3	1	1	P
2013	Apoio Administrativo	27/2013	04.356.735/0001-03	30/08/2013	29/08/2016	74	61	75	65	44	42	P
2014	Copeiragem	22/2014	04.356.735/0001-03	13/06/2014	12/06/2016	34	27	1	1	0	0	P
2014	Brigadista	41/2014	07.675.984/0001-50	20/10/2014	18/10/2015	0	0	14	14	0	0	E
2014	Secretariado	56/2014	04.356.735/0001-03	22/12/2014	30/11/2015	0	0	76	47	23	16	E
2015	Apoio de Berçário	11/2015	06.091.637/0001-17	21/05/2015	20/05/2016	2	2	8	8	2	2	A
2015	Brigadista	25/2015	37.077.716/0001-05	21/10/2015	20/10/2016	0	0	14	14	0	0	A
2015	Secretariado	30/2015	00.660.928/0001-00	01/12/2015	30/11/2016	0	0	76	45	23	18	A

Observações:

- Ressalta-se que o nível de escolaridade exigido para os trabalhadores contratados para o serviço de copeiragem (Contrato 22/2014) é ensino fundamental incompleto;
- Ressalta-se que o nível de escolaridade exigido para o cargo de Apoio Administrativo III do Contrato 27/2013 é ensino superior incompleto;
- Ressalta-se que o nível de escolaridade exigido para o cargo de Carregador dos Contratos 27/2013 é ensino fundamental incompleto;
- Ressalta-se que o nível de escolaridade exigido para o cargo de Ajudante Geral de Manutenção do Contrato 21/2012 é nível fundamental incompleto.

LEGENDA

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Gestão de Contratos

Quadro 8.1.4-C - Quadro Complementar – Razão Social Das Empresas

Identificação do Contrato	Razão Social da empresa Contratada
15/2010	PLANALTO SERVICE LTDA
20/2010	ORIENTE – SEGURANÇA PRIVADA LTDA
21/2012	ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTO MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA
33/2012	PLANALTO SERVICE LTDA
27/2013	GVP CONSULTORIA E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA ME
22/2014	GVP CONSULTORIA E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA ME
41/2014	COMANDO FORMAÇÃO DE BOMBEIROS PARTICULARES LTDA ME
56/2014	GVP CONSULTORIA E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA ME
11/2015	WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
12/2015	BNGL LOCAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
15/2015	ORIENTE – SEGURANÇA PRIVADA LTDA
25/2015	CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA
30/2015	LIFE TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA

No que concerne à contratação de estagiários, esta CGU dispõe de vagas destinadas a estágios supervisionados para estudantes de nível médio e superior conforme disposições contidas na Instrução Normativa nº 4, de 04 de julho de 2014, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, objetivando o desenvolvimento de atividades que, obrigatórias ou não, deverão ser de interesse curricular, desenvolvidas ao longo do curso. O estágio permite ainda ao estudante receber um treinamento prático no papel de futuro profissional, na linha de sua formação, em situações reais de trabalho.

A viabilização da execução do programa de estágio supervisionado no âmbito da CGU se dá por meio do Convênio nº 02/2004 e seus termos aditivos e tem como agente de integração a empresa SuperEstágios LTDA., cujo contrato nº 10/2011 rege as atividades de preenchimento de vagas de estágios de modo a atender as necessidades desta CGU.

Para concorrer a uma vaga de estágio na CGU, o candidato deve ter a idade mínima de 16 anos, não possuir vínculo de parentesco até 3º grau, consanguíneo ou afim, com servidores ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento na CGU.

As atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários são previstas pelas áreas demandantes e descritas no Termo de Compromisso de Estágio.

Quadro 8.1.4-D – Composição do quadro de estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes – exercício 2015											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1. Nível Superior	60	61	60	61	60	65	59	56	58	57	59	57
1.1 Área Fim	44	45	43	44	42	47	44	42	42	42	42	40
1.2 Área Meio	16	16	17	17	18	18	15	14	16	15	17	17
2. Nível Médio	13	13	9	10	10	10	11	9	8	9	9	9
2.1 Área Fim	11	11	9	10	10	10	11	9	8	9	9	9
2.2 Área Meio	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Total (1 + 2)	73	74	69	71	70	75	70	65	66	66	68	66

Fonte: SIAPE

Quadro 8.1.4-E – Despesas com contratações de estagiários

Despesas com estagiários - exercício 2015				
	Auxílio Transporte	Bolsas	Prestação de serviços pelo agente de integração	TOTAL
JANEIRO	R\$ 7.812,00	R\$ 29.497,12	R\$ 1.778,22	R\$ 39.087,34
FEVEREIRO	R\$ 9.144,00	R\$ 28.616,20	R\$ 1.778,22	R\$ 39.538,42
MARÇO	R\$ 9.030,00	R\$ 30.168,73	R\$ 1.850,31	R\$ 41.049,04
ABRIL	R\$ 9.990,00	R\$ 33.038,32	R\$ 1.778,22	R\$ 44.806,54
MAIO	R\$ 9.378,00	R\$ 31.808,61	R\$ 1.730,16	R\$ 42.916,77
JUNHO	R\$ 9.630,00	R\$ 30.814,66	R\$ 1.802,25	R\$ 42.246,91
JULHO	R\$ 9.216,00	R\$ 31.255,44	R\$ 1.706,13	R\$ 42.177,57
AGOSTO	R\$ 8.946,00	R\$ 30.156,02	R\$ 1.712,74	R\$ 40.814,76
SETEMBRO	R\$ 7.560,00	R\$ 28.087,07	R\$ 1.733,29	R\$ 37.380,36
OUTUBRO	R\$ 8.148,00	R\$ 29.766,68	R\$ 1.707,42	R\$ 39.622,10
NOVEMBRO	R\$ 9.330,00	R\$ 30.396,00	R\$ 1.759,16	R\$ 41.485,16
DEZEMBRO	R\$ 8.454,00	R\$ 31.218,00	R\$ 1.585,98	R\$ 41.257,98
TOTAL	R\$ 106.638,00	R\$ 364.822,85	R\$ 20.922,10	R\$ 492.382,95

8.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

8.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

O controle e a gerência dos imóveis da Controladoria-Geral da União, classificados como “Imóveis de Uso Especial”, são feitos via Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), desenvolvido e gerido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), cujos objetivos consistem, basicamente, em:

- 1 - Manter controle sobre os imóveis, utilizações e usuários;
- 2 - Emitir relatórios gerenciais; e
- 3 - Permitir utilização de elementos gráficos (mapas, plantas, fotos etc.);

O Sistema apresenta uma interface gráfica de comunicação com o usuário amigável, acesso pela Internet, interligação com o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, automatizando os lançamentos contábeis e facilitando a elaboração do Balanço Patrimonial da União.

A obrigação por alimentar o referido sistema recai sobre cada uma das 26 (vinte e seis) unidades regionais da CGU, uma em cada estado da federação, desde que possuam imóveis sob sua responsabilidade, além do órgão central em Brasília. Logo, cada regional tem a incumbência de atualizar o SPIUnet toda vez que houver alguma modificação na situação do respectivo imóvel (alienação, reavaliação, aquisição), de modo a assegurar que as informações lançadas reflitam a realidade do bem.

Ao cadastrar determinado imóvel no SPIUnet é gerado um Registro Imobiliário Patrimonial (RIP), que se subdivide em: a) RIP imóvel - corresponde ao cadastro do imóvel no total, resultando na soma dos RIPs de utilização; e b) RIP Utilização - corresponde à utilização de um imóvel ou parte dele por uma determinada Unidade Gestora. Se o mesmo imóvel é utilizado por mais de uma Unidade Gestora (UG), deverá ser criada uma Utilização para cada uma.

No SPIUnet o RIP Imóvel contém as informações referente ao imóvel e o RIP Utilização contém as informações referentes às benfeitorias do imóvel, alertando que, no SIAFI o que aparece é o RIP Utilização, chamado de “Conta Corrente” com o seu respectivo valor, localizado no campo “Valor da Utilização”.

Na tabela a seguir, constam todos os imóveis de responsabilidade da Controladoria-Geral da União (órgão central e unidades regionais), os números dos respectivos RIP's, além de outras informações relativas aos imóveis.

Atualmente, a CGU é responsável por 19 RIP's, abaixo elencados:

0605.00233.500-9	0921.00657.500-5	1219.00234.500-4
0255.00948.500-7	0921.00725.500-4	1761.00001.500-0
9701.01457.500-2	4123.00052.500-3	8105.00504.500-3
9701.05824.500-8	9051.00264.500-2	3105.00026.500-8
9701.27271.500-1	0427.00957.500-3	0139.00267.500-7
5705.00199.500-9	0427.00494.500-7	
937.300307.500-5	2531.00908.500-1	

Ademais, cumpre consignar que se aplicam, aos imóveis de responsabilidade da Controladoria-Geral da União, os seguintes normativos:

- Decreto nº 99672, de 06 de novembro de 1990;
- Instrução Normativa nº 12, 26 de novembro de 1991;
- Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000;
- Portaria nº 206, de 08 de dezembro de 2000; e
- Portaria Interministerial nº 322, de 23 de agosto de 2001.

8.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A promoção da governança e do uso estratégico da tecnologia da informação está a cargo do Comitê de Tecnologia da Informação – CTI da CGU, instituído pela Portaria nº 263, de 04 de fevereiro de 2009, alterado pela Portaria nº 463, de 06 de março de 2014 com o propósito de coordenar, articular e priorizar as ações e investimentos em TI. Composto por representantes das diversas áreas da CGU, o Comitê de TI passou por reestruturação ao longo do exercício, quando, em reunião ordinária, deliberou sobre a criação de um grupo de trabalho para elaborar o Modelo Operacional do Comitê de TI e revisar a Portaria SE/CGU nº 463. Os trabalhos do GT culminaram com a publicação da Portaria CGU nº 50.224, de 04 de dezembro de 2015, que, dentre outros aspectos, cria o Comitê de Tecnologia da Informação - CETI, de caráter deliberativo, composto pelos titulares das unidades da CGU, e do Núcleo Gerencial de Tecnologia da Informação – NGTI, composto por representantes das unidades, com competência para elaborar proposta de priorização dos projetos de aquisições e de desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação a ser submetida ao CETI.

Em relação à gestão de serviços de TI, um passo importante ocorrido em 2015 foi a contratação e início do projeto de implantação de uma ferramenta de gerenciamento de serviços de TI – ITSM, que provê infraestrutura de suporte à implantação e melhoria a uma série de processos e funções de TI, como Central de Serviços, gestão de configuração, gestão de mudanças, gestão de problemas, gestão de incidentes, Catálogo de Serviços e operações. Ainda como forma de aprimorar a gestão e a operação dos serviços de TI, foi desenhada a reestruturação da área de Infraestrutura Tecnológica, com a segregação das atividades de planejamento – Área de Engenharia – e de execução – Área de Operações.

O desenvolvimento de sistemas também passa por um processo de redesenho, com a alteração do modelo de desenvolvimento para que sejam criados núcleos de desenvolvimento especializados nas tecnologias em uso na Diretoria. Tal modelo – em substituição ao anterior, que definia as equipes de trabalho de acordo com a área de negócio atendida, se mostra um passo importante na consolidação de um planejamento em que prioridades setoriais dão lugar às institucionais.

Dentre os projetos conduzidos ao longo do exercício, destacam-se os a seguir:

- **Gestão de Serviços de TI – ITSM:** aquisição de uma ferramenta de software capaz de automatizar a gestão dos serviços de TI (comumente representada pela sigla ITSM, em inglês). Entende-se que, com a implantação desta ferramenta de ITSM, a Diretoria será capaz de dar um salto de qualidade prestação dos serviços de TI pelos quais ela é responsável, trazendo ganhos para as demais áreas da CGU.
 - Objetivos estratégicos de TI relacionados no PETI: Melhoria dos processos de trabalho da DSI, Disponibilização de soluções e serviços de TI e Infraestrutura de TI atualizada, disponível e adequada às necessidades da CGU.
 - Valor: aquisição da solução de ITSM: R\$ 1.348.264,00 (contratos 16/2015 e 34/2015)
 - Situação: contrato assinado em dez/2015. Solução em implantação.
- **Ampliação e Modernização da Rede CGU:** tem por objetivo manter o ambiente de TI da CGU atualizado, a partir da substituição tempestiva dos equipamentos e soluções de infraestrutura que estejam sem garantia ou em estado de obsolescência, de modo a garantir a adequada disponibilidade do ambiente e, ao mesmo tempo, atender aos requisitos de trabalho do Órgão. Também contempla a alocação de equipamentos e soluções de infraestrutura para atender as novas demandas por sistemas e serviços. Inclui-se a criação de infraestrutura de hardware, software e consultoria/mentoring para implantação de uma solução de Big Data.

- Objetivos estratégicos de TI relacionados no PETI: Disponibilização de soluções e serviços de TI e Infraestrutura de TI atualizada, disponível e adequada às necessidades da CGU.
- Valores:
 - a. Aquisição de equipamentos servidores: R\$ 1.415.907,00 (contratos 21/2015 e 38/2015)
 - b. Aquisição de equipamentos de microinformática: R\$ 523.887,92 (contratos 13/2015, 22/2015, 17/2015, 20/2015 e 02/2015)
 - c. Aquisição de unidades de armazenamento de dados: R\$ 2.240.000,00 (contrato 39/2015)
 - d. Aquisição de balanceadores de carga - R\$ 787.811,66 (contrato 32/2015)
- Situação: licitações concluídas em 2015, e instalação dos equipamentos em 2016.
- **Solução de Backup Corporativo:** aquisição de solução de armazenamento hierárquico de arquivos (TSM) para atualização da infraestrutura que sustenta o serviço de backup
 - Objetivos estratégicos de TI relacionados no PETI: Infraestrutura de TI atualizada, disponível e adequada às necessidades da CGU.
 - Valores contratados em 2015: R\$ 750.338,00
 - Situação: licitação concluída em 2015 e instalação da solução em 2016
- **Atualização do sistema de prevenção a intrusão (IPS):** substituição do appliance IPS por modelo mais atual - dado que o anterior foi descontinuado em 2010 - com capacidade de suportar os principais segmentos de rede.
 - Objetivos estratégicos de TI relacionados no PETI: Disponibilização de soluções e serviços de TI.
 - Valores contratados: R\$ 877.000,00 .
 - Situação: licitação concluída em 2015 e instalação da solução em 2016
- **Aquisição de licença do Qlik View para Relatorios e Painéis:** A ferramenta será utilizada para construção dos painéis de monitoramento Implementação da Lei de Acesso à Informação e painéis estratégicos para as áreas e para o Ministro.
 - Valores contratados: R\$ 1.009.368,00
 - Situação: licitação concluída em 2015 e instalação da solução em 2016

Para viabilizar a execução dos projetos e atividades, a Diretoria de Sistemas e Informação conta com um quadro de 110 pessoas, sendo 90 servidores efetivos da carreira de TI da unidade, 06 servidores efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, 11 terceirizados e 03 estagiários.

Para ampliar sua capacidade de atendimento, desde 2011 a DSI implantou novo modelo de gestão, contemplando a contratação de empresas especializadas no desenvolvimento e manutenção de sistemas de TI e na realização de tarefas operacionais vinculadas ao suporte a ambiente de infraestrutura tecnológica. As atividades de coordenação, planejamento, controle de qualidade, homologação de soluções/demandas e gestão de contratos permaneceram a cargo exclusivo dos servidores efetivos da CGU.

8.3.1 Principais sistemas de informações

Atualmente, a Diretoria de Sistemas e Informação disponibiliza para a Casa um conjunto de sistemas computacionais, os quais apoiam diretamente os macroprocessos finalísticos e os objetivos estratégicos da Controladoria. Dentre estes, destacam-se os a seguir:

- **Banco de Denúncias:** O objetivo do projeto é disponibilizar uma base de dados rica em informações acerca das denúncias efetuadas pelos cidadãos para que seja possível a realização de apurações e o acompanhamento gerencial por parte das áreas competentes da CGU.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: STPC
 - Criticidade para a unidade: alta

- **Portal do Observatório da Despesa Pública:** O Portal ODP dissemina informações de inteligência produzidas a partir da análise, por parte da DIE, das tipologias estudadas pelo ODP. O Portal possui as funcionalidades de Consulta às Bases cadastradas por CPF e CNPJ, Consulta a Painéis Gerenciais, Consulta a Trilhas de auditoria, Inclusão de notificações de alterações de pesquisas, Consulta ao DOU, entre outras.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: DIE
 - Criticidade para a unidade: alta

- **Sistema de Transferência de Informações – STI:** Possibilita, aos gestores da administração pública, transferir dados diretamente à Controladoria, por meio de conexão eletrônica.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: DIE
 - Criticidade para a unidade: alta

- **Sistema de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares:** O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) é um software que visa armazenar e disponibilizar, de forma rápida e segura, as informações sobre os processos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: CRG
 - Criticidade para a unidade: alta

- **Sistema de Gestão de Informações - Módulo Correição:** Módulo de gerenciamento dos processos da Corregedoria-Geral da União, com a inclusão de processos envolvidos e ações correicionais.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: CRG
 - Criticidade para a unidade: alta

- **Sistema Integrado de Registro – CEIS/CNEP:** destina-se a manter atualizados o "CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas" e o "CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas", por meio do cadastro e gerenciamento de sanções pelos órgãos e entidades públicas de todas as esferas e poderes públicos
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: CRG
 - Criticidade para a unidade: alta

- **Sistema de Gestão de Informações - Módulo Demandas Externas:** Módulo que trata a classificação, gerenciamento e triagem de demandas externas, como as denúncias.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: OGU
 - Criticidade para a unidade: alta

- **Sistema de Gestão de Informações - Módulo Ouvidoria:** Fornece suporte às atividades de gerenciamento de manifestações e recursos da Lei de Acesso à Informação - LAI.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: OGU
 - Criticidade para a unidade: alta
- **Sistema Escola Virtual de Prevenção da Corrupção:** As atividades desenvolvidas pela Escola Virtual concentram-se em duas grandes áreas temáticas: Educação para a cidadania e Fortalecimento da Gestão Pública. Entre as atividades relacionadas ao primeiro tema estão cursos, vídeos e publicações voltados para cidadãos, com o objetivo de promover o controle social e orientar a população sobre como os gastos públicos podem ser controlados. Na segunda área temática da Escola são desenvolvidas ações que objetivam capacitar servidores públicos em temas relacionados com a área de gestão pública, tais como licitações e contratos administrativos.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: STPC
 - Criticidade para a unidade: alta
- **Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão:** O e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: STPC
 - Criticidade para a unidade: alta
- **Páginas de Transparência:** As Páginas de Transparência Pública dão continuidade às ações de governo voltadas para o incremento da transparência e do controle social, com objetivo de divulgar as despesas realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, informando sobre execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, diárias e passagens.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: STPC
 - Criticidade para a unidade: alta
- **Portal da Transparência:** O Portal da Transparência do Governo Federal é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União, lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. O objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar. Com objetivo de manter o Portal da Transparência atraente, funcional e, cada vez mais, uma ferramenta eficaz e moderna de controle social, o site passará por uma reformulação geral, o que corresponderá ao desenvolvimento de um novo Portal.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: STPC
 - Criticidade para a unidade: alta
- **Portal da Criança Cidadã:** O Portalzinho é um sítio direcionado ao público infantil, focado na orientação em temas-chave das atribuições da Controladoria-Geral da União como cidadania, controle social e combate à corrupção.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: STPC
 - Criticidade para a unidade: alta

- **Sistema Cadastro Empresa Pró-Ética:** Instrumento utilizado por empresas dos setores público e privado para o registro, por meio de um questionário avaliativo, das suas práticas de gestão voltadas à prevenção e ao combate à corrupção. Possibilita que a CGU efetue a seleção das empresas que farão parte do Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade (Cadastro Empresa Pró-Ética).
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: STPC
 - Criticidade para a unidade: alta

- **Sistema eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses:** O sistema tem por objetivo cadastrar consultas sobre existência de conflito de interesses e pedidos de autorização para exercício de atividade privada bem como permitir que os RHs e a CGU façam a devida análise das consultas e pedidos e deem o seu parecer da análise. Caberá ao Agente público acompanhar o status da sua solicitação e interpor recurso, caso julgue necessário. Entende-se por Agente público os servidores e empregados públicos do Poder Executivo Federal.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: STPC
 - Criticidade para a unidade: alta

- **Monitor:** Aplicação responsável pelo Monitoramento das Recomendações emitidas pela CGU às diversas unidades gestoras.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: SFC
 - Criticidade para a unidade: alta

- **Sistema de Planejamento e Execução das Atividades de Controle Interno – Novo Ativa:** Sistema responsável por acompanhar o planejamento e a execução de Ordens de Serviço de Auditoria e Fiscalização
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: SFC
 - Criticidade para a unidade: alta

- **Portal da Copa:** O sítio Copa 2014 - Transparência em 1º lugar é uma iniciativa do Governo Federal que tem o objetivo de dar transparência às ações e despesas do Poder Executivo Federal relativas aos jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014, seja na forma de gastos diretos ou de transferências aos estados e municípios envolvidos com o evento.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: SFC
 - Criticidade para a unidade: alta

- **Sistema de Trilhas de Auditoria:** As Trilhas de Auditoria de Pessoal representam uma ferramenta/mecanismo que viabiliza a coleta de evidências por meio de dados pré-existentes (cruzamento de informações contidas nas bases de dados da Previdência Social e do Sistema de Folha de Pagamento - SIAPE do Governo Federal) que demonstram situações de inconsistências cadastrais e/ou de pagamentos a priori incompatíveis com o ordenamento legal.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: SFC
 - Criticidade para a unidade: alta

- **Portal Ouvidorias:** a construção de um portal denominado *ouvidorias.gov.br* representa significativo avanço no uso da TI para integração de esforços e disseminação de informações no âmbito das ouvidorias públicas federais, fomentando a discussão de temas relevantes para a constituição de uma rede de ouvidorias públicas. O portal tem a finalidade de ser um observatório para as ouvidorias, autoridades, pesquisadores e cidadãos em geral.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: OGU
 - Criticidade para a unidade: alta

- **Portal das Olimpíadas:** composto pelo Módulo Gestor, que permite que os responsáveis pela validação das obras relativas aos Jogos Rio 2016 possam introduzir os dados referentes aos gastos com as Olimpíadas, e pelo Módulo Cidadão, que permite o acompanhamento público dos gastos com obras relativas aos Jogos Rio 2016.
 - Área técnica: DSI
 - Área de negócio: STPC
 - Criticidade para a unidade: alta

8.3.2 Principais sistemas de informações

O aprimoramento da governança de TI há muito constitui objetivo estratégico da CGU, tendo em vista a necessidade de otimização do uso de TI, a partir da melhor gestão dos recursos financeiros, tecnológicos e humanos da DSI, de modo a facilitar às unidades da CGU o cumprimento de suas atribuições institucionais. Nesse sentido, com foco no alinhamento das ações de TI ao Plano de Integridade Institucional – PII da Controladoria-Geral da União, o planejamento da Diretoria de Sistemas e Informação – DSI está estruturado em dois documentos distintos:

- Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI; e
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

O PETI define a direção na qual a DSI pretende caminhar nos próximos anos, bem como os objetivos que pretende atingir, destacadamente no interregno de 2013 a 2015, sob a égide do Plano de Integridade Institucional – PII da Controladoria-Geral da União, ao qual, necessariamente, estão alinhadas as ações de TI. O PDTI, por sua vez, apresenta as ações a cargo da Diretoria para os exercícios de 2014 e 2015, visando garantir o cumprimento de suas atribuições institucional.

8.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

A política de sustentabilidade adotada pela CGU tem como base a utilização oportuna, sustentável e eficiente dos recursos logísticos, a melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos, bem como a inserção da variável socioambiental no seu ambiente de trabalho e, para isso:

- Adotou o modelo de Gestão de Logística Sustentável, produzido e publicado na Intranet em 2014, que direciona todas as atividades e aquisições que dizem respeito a sustentabilidade;
- Desde 2014, somos sinatários do Termo de Adesão 23/2013 SISPEs;
- A unidade promove a Coleta Seletiva Solidária promovendo a sensibilização e reflexão dos servidores, especialmente os relacionados ao tratamento e destinação de resíduos, nos termos da Portaria nº 145/2015 CGU-MS, em conformidade com dispõe o Decreto 5.940/2006.

A CGU entende que há bastante espaço para evoluir no tocante ao tema de logística sustentável, e assim vem procurando atuar até o limite do possível, relativamente a pessoal e a custo. No entanto, é possível notar uma constante evolução na conduta servidores e terceirizados, bem como uma preocupação em atuar de forma a causar o menor impacto ambiental possível.

Modelo de Gestão de Logística Sustentável

Introdução

A noção de sustentabilidade é baseada na necessidade de se garantir a disponibilidade dos recursos naturais na atualidade, bem como no futuro, por meio de uma gestão que contemple a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado de nossas sociedades.

As compras públicas sustentáveis são uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todas as fases do processo de compra e contratação do governo, visando reduzir impactos negativos sobre o homem e o meio ambiente. A prática das compras públicas sustentáveis permite atender as necessidades específicas dos consumidores finais através da compra de produtos que oferecem o maior número de benefícios para o ambiente e para a sociedade. São também conhecidas como licitações públicas sustentáveis, ecoaquisições, compras ambientalmente amigáveis, consumo responsável e licitação positiva.

De acordo com o Decreto nº 7.746/2012, “a administração pública federal, direta, autárquica e fundacional e empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidas em instrumento convocatório”. Além disso, a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, define e estabelece critérios de sustentabilidade ambiental a serem adotados nas compras realizadas pela Administração Pública.

Ressalta-se que os critérios específicos ou ambientais a serem incorporados nos instrumentos convocatórios e/ou regulamentares de compras públicas sustentáveis não podem frustrar a competitividade, nem discriminar potenciais participantes.

Objetivos

Objetivo Geral

- Alinhar a Controladoria-Geral da União à sustentabilidade, utilizando-se, para isso, a implantação de práticas sustentáveis e racionais de gestão dos gastos.

Objetivos Específicos

- Implantar uma cultura de responsabilidade socioambiental;

- Reduzir gastos por meio do uso racional dos recursos públicos;
- Adotar procedimentos de licitação sustentável;
- Promover ações de capacitação de servidores e colaboradores para a prática da sustentabilidade;
- Incentivo da qualidade de vida de modo geral.

Método

O presente projeto tem como foco a Sede da Controladoria-Geral da União, em Brasília, não englobando suas regionais, as quais deverão desenvolver cada uma seu próprio projeto para a sustentabilidade.

Foram considerados para a elaboração do presente projeto: a IN nº 1/2010, a IN nº 10/2012, o Programa de Eficiência de Gasto Público (PEG), o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), a Coleta Seletiva Solidária, o Projeto Esplanada Sustentável (PES), as Contratações Públicas Sustentáveis (CPS), a Cartilha da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e projetos premiados constantes do Banco de Boas Práticas da A3P, abrangendo:

- I. Material de consumo, compreendendo, pelo menos, papel para impressão e copos descartáveis;
- II. Energia elétrica;
- III. Água e esgoto;
- IV. Coleta seletiva;
- V. Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de transporte;
- VI. Conscientização dos servidores e colaboradores acerca da importância das práticas sustentáveis e racionais.

Ações

Material de Expediente e Consumo

Visando à redução de gastos com a compra de material de expediente, objetiva-se inserir, gradualmente, critérios de sustentabilidade dos Termos de Referência e nos Projetos Básicos, bem como conscientizar os servidores e colaboradores acerca do uso racional dos mesmos.

Implantação

- Campanhas de informação e conscientização dos servidores e colaboradores;
- Inclusão de critérios de sustentabilidade nos Termos de Referência e Projetos Básicos, conforme previsão da IN nº 1/2010;
- Aquisição de materiais em grande escala, mas sem ultrapassar o estritamente necessário (em execução);
- Aquisição de papel reciclado para impressão, branqueados com oxigênio, peróxido de hidrogênio e ozônio e isentos de material nocivo (cloro elementar);
- Dar preferência ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação, evitando-se o uso do papel;

- Utilização preferencial de itens de papelaria (envelopes, pastas, capas de processo, cartões de visita, etc.) produzidos com materiais reciclados, atóxicos e/ou biodegradáveis);
- Padronização das impressões nos dois lados da folha, na cor preta e qualidade rascunho em todas as áreas da CGU;
- Substituição dos copos descartáveis por copos de vidro, xícaras para chá e café;
- Descarte correto e racional de pilhas, lâmpadas e congêneres;
- Repactuação do contrato de copeiragem para diminuir a quantidade de copos plásticos descartáveis e/ou adquirir copos descartáveis biodegradáveis.

Energia Elétrica

Visando obter racionalização do uso da energia elétrica, serão tomadas iniciativas para redução do consumo e diminuição da emissão de CO₂ na atmosfera.

Implantação

- Campanhas de informação e conscientização dos servidores e colaboradores para redução do consumo;
- Utilizar o sistema de iluminação artificial somente onde não houver iluminação natural suficiente;
- Promover o maior aproveitamento da luz e ventilação natural;
- Desligar lâmpadas, aparelhos de ar-condicionado e monitores ao se ausentar do ambiente;
- Manter janelas e portas fechadas a fim de evitar entrada de ar externo nos ambientes climatizados;
- Substituição dos aparelhos de ar-condicionado por sistema central ou, ao menos, por aparelhos mais eficientes, econômicos e sustentáveis;
- Utilização de lâmpadas de LED;
- Instalação de sensores de presença nos banheiros;
- Orientação dos servidores, bem como das equipes de brigada, vigilância, recepção e limpeza para desligamento das lâmpadas e aparelhos de ar condicionado das salas vazias.

Água e Esgoto

O objetivo é conscientizar todos os usuários sobre a necessidade de preservação da água, evitando-se o desperdício e reduzindo gastos.

Implantação

- Campanhas de informação e conscientização dos servidores e colaboradores para redução do consumo;
- Priorização do uso de produtos biodegradáveis pela equipe de limpeza;
- Lavagem dos veículos oficiais, no máximo, duas vezes por semana (em execução);
- Realizar mapeamento para identificação e saneamento de vazamentos;
- Utilização de baldes em vez de mangueira;
- Verificação da possibilidade de instalar aeradores em todas as torneiras da CGU, considerando a pressão da água;

- Substituição das torneiras dos banheiros por modelos mais econômicos (os temporizadores das atuais promovem o desperdício de água).

Coleta Seletiva

A Lei nº 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, tem como princípio a responsabilidade compartilhada entre governo, empresas e população para gerenciamento adequado do lixo, para minimização dos resíduos lançados no meio ambiente.

Coleta seletiva é a atividade de separar o lixo, para que ele seja enviado para reciclagem, devendo-se não misturar os materiais passíveis de serem reaproveitados ou reciclados (plásticos, vidros, papéis, metais) com o resto do lixo (restos de alimentos, papéis sujos, lixo do banheiro, etc.), sendo que a separação na fonte evita a contaminação dos materiais reaproveitáveis.

Além disso, na Administração Pública Federal, foi instituída a Coleta Seletiva Solidária, por meio do Decreto nº 5.940/2006, tendo o propósito de inclusão social e redução de desigualdades, estabelecendo que os resíduos recicláveis, descartados pela Administração, devem ser encaminhados às cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis.

Implantação

- Aquisição de lixeiras e contêineres destinados à coleta seletiva (em execução).
- Capacitação e conscientização de servidores e colaboradores para a prática da coleta seletiva;
- Constituição de comissão para a Coleta Seletiva Solidária;
- Publicação de chamamento público para habilitação e seleção de cooperativas e/ou associação de catadores;

Compras e Contratações Sustentáveis

As compras e contratações sustentáveis são aquelas que atendem às necessidades da CGU, sem comprometer a possibilidade de a sociedade, atual e futura, atender as suas próprias necessidades.

A Lei nº 12.349/2010, que alterou o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, determina que o desenvolvimento nacional sustentável seja um dos três pilares das licitações públicas, ao lado dos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Licitações

Implantação

- Dar preferência, quando possível e sem frustrar a competitividade, a bens que sejam, no todo ou em parte, confeccionados em material reciclado, atóxico e biodegradável (normas ABNT);
- Dar preferência, quando possível e sem frustrar a competitividade, a bens que observem os requisitos ambientais definidos pelo INMETRO;
- Dar preferência, quando possível e sem frustrar a competitividade, a bens em que o sistema de embalagem seja o mais adequado em termos de volume e impacto ambiental, isto é, os bens deverão ser acondicionados em embalagem individual adequada, fabricada em material reciclado, com menor volume possível;
- Fazer constar no edital, quando possível e sem frustrar a competitividade, que em todas as fases do procedimento licitatório serão observadas as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte dos materiais pós-consumo, bem como a

apresentação de documentos físicos, copiados, digitalizados ou impressos somente em papel reciclado;

- Quando da aquisição de bens, exigir que os mesmos não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- Quando da contratação de serviços contínuos, exigir que a contratada realize programa interno de treinamento e seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos.

Telefonia

Implantação

- Campanhas de informação e conscientização dos servidores e colaboradores para racionalização do consumo;
- Incentivar o uso de e-mail em vez de realizar chamadas telefônicas;
- Dar prioridade às chamadas para telefones fixos em vez de para celulares;
- Utilização de software de comunicação eletrônica para envio de mensagens instantâneas (instant text messaging) ou para transmissão de voz (Voice over Internet Protocol – VoIP);
- Adoção de uma rede de comunicações telefônicas entre unidades da CGU;
- Revisão de contratos de telefonia fixa e móvel a fim de se adequar o plano às necessidades do órgão;
- Revisão de normas e de contratos visando racionalização em relação ao limite de custeio, à distribuição de aparelhos e ao uso particular dos aparelhos.

Vigilância

Implantação

- Campanhas de informação e conscientização dos servidores e colaboradores para compreensão e respeito dos normativos e atividades desenvolvidas pela área de vigilância;
- Adoção de segurança eletrônica nos pontos de acesso dos edifícios da CGU, visando auxiliar e complementar a prestação dos serviços de vigilância;
- Revisão de normas internas e de contratos de vigilância visando o real dimensionamento dos postos de trabalho;
- Substituir, se possível, a segurança armada por desarmada, nos locais internos da CGU;
- Realizar manutenção dos portais;
- Definir mecanismos para evitar que os visitantes circulem livremente pelas dependências da CGU, além da área/setor no qual foi autorizada sua entrada.

Limpeza

Implantação

- A Contratada deverá utilizar produtos menos agressivos ao meio ambiente, como os biodegradáveis;
- A Contratada deverá utilizar produtos comercializados em refil, com registro na ANVISA;
- A Contratada deverá utilizar aparelhos com observância da Resolução CONAMA nº 20/1994, que institui o Selo de Ruído;
- A Contratada deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água;
- A Contratada deverá realizar treinamento dos funcionários para a prática de redução do consumo de energia elétrica e água;
- A Contratada deverá capacitar seus funcionários para o recolhimento e separação dos resíduos, colocando-os nas lixeiras/contêineres adequados (coleta seletiva);
- Aquisição de lixeiras e contêineres destinados à coleta seletiva (em execução).

Transporte de pessoal e/ou documentos

Implantação

- Nas contratações e/ou repactuações, preferir veículos que utilizem biocombustível ou, ao menos, sejam flex;
- No caso de abastecimento dos veículos, as empresas contratadas para fornecimento deverão estar localizadas a, no máximo, 15 km de distância do Edifício Darcy Ribeiro;
- Nas contratações de motoristas, diferenciar e fazer constar no edital/contrato as atribuições dos motoristas administrativos e dos motoristas executivos;
- Criar ferramenta online interativa para carona solidária entre servidores e colaboradores;
- Verificar a possibilidade de entrega de documentos utilizando-se serviços de motoboy;
- Orientar as áreas para acumularem documentos a serem entregues, realizando-se apenas uma viagem no dia, mesmo que para diversos destinos.

Transporte de mobiliário

Implantação

- Nas contratações e/ou repactuações, exigir que a contratada utilize embalagens e materiais biodegradáveis, atóxicos e/ou recicláveis;
- Nas contratações e/ou repactuações, exigir que a contratada embale os bens com o menor volume possível;
- Nas contratações e/ou repactuações, exigir que a contratada descarte as embalagens e materiais utilizados de forma correta e racional (coleta seletiva).

Marketing Social e Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

É necessário o desenvolvimento de ações institucionais para a gestão da logística sustentável, promovendo a mudança das atitudes, comportamentos e práticas individuais e coletivas dos servidores, terceirizados, colaboradores e contratados da CGU.

Implantação

- Promover palestras com temas relacionados ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- Promover campanhas institucionais para racionalização dos recursos disponíveis;
- Melhor divulgação das ações já desenvolvidas relacionadas à qualidade de vida no ambiente de trabalho, além de procurar novas;
- Incentivo dos servidores e colaboradores na participação das ações já desenvolvidas relacionadas à qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Organizar exposições com produtos produzidos a partir de matérias reciclados, com a participação de cooperativas de catadores;
- Contato com outros órgãos e entidades, a exemplo da Secretaria Executiva do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), ligada à Casa Civil, para adquirir conhecimento sobre o desenvolvimento sustentável e as boas práticas já em execução na Administração Pública Federal;
- Realizar manutenção ou substituição dos aparelhos que provocam ruídos no ambiente de trabalho.

8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Durante o exercício de 2015, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/DGI da Controladoria-Geral da União realizou 27 (vinte e sete) procedimentos licitatórios, sendo 25 (vinte e cinco) iniciados em 2015, e 02 (dois) provenientes do ano de 2014.

Além disso, foram registradas 21 (vinte e uma) Dispensas de Licitação, 82 (oitenta e duas) Inexigibilidades (cerca de 96% das contratações referem-se à inscrição de servidores em cursos e contratação de assinaturas do Diário Oficial da União e outros periódicos de natureza técnica) e finalizados 26 (vinte e seis) processos de adesão a Atas de outros Órgãos.

Em relação à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras, destaco o que segue:

- Pregão Eletrônico n.º 03/2015 – Contratação de Serviços de Limpeza e Conservação.
 - Inclusão de disposições específicas sobre boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição tais como:
 - a) fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício;
 - b) exigência à contratada de repasse a seus empregados acerca das orientações referentes à redução do consumo de energia e água;
 - c) evitar ao máximo o uso de extensões elétricas; e
 - d) exigência à contratada para orientar seus empregados na colaboração efetiva do desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizadas pela CGU-PR.
- Pregão Eletrônico n.º 05/2015 – Contratação de serviços de apoio administrativo e de serviços técnico-especializados no Berçário.
 - Inclusão de disposições específicas sobre boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição tais como:
 - a) fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício;

- b) exigência à contratada de repasse a seus empregados acerca das orientações referentes à redução do consumo de energia e água;
 - c) evitar ao máximo o uso de extensões elétricas; e
 - d) exigência à contratada para orientar seus empregados na colaboração efetiva do desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizadas pela CGU-PR.
- Pregão Eletrônico n.º 06/2015 – contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de locação de veículos do tipo “VAN”.
 - Inclusão de disposições específicas sobre responsabilidades Socioambiental da Contratada, tais como:
 - a) Manter a regulagem dos veículos, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observando-se os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação pertinente;
 - b) Realizar manutenções periódicas dos veículos, de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento, que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos padrões aceitáveis, nos termos da legislação pertinente e das recomendações do fabricante;
 - c) Os veículos deverão, obrigatoriamente, estar equipados com catalisador certificado pelo INMETRO, nos termos da Lei nº 9.503/1997, da Lei nº 9.933/1999 e da Portaria INMETRO nº 301/2011;
 - d) Observar a legislação vigente sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, do CONAMA, do PROCONVE e da Lei Federal nº 8.723,1993, com redação dada pela Lei nº 10.203/2001;
 - e) Dar preferência ao abastecimento em postos que tenham entre seus valores a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente;
 - f) Utilizar veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando à redução efetiva de emissão de elementos poluidores na atmosfera;
 - g) Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos, especialmente no que diz respeito à aquisição e descarte de pneus e resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos veículos;
 - h) Providenciar o encaminhamento dos pneus inservíveis aos fabricantes para destinação final ambientalmente adequada e segura, conforme Resolução CONAMA nº 416/2009.
- Pregão Eletrônico n.º 08/2015 – Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada.
 - Inclusão de disposições específicas sobre boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição tais como:
 - a) fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício;
 - b) exigência à contratada de repasse a seus empregados acerca das orientações referentes à redução do consumo de energia e água;
 - c) evitar ao máximo o uso de extensões elétricas; e
 - d) exigência à contratada para orientar seus empregados na colaboração efetiva do desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizadas pela CGU-PR
- Pregão Eletrônico n.º 09/2015 – Aquisição de quadros brancos e quadros de avisos.

- Inclusão de exigência de apresentação da certificação emitida pelo Forest Stewardship Council – FSC, em observância ao disposto no Decreto n° 7.746 de 5 de junho de 2012, que trata sobre o desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.
- Pregão Eletrônico n.º 10/2015 – Aquisição de Água Mineral.
 - Exigência de Licença Ambiental de Operação, emitida pelo Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF.
- Pregão Eletrônico n.º 15/2015 – Aquisição de Suprimentos de Impressão.
 - Exigência à contratada para recolher todos os cartuchos de tinta e de toner descartados pela CGU, conforme a determinação contida no item VI do artigo 33 da Lei n.º 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Pregão Eletrônico n.º 16/2015 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro.
 - Exigência no sentido de que os locais afetados pela execução dos serviços sejam mantidos pela contratada em perfeito estado de limpeza, recolhendo-se os entulhos, e dando a eles o destino adequado, inclusive repassado todos os materiais retirados e substituídos, e ainda passíveis de reaproveitamento, aos cuidados da Fiscalização.
- Pregão Eletrônico n.º 20/2015 – Contratação de empresa para prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção, sustentação e documentação de sistemas na área de TI.
 - Exigência à contratada para orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e a racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos.
- Pregão Eletrônico n.º 21/2015 – Contratação de empresa especializada, no ramo da engenharia construtiva, para a execução do Projeto de Adaptação dos Sanitários Coletivos da Sede da CGU-PR.
 - Inclusão de ações de responsabilidade ambiental, prevendo que os serviços prestados pela contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CGU-PR, em especial aos artigos 4º, 5º e 6º da Instrução Normativa Nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e a Resolução 307, de 05 de julho de 2002, do CONAMA:
 - Os materiais empregados pela contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.
 - A contratada deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CGU-PR, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela CGU-PR.
 - A contratada deverá retirar, sob orientação da Fiscalização, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à Fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela CGU-PR.
 - Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de tintas, óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

- A contratada deverá estabelecer, em comum acordo com a CGU-PR, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e à melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica da edificação e de seus equipamentos.
- Dispensa de Licitação n.º 02/2015 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.
 - Exigência de licença/alvará de funcionamento emitida pela autoridade sanitária e ambiental competente do GDF.
- Adesão à Ata de Registro de Preços – Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado
 - Adesão à Ata cuja especificação do objeto contempla a exigência de observância à Classificação INMETRO de Eficiência Energética.
- Adesão à Ata de Registro de Preços – Aquisição de combustíveis, em rede de postos credenciados, para a frota de veículos oficiais
 - Adesão à Ata cujas regras preveem a necessidade de observância ao Decreto nº 7.746/2012 de 05/06/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, dentre outras.
 - A priorização do uso do Diesel S10 em razão desse tipo de combustível ser menos poluente.
- Adesão à Ata de Registro de Preços – Aquisição de Papel Xerográfico.
 - Adesão a item de Ata referente a papel reciclado.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Temos a informar que as recomendações contidas nos Acórdãos abaixo especificados foram pontualmente atendidas pela Diretoria de Gestão Interna da Controladoria-Geral da União, não existindo, por conseguinte, demandas não atendidas no exercício em referência.

Quadro 9.1.A – Deliberações do TCU atendidas pela CGU

Deliberações do TCU expedidas em 2015 e atendidas pela CGU (Caracterização da determinação/recomendação do TCU)				
Documento	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
00190.007556/2015-21	1260/2015 – 2ª Câmara	9.3	Ofício nº 4137/2015 – TCU/SEFIP	01/04/2015
00190.011676/2015-23	1176/2015 - Plenário	9.7.1	Ofício nº 297/2015/COFIP/CISET/SG/PR	06/07/2015
00190.024036/2015-83	2377/2015 - Plenário	9.3	Ofício-Circular nº 22/2015/COFIP/CISET/SG	06/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação: Presidência da República/CGU/Diretoria de Gestão Interna.				

Quadro 9.1.B – Deliberação do TCU atendida pela CGU – PROPREVINE

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 000.986/2015-1	Nº 995/2015 - Plenário	9	Ofício 0295/2015-TCU/SecexAdministração	04/05/2015
Órgão destinatário da determinação/recomendação				
Controladoria-Geral da União – CGU				
Descrição das determinações/recomendações e Medidas adotadas para o cumprimento				
<p>Seguem abaixo as considerações sobre as medidas adotadas pela CGU em relação à primeira auditoria do TCU no Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira – PROPREVINE:</p> <p>A.1 - Recomendação: Por todo o exposto, recomendamos à CGU que promova a designação formal dos especialistas financeiros, de aquisições e de monitoramento e avaliação.</p> <p>Medidas adotadas: A recomendação foi cumprida através da Portaria CGU nº 1.249/2015, conforme já informado e comprovado na resposta ao Ofício de Requisição nº 1 (Fiscalis 481/2015).</p> <p>A.2 - Recomendação:</p> <p>a) à CGU: avaliar a oportunidade e conveniência de adoção de solução de TI que sistematize os pagamentos devidos e que crie rotina de pagamentos, de forma a facilitar o fluxo financeiro e evitar o excessivo número de planilhas eletrônicas. Ressalte-se que a solução aqui recomendada é extra SIAFI.</p>				

b) à CGU: avaliar a oportunidade e conveniência de criação de uma área específica de conformidade contábil na estrutura administrativa da própria CGU, que seja competente para revisar a contabilização das despesas.

Medidas adotadas:

a) A possibilidade para adoção de uma solução de TI em gestão financeira está aguardando a efetiva implantação do processo de Gestão Eletrônica de Documentos (GED), uma vez que há necessidade de requisitos funcionais e integração.

b) Em 14/04/2015, foi delegada competência para a CGU atuar como Órgão Seccional do Sistema de Contabilidade Federal, conforme Portaria nº 7, de 13/04/2015. Para isso, foi estruturada a Setorial Contábil no âmbito da CGU, UG 110648.

A.3 - Recomendação: Dar ciência à CGU da necessidade de se observar, nos processos de aquisição que vierem a ser realizados:

a) a qualificação técnica dos licitantes, no caso da utilização de recursos da contrapartida local;

b) os pareceres jurídicos exarados nos processos e, na hipótese de discordância, a elaboração de justificativa no caso da utilização de recursos da contrapartida local;

c) a inclusão de cláusula que permita ao Banco revisar quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco, conforme GN 2349-9, 1.14, "f";

d) os requisitos exigidos pelo ordenamento jurídico para pagamento antecipado de despesa nos recursos de contrapartida; e

e) os métodos de contratação previstos no contrato de empréstimo e no ordenamento jurídico brasileiro.

Medidas adotadas: Em relação às recomendações dos itens “a” “b” e “c”, a Coordenação do Programa comunicou cada uma às unidades internas, a fim de cumpri-las nas aquisições e contratações realizadas após a auditoria, o que vem sendo realizado.

Em relação às recomendações “d” e “e”, foram solicitados esclarecimentos à equipe do TCU responsável pela segunda auditoria do Proprevine no sentido de que haja possibilidade de revisão das recomendações. Dessa forma, o relatório de auditoria referente ao exercício de 2015 e que deve ser finalizado no mês de abril de 2016, firmará entendimento sobre as recomendações.

Cabe salientar que as informações acima já foram prestadas à equipe do TCU no âmbito da segunda auditoria no Proprevine, que avaliou o exercício de 2015.

9.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

No exercício em referência foi registrada a Diligência COFIP/CISSET/SG/PR nº 81/2015, datada de 16/06/2015, pela qual a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República fixou o entendimento de que a concessão da aposentadoria por invalidez de ex-servidora da Controladoria-Geral da União não encontrou respaldo nas disposições contidas na legislação que rege a matéria, notadamente o artigo 186, § 1º, da Lei nº 8.112/90, haja vista o conflito de informações originado na emissão do Resultado de Perícia Médica que confere o diagnóstico de doença não especificada em lei, não obstante o laudo registrar sua previsão no § 1º, inciso I, do art. 186, da Lei nº 8.112/90.

A CISSET/PR recomendou à Controladoria-Geral da União que, ao persistir o entendimento acerca da aplicação do § 1º, do artigo 186, da Lei nº 8.112/90, na concessão da aposentadoria em tela, promova nova avaliação médico-pericial, especificando o diagnóstico da doença e a sua nomenclatura no Código Internacional de Doenças – CID-10, com vistas a atender o que prescreve a legislação, caso contrário, emita novo título de inatividade, proporcionalizando os proventos da servidora à razão de 15/30 avos, como determina o item 14 da Diligência COFIP/CISSET/SG/PR nº 81/2015.

A servidora foi reavaliada por junta médica oficial do SIASS/INSS-PI, em 12 de agosto de 2015, sendo diagnosticada como portadora de doença não especificada no § 1º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, tendo os proventos proporcionalizados conforme determinado em diligência, cujo ato, cadastrado sob o número de controle 10001280-04-2015-0000076-0, foi encaminhado à CISSET/PR para análise conclusiva da concessão da aposentadoria, mediante o Despacho nº 6757/2015/CGRH/DGI/CGU-PR, de 23/12/2015.

Quadro 9.2 – Deliberação da CISSET/PR atendida pela CGU

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União – SE/CGU-PR	88353
Recomendação do OCI	
Descrição da Recomendação	
Anexo III - g) Implementar medidas, sob o aspecto da suficiência e qualidade dos controles internos (estrutura de pessoal e tecnológica), visando torná-los adequados à Gestão do Patrimônio Imobiliário, tendo em conta as seguintes verificações: imóveis, relacionados no SPIUnet com avaliação defasada, bem como tipificados como "residência" (2), "edifício/prédio" (11), "terreno" (4) e "sala" (1); situações pendentes de regularização, tomando como, exemplo alguns imóveis em Belém-PA, certamente a exigir da CGU-PR providências para regularização junto à Regional da SPU naquele Estado. (INFORMAÇÃO 10 do Anexo II).	
Medidas adotadas para o cumprimento	
A correção da tipificação dos imóveis foi parcialmente realizada em 2015 e finalizada no exercício de 2016.	

9.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIOO

Não foram apurados fatos relativos à responsabilização por ato que tenham ensejado quaisquer danos ao Erário na CGU.

9.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

De acordo com o artigo 5º da Lei 8.666/93, cabe a cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Ressalte-se, quanto ao cumprimento do art. 5º da Lei 8.666/93, que a CGU, sempre que possível, tem seguido a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades. No entanto, a situação de crise econômica que o país atravessa, com reflexos no orçamento do governo federal, tem repercutido no seu limite de pagamento, razão pela qual, excepcionalmente, pode deixar de atender em sua plenitude o disposto no parágrafo acima.

9.5. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Não se aplica, tendo em vista a suspensão dos efeitos do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, ocorrida em 02 de março de 2015, bem como o fato de o TCU não ter se pronunciado sobre um exame final da matéria. E, ainda, não houve orientação da SLTI/MPOG para aplicação imediata nos contratos celebrados com a Administração Pública Federal e as empresas beneficiadas com as desonerações estabelecidas pela Lei nº 12.546/2011.

9.6. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Quadro 9.6 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	0412421012D580001	120.000,06	87.721,42
Mercadológica			
Utilidade pública			

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme apresentado acima, **Quadro 9.6 – Despesas com Publicidade**, as despesas com publicidade e propaganda ficaram concentradas na Ação 2D58, sendo os gastos distribuídos, dentro das despesas administrativas, nos planos internos de publicidade legal e comunicação geral e impressão e publicação oficial.

Anexo I

Quadro 4.3.5 - C– Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: CGU		Código UO: 66101						
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	792.442.816,24	736.515.369,01	791.222.423,78	734.787.875,35	1.220.392,46	1.727.493,66	786.956.195,48	734.787.875,35
11 - Vencimentos e Vantagens Fixos	549.328.296,19	519.272.151,17	549.096.975,75	518.447.109,74	231.320,44	825.041,43	544.830.747,45	518.447.109,74
01 - Aposentadorias RPPS, Reser. E Refor. Militar	118.613.781,97	100.000.830,04	118.605.835,27	99.987.861,04	7.946,70	12.969,00	118.605.835,27	99.987.861,04
13 - Obrigações Patronais - Op. Intra Orçamentárias	110.004.620,45	105.445.006,85	110.004.620,45	105.330.924,11	0	114.082,74	110.004.620,45	105.330.924,11
Demais elementos do grupo	14.496.117,63	11.797.380,95	13.514.992,31	11.021.980,46	981.125,32	775.400,49	13.514.992,31	11.021.980,46
2. Juros e Encargos da Dívida	100.325,4	112.480,26	100.325,4	112.480,26			100.325,4	112.480,26
22- Outros Encargos sobre a dívida por contrato	61.631,50	85.093,18	61.631,50	85.093,18			61.631,50	85.093,18
21- Juros sobre a dívida por contrato – LC 141/12	38.693,90	27.387,08	38.693,90	27.387,08			38.693,90	27.387,08
3. Outras Despesas Correntes	91.125.982,13	91.703.126,06	73.401.704,35	77.192.430,18	17.724.277,78	14.510.695,88	72.664.517,70	76.298.749,90
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	41.902.549,02	36.681.881,81	29.233.820,92	24.857.333,19	12.668.728,10	11.824.548,62	28.952.098,27	24.218.262,03
37 - Locação de Mão de Obra	20.837.752,58	19.663.122,00	18.275.322,60	17.520.030,30	2.562.429,98	2.143.091,70	17.867.210,95	17.520.030,30
46 - Auxílio Alimentação	10.216.142,19	10.534.809,69	10.213.023,19	10.530.011,47	3.119,00	4.798,22	10.213.023,19	10.530.011,47
Demais elementos do grupo	18.169.538,34	24.823.312,56	15.679.537,64	24.285.055,22	2.490.000,70	538.257,34	15.632.185,29	24.030.446,10
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	15.538.746,25	12.616.699,23	1.965.143,09	3.294.109,35	13.573.603,16	9.322.589,88	1.965.143,09	3.294.109,35
52 - Equipamentos e Material Permanente	7.706.894,43	8.599.406,49	58.944,37	1.373.712,88	7.647.950,06	7.225.693,61	58.944,37	1.373.712,88
51 - Obras e Instalações	4.613.050,00	1.833.730,56	1.008.583,99	277.483,77	3.604.466,01	1.556.246,79	1.008.583,99	277.483,77
39 – Outros Serviços de Terceiros	3.140.562,34	2.089.924,73	819.375,25	1.549.275,25	2.321.187,09	540.649,48	819.375,25	1.549.275,25
Demais elementos do grupo	78.239,48	93.637,45	78.239,48	93.637,45			78.239,48	93.637,45
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								
9. Reserva de Contingencia								

Fonte: Tesouro Gerencial

Anexo II

Quadro 4.4-H - Avaliação de Resultados da Gestão - Relatórios Publicado em 2015

Título	Ministério	Município/UF	Título	Ministério	Município/UF
Relatório de Auditoria nº 201412753 - Agência Espacial Brasileira-AEB	Ciência, Tecnologia e Inovação	Brasília/DF	Relatório 201306157 - Casa Curta-SE	Turismo	Aracaju/SE
Relatório de Fiscalização nº 201317390 - Bento Gonçalves-RS	Esporte	Bento Gonçalves/RS	Relatório 201306156 - Casa Curta-SE	Turismo	Aracaju/SE
Relatório nº 201412519 - Secretaria de Agricultura Familiar/MDA	Desenvolvimento Agrário	Brasília/DF	Relatório 201411456 - Financiadora de Estudos e Projetos	Ciência, Tecnologia e Inovação	Rio de Janeiro/RJ
Relatório de Fiscalização nº 201407075 - Instituto Acácia	Desenvolvimento Agrário	São Paulo/SP	Relatório 201412500 - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento	Esporte	Brasília/DF
Relatório de Auditoria nº 201502884 - SENAI/ES	Sistema S		Relatório 201500041 - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento	Esporte	Brasília/DF
Relatório 201413348 - Superintendência de Seguros Privados	Fazenda	Rio Janeiro/RJ	Relatório 201413244 - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento	Esporte	Brasília/DF
Relatório 201413358 - Comissão de Valores Mobiliários	Fazenda	Rio Janeiro/RJ	Relatório 201407752 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	Esporte	Brasília/DF
Relatório 201502968 - Fundação IBGE	Planejamento, Orçamento e Gestão	Brasília/DF	Relatório 201407719 - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento	Esporte	Brasília/DF
Relatório 201411557 - Inst.Fed.de Educ. Cienc e Tec do Piauí	Educação	Teresina/PI	Relatório 201317419 - Autoridade Pública Olímpica	Esporte	Rio de Janeiro/RJ
Relatório 201503296 – Secretaria de Atenção à Saúde	Saúde	Rio Janeiro/RJ	Relatório 201315205 - Instituto Brasileiro de Turismo	Turismo	Brasília/DF

Relatório 201407264 - INMETRO	Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Rio Janeiro/RJ	de	Relatório 201205293 - Comitê Paraolímpico Brasileiro	Esporte	Brasília/DF
Relatório 201405733 – INMETRO	Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Rio Janeiro/RJ	de	Relatório 201118699 - Secretaria Nacional do Esporte Educacional	Esporte	Campos dos Goytacazes/RJ
Relatório 201502856 - Coord-Geral de Controle da Dívida Pública	Fazenda	Brasília/DF		Relatório 201404271 - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento	Esporte	Brasília/DF
Relatório 201317455 - Secretaria de Orçamento Federal	Planejamento, Orçamento e Gestão	Brasília/DF		Relatório 201503081 - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos	Planejamento, Orçamento e Gestão	Brasília/DF
Relatório 201413189 - Coord-Geral de Programacao Financeira	Fazenda	Brasília/DF		Relatório 201314697 - Destinação Patrimonial de Imóveis da União	Planejamento, Orçamento e Gestão	Brasília/DF
Relatório 201412894 - Coord.- Geral De Ger. De Fundos E Op Fiscais	Fazenda	Brasília/DF		Relatório 201408919 - Secretaria Especial de Saúde Indígena/MS	Saúde	Brasília/DF
Relatório 201408636 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Norte De MG	Esporte	Montes Claros/MG		Relatório 201407745 - Fundação Capes/MEC	Educação	Brasília/DF
Relatório 201500013 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Alagoas	Educação	Maceió/AL		Relatório 201300054 - Departamento Penitenciário Nacional/MJ	Justiça	Brasília/DF
Relatório 201410115 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.e Tec.Do Sul De MG	Educação	Pouso Alegre/MG		Relatório 243949 - Secretaria de Articulação Institucional/MinC	Cultura	Brasília/DF
Relatório 201408383 - INCRA - SIPRA	Desenvolvimento Agrário	Brasília/DF		Relatório 255424 - Secretaria de Fomento e Incentivo a Cultura/MinC	Cultura	Brasília/DF
Relatório 201408639 - Inst Fed Educ Ciencia Tecnol Sudeste MG	Educação	Juiz de Fora/MG		Relatório 201317556 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos/MTE	Trabalho e Emprego	Brasília/DF

Relatório 201317128 - Município de Balneário Piçarras	Integração Nacional	Piçarras/SC	Relatório 201317078 - BNDES	Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Brasília/DF
Relatório de Auditoria nº 201412519	Desenvolvimento Agrário	Brasília/DF	Relatório 201305505 - BNDES	Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Brasília/DF
Relatório 201314580 - Hospital Federal de Bonsucesso	Saúde	Rio de Janeiro/RJ	Relatório 201317030 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A	Ciência, Tecnologia e Inovação	Rio de Janeiro/RJ
Relatório 201314583 - Hospital Federal do Andaraí	Saúde	Rio de Janeiro/RJ	Relatório 201216812 - Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura - Lei Rouanet	Cultura	Brasília/DF
Relatório 201314570 - Hospital Federal Cardoso Fontes	Saúde	Rio de Janeiro/RJ	Relatório 201410490 - Fundação Universidade Federal de Pelotas	Educação	Pelotas/RS
Relatório 201314572 - Hospital Federal Cardoso Fontes	Saúde	Rio de Janeiro/RJ	Relatório 201318053 - Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura / Pronac	Cultura	Brasília/DF
Relatório 201314579 - Hospital Federal dos Servidores do Estado	Saúde	Rio de Janeiro/RJ	Relatório 201314652 - Financiadora de Estudos e Projetos	Ciência, Tecnologia e Inovação	Rio de Janeiro/RJ
Relatório 201413351 - Hospital Federal dos Servidores do Estado	Saúde	Rio de Janeiro/RJ	Relatório 201216917 - Financiadora de Estudos e Projetos	Ciência, Tecnologia e Inovação	Rio de Janeiro/RJ
Relatório 201409559 - Secretaria Executiva	Esporte	Brasília/DF	Relatório 201205028 - Brasil no Esporte de Alto Rendimento / Convênio 755912	Esporte	Maricá/RJ
Relatório 201500024 - Depto. de Polícia Rodoviária Federal	Justiça	Brasília/DF	Relatório 201407806 - Secretaria de Relações de Trabalho / Concessão de registro sindical	Trabalho e Emprego	Brasília/DF
Relatório 201303852 - Secretaria de Defesa Agropecuária	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Brasília/DF	Relatório 201317633 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	Trabalho e Emprego	Brasília/DF
Relatório 201405528 - Secretaria de Defesa Agropecuária	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Brasília/DF	Relatório 201217267 - Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura	Cultura	Brasília/DF

Relatório 201413336 - Fundação IBGE	Planejamento, Orçamento e Gestão	Rio Janeiro/RJ	de	Relatório 201211825 - Secretaria-Executiva / Gestão do Suprimento de Bens e Serviços	Cultura	Brasília/DF
Relatório 201501301 – Casa da Moeda do Brasil	Fazenda	Brasília/DF		Relatório 201318217 - Secretaria Nacional de Defesa Civil / Operação Carro-Pipa	Integração Nacional	Brasília/DF
Relatório 201407225 - Apex-Brasil	Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Brasília/DF		Relatório 201316779 - Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura / Lei Rouanet	Cultura	Brasília/DF
Relatório 201306169 - Casa Curta-SE	Turismo	Aracaju/SE		Relatório 201207940 - Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura - Programa Nac de Apoio à Cultura	Cultura	Brasília/DF
Relatório 201306167 - Casa Curta-SE	Turismo	Aracaju/SE		Relatório 201316985 - Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura - Lei Rouanet	Cultura	Brasília/DF
Relatório 201306163 - Casa Curta-SE	Turismo	Aracaju/SE		Relatório 201118303 - Sesi-ES	Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Vitória/ES
Relatório 201306160 - Casa Curta-SE	Turismo	Aracaju/SE		Relatório 201217039 - Prevenção e Preparação para Desastres	Integração Nacional	Autazes/AM

Fonte: SFC- Relatórios Publicados


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
EXERCÍCIO
2015PERÍODO
AnualEMISSÃO
14/03/2016PÁGINA
2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	66000 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	71.723.660,85	55.538.539,52			
Bens Móveis	71.770.153,48	55.618.242,93			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-46.492,63	-79.703,41			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	8.438.777,64	7.137.822,47			
Softwares	8.438.777,64	7.137.822,47			
Softwares	9.136.494,92	7.835.539,76			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-697.717,28	-697.717,28			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	141.836.021,98	120.429.250,04	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	141.836.021,98	120.429.250,04

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	3.934.260,19	25.930.436,25	PASSIVO FINANCEIRO	40.197.673,54	79.088.580,85
ATIVO PERMANENTE	137.901.761,79	94.498.813,79	PASSIVO PERMANENTE	8.201.921,66	-42.933.506,80
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	93.436.426,78	84.274.175,99

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	12.005.767,75	3.294.423,10	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	89.955.614,49	73.319.470,36
Execução dos Atos Potenciais Ativos	12.005.767,75	3.294.423,10	Execução dos Atos Potenciais Passivos	89.955.614,49	73.319.470,36
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	10.315.702,08	2.772.307,43	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	1.690.065,67	522.115,67	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	2.675.743,07	997.651,22
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	87.279.871,42	72.321.819,14
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	12.005.767,75	3.294.423,10	TOTAL	89.955.614,49	73.319.470,36



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/03/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	66000 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-25.550.836,51
Recursos Vinculados	-10.712.576,84
Educação	-1.689.606,69
Operação de Crédito	-8.992.341,68
Doações	-30.628,47
TOTAL	-36.263.413,35

Fonte: SE/DGI – Diretoria de Gestão Interna

Anexo IV - Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	66000 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	6.165.260,00	6.165.260,00	884.447,32	-5.280.812,68
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	5.853.700,00	5.853.700,00	1.197,80	-5.852.502,20
Transferências Correntes	311.560,00	311.560,00	-	-311.560,00
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	311.560,00	311.560,00	-	-311.560,00
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	883.249,52	883.249,52
Multas e Juros de Mora	-	-	72.414,15	72.414,15
Indenizações e Restituições	-	-	809.122,34	809.122,34
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	1.713,03	1.713,03
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
EXERCÍCIO
2015PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	66000 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EMISSAO
14/03/2016PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	6.165.260,00	6.165.260,00	864.447,32	-5.280.812,68
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	6.165.260,00	6.165.260,00	864.447,32	-5.280.812,68
DÉFICIT			874.747.954,34	874.747.954,34
TOTAL	6.165.260,00	6.165.260,00	875.632.401,66	869.467.141,66
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 14/03/2016	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	66000 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	810.118.518,00	888.920.133,00	862.553.209,67	845.654.873,55	840.979.954,88	26.366.923,33
Pessoal e Encargos Sociais	726.969.338,00	795.280.100,00	792.442.816,24	791.222.423,78	786.956.195,48	2.837.283,76
Juros e Encargos da Dívida	226.148,00	100.326,00	100.325,40	100.325,40	100.325,40	0,60
Outras Despesas Correntes	82.923.032,00	93.539.707,00	70.010.068,03	54.332.124,37	53.923.434,00	23.529.638,97
DESPEAS DE CAPITAL	16.409.694,00	15.653.019,00	13.079.191,99	1.957.152,99	1.957.152,99	2.573.827,01
Investimentos	16.409.694,00	15.653.019,00	13.079.191,99	1.957.152,99	1.957.152,99	2.573.827,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPEAS	826.528.212,00	904.573.152,00	875.632.401,66	847.612.026,54	842.937.107,87	28.940.750,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	826.528.212,00	904.573.152,00	875.632.401,66	847.612.026,54	842.937.107,87	28.940.750,34
TOTAL	826.528.212,00	904.573.152,00	875.632.401,66	847.612.026,54	842.937.107,87	28.940.750,34

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	1.759.842,68	13.822.792,00	8.130.943,63	8.119.983,96	1.180.233,46	6.282.417,26
Pessoal e Encargos Sociais	634.248,80	1.727.493,66	630.338,53	630.338,53	957.975,49	773.428,44
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.125.593,88	12.095.298,34	7.500.605,10	7.489.645,43	222.257,97	5.508.988,82
DESPEAS DE CAPITAL	411.269,41	9.144.299,13	9.081.430,14	8.659.536,59	-	896.031,95
Investimentos	411.269,41	9.144.299,13	9.081.430,14	8.659.536,59	-	896.031,95
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.171.112,09	22.967.091,13	17.212.373,77	16.779.520,55	1.180.233,46	7.178.449,21

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	10.871,61	209.288,74	184.528,56	10.450,82	25.180,97
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	66000 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 14/03/2016	PAGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	10.871,61	209.288,74	184.528,56	10.450,82	25.180,97
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	10.871,61	209.288,74	184.528,56	10.450,82	25.180,97

Fonte: SE/DGI – Diretoria de Gestão Interna

Anexo V - Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	66000 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 14/03/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.774.545.542,5	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.197,80	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.197,80	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.752.951.304,0	-
Transferências Intragovernamentais	1.744.504.580,0	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	8.446.723,93	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	20.709.124,39	-
Reavaliação de Ativos	6.156.827,44	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	9.007.257,36	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5.545.039,59	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	883.916,38	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	66000 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	883.916,38	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.765.227.038,7	-
Pessoal e Encargos	682.770.192,04	-
Remuneração a Pessoal	550.832.135,81	-
Encargos Patronais	110.604.641,22	-
Benefícios a Pessoal	16.291.140,15	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	5.042.274,86	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	127.165.679,85	-
Aposentadorias e Reformas	120.281.864,07	-
Pensões	6.769.694,29	-
Benefícios de Prestação Contínua	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	114.121,49	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	49.469.131,90	-
Uso de Material de Consumo	680.711,80	-
Serviços	43.679.758,46	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.108.661,64	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.839.070,08	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	232.484,56	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	8.606.585,52	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	892.558.148,18	-
Transferências Intragovernamentais	883.984.433,39	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	10.000,00	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	8.563.714,79	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.452.738,05	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	896.071,82	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	862.129,42	-
Incorporação de Passivos	1.171.632,72	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMIÇÃO 14/03/2016 PAGINA 3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	66000 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	522.904,09	-
Tributárias	6.762,91	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.762,91	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	965.315,73	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	965.315,73	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	9.318.503,84	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

Fonte: SE/DGI – Diretoria de Gestão Interna

Anexo VI - Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	66000 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	884.447,32	-	Despesas Orçamentárias	875.632.401,66	-
Ordinárias	882.783,32	-	Ordinárias	703.839.253,67	-
Vinculadas	1.664,00	-	Vinculadas	171.793.147,99	-
Educação	-	-	Educação	1.171.790,00	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	101.834.569,09	-
Operação de Crédito	1.664,00	-	Operação de Crédito	68.608.057,69	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	178.731,21	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	1.744.504.580,08	-	Transferências Financeiras Concedidas	883.984.433,39	-
Resultantes da Execução Orçamentária	1.718.546.640,70	-	Resultantes da Execução Orçamentária	867.582.398,70	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	870.890.010,14	-	Repasse Concedido	19.925.768,14	-
Sub-repasse Recebido	847.656.630,56	-	Sub-repasse Concedido	847.656.630,56	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	25.957.939,38	-	Independentes da Execução Orçamentária	16.402.034,69	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	25.957.939,38	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	15.517.587,37	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	884.447,32	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	33.004.440,74	-	Despesas Extraorçamentárias	17.286.028,76	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	4.674.918,67	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	184.528,56	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	28.020.375,12	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	16.779.520,55	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	118.557,20	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	319.742,65	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	190.589,75	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.237,00	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	2.237,00	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMIÇÃO 14/03/2016 PÁGINA 2

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	66000 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial			- Variação Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	190.589,75				
Saldo do Exercício Anterior	2.424.814,86		- Saldo para o Exercício Seguinte	3.915.419,19	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.424.814,86		- Caixa e Equivalentes de Caixa	3.915.419,19	-
TOTAL	1.780.818.283,00		TOTAL	1.780.818.283,00	-

Fonte: SE/DGI – Diretoria de Gestão Interna

Anexo VII – Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Decisões Judiciais	Despesas de Exercícios Anteriores	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2015	259.851,48	185.608,20	38.562,55	20.042,35	1.492,00	0	0	0	0	505.556,58
	2014	240.508,17	0	28.159,42	0	3.357,00	0	0	0	0	272.024,59
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade - substitui o quadro do relatório de gestão de 2015: Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
	2015	427.881.928,35	12.573.189,18	56.222.183,27	15.789.003,58	9.838.719,93	7.017.177,09	338.038,73	27.930,92	54.076,53	529.742.247,58
	2014	391.801.296,05	9.997.991,17	51.886.135,35	13.816.771,33	9.765.861,23	6.576.374,77	461.432,26	26.809,69	24.095,99	484.356.767,84
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	5.127.997,86	1.941.213,85	941.439,39	275.498,87	38.360,10	90.853,33	31.750,81	0	6.017,25	8.453.131,46
	2014	3.278.754,40	1.676.015,63	912.325,59	177.649,69	24.354,54	46.242,19	23.692,18	0	1.077,78	6.140.112,00
Servidores SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporário) - substitui quadro do relatório de 2015: Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2015	0	1.182.924,13	142.343,58	62.150,84	66.612,41	58.982,40	858	0	532	1.514.403,36
	2014	0	914.196,25	148.970,53	27.115,47	60.151,80	27.241,10	885	0	323,37	1.178.883,52
Valores de 2014 são provenientes do somatório da remuneração dos cargos comissionados de servidores que possuem cargo efetivo e da remuneração de servidores que não possuem vínculo com a administração pública federal											
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com Ônus											
Exercícios	2015	41.230.583,71	2.180,97	5.220.007,59	1.519.181,04	891.231,27	1.271.407,40	4.500,00	12.165,79	4.334,09	50.155.591,86
	2014*	54.897.124,19	7.340,93	5.509.746,58	2.028.115,91	1.331.967,99	1.612.361,66	6.390,40	16.430,91	2.115,49	65.411.594,06

FONTE: SIAPENET DW-DataWareHouse - 2014/2015.

*Exercício Descentralizado de Carreira - Servidores do Quadro da CGU, lotados na CGU, em exercício em outros Órgãos (a exemplo de CISETs), que totalizaram 73.